

Cadernos

de

Clio

Revista Cadernos de Clio
Publicação PET História UFPR

Corpo Editorial

Marcos Gonçalves (Presidente), Arthur Menozzo da Rosa, Bruno Stori, Cassiana Sare Maciel, Eduardo Gern Scoz, Helena Putti Sebaje da Cruz, Kauana Silva de Rezende, Letícia Barreto Assad Bruel, Mariana Mehl Gralak, Rafaela Zimkovicz, Rhangel dos Santos Ribeiro, Vitória Gabriela da Silva Kohler, Walter Ferreira Gibson Filho

Conselho Consultivo

Álvaro Larangeira (Universidade Tuiuti do Paraná)
Ana Carolina Contin Kosiak (Universidade Federal do Paraná)
Guilherme Dobrychtop (Universidade Federal do Paraná)
José Miguel Arias Neto (Universidade Estadual de Londrina)
Luiz Fellipe Alves (Universidade Federal do Paraná)
Luiz Gabriel da Silva (Universidade Federal do Paraná)
Marco Antônio Machado Lima Pereira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Pedro Henrique Rodrigues Torres (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Victor Gentili (Universidade Federal do Espírito Santo)
Virgílio Coelho de Oliveira Júnior (Universidade Federal de Minas Gerais)
Xênia Amaral Matos (Universidade Federal de Santa Maria)

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
VENDA PROIBIDA

Cadernos de Clio

V. 10, Nº. 1, 2019, PET - História UFPR

Endereço para correspondência

Rua General Carneiro, nº 460, 7º andar, sala 713

Centro – Curitiba – Paraná – Brasil

CEP: 80060-150

e-mail: cadernosdeclio@gmail.com

Cadernos de Clio online <https://revistas.ufpr.br/clio>

Projeto gráfico, capa e lombada:

Vitória Gabriela da Silva Kohler

Editoração, editorial:

Bruno Stori, Eduardo Gern Scoz, Helena Putti Sebaje da Cruz, Kauana Silva de Rezende, Mariana Mehl Gralak, Vitória Gabriela da Silva Kohler

Diagramação:

Bruno Stori, Eduardo Gern Scoz, Helena Putti Sebaje da Cruz, Kauana Silva de Rezende, Mariana Mehl Gralak, Vitória Gabriela da Silva Kohler

Referência de Capa e Contracapa:

Autoria desconhecida

Catálogo na publicação
Universidade Federal do Paraná - Biblioteca de Ciências Humanas – UFPR
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9º/1607

REVISTA Cadernos de Clio. / PET História UFPR; projeto gráfico, capa e lombada :
Vitória Gabriela da Silva Kohler; editoração, editorial : Bruno Stori ...et. al. - v.1,
(2010). – Curitiba, PR : Programa de Educação Tutorial de História da Universidade
Federal do Paraná, 2018.

v.10, n.1, jan./jun. 2019.

Semestral (a partir do primeiro semestre de 2015)

ISSN : 2237-0765

ISSN : 2447-4886 (on line)

Disponível em : <https://revistas.ufpr.br/clio>

1. História - Periódicos. 2. História – Estudo e ensino. 3. Historiografia – Divulgação
científica. I. Programa de Educação Tutorial de História da Universidade Federal
do Paraná. II. Stori, Bruno. III. Kohler, Vitória Gabriela da Silva.

CDD – 907

Editorial

É com intensa satisfação que o PET História UFPR apresenta o primeiro número do décimo volume da Revista Cadernos de Clio. Esta edição se difere das duas últimas propostas editoriais da revista, pois para além de reunir artigos temáticos voltados para a análise histórica a partir de obras literárias, também incluiu trabalhos voltados a investigar o Brasil republicano. Trazemos a público seis artigos, os quais se utilizam da diversidade de fontes historiográficas, pressupostos teórico-metodológicos e contextos para apresentar resultados de qualidade, fazendo da presente revista um espaço amplo e plural de debate historiográfico. Complementando o volume, há duas resenhas sobre obras de cunho historiográfico e literário.

O primeiro artigo deste número é “A ‘Ameaça Comunista’ no Brasil e a teoria de Michel Schooyans para a reação dos católicos do começo dos anos 1960”, escrito em conjunto por **Cláudio César Foltran Ulbrich, Lorena Illipronte Niwa, Luana de Oliveira Correa Treska, Luca Lima Iacomini e Matheus Kochani Frizzo**. Os autores objetivam compreender os sentidos e significados do imaginário anticomunista e como ele se manifestou nos anos anteriores ao golpe militar de 1964, através da perspectiva do padre jesuíta Michel Schooyans em sua obra “O Comunismo e o Futuro da Igreja no Brasil”.

Na sequência, o artigo “Doentes e imundos: a representação da miséria a partir de doenças na Inglaterra da Revolução Industrial em *Oliver Twist*, de Charles Dickens”, de autoria de **Walter Gibson**, procura analisar

a obra de Dickens de forma a entender a sociedade inglesa do século XIX, explicitando questões como a pobreza e miséria de parte considerável da população daquele período.

“Entre a ‘esquerda revoltosa’ e o ‘herói integralista’: narrativas sobre João Cândido Felisberto, o almirante negro” é o terceiro texto do volume. Redigido por **Gabriel Pereira Mewes dos Santos, Heitor dos Santos Rodrigues, Israel Gonçalves Scopel, Luca Lima Iacomini e Nicolas Hecke Krüger**, está voltado a analisar depoimentos de simpatizantes da esquerda e de falas do próprio Almirante Negro, João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, para entender sua complexa memória, que está relacionada por vezes à movimentos de esquerda, mas também do Integralismo.

O artigo de **Cláudio César Foltran Ulbrich** intitulado “Entre ícones e iconoclastas: a construção de liberais e conservadores em *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, como crítica ao Portugal oitocentista”, busca discutir a construção de diferentes tipos de personagens dentro da obra Eça de Queirós a fim de compreender como isso constitui a crítica queirosiana ao Portugal do século XIX, principalmente à sua filiação da Geração de 1870.

João Guilherme Züge em seu artigo “Informes da Ditadura em tempo de ‘Milagre Econômico’: análise da repercussão do regime na coluna *Informe JB* (1969-1973)” estudou a representação do “milagre econômico” na coluna *Informe JB*, na qual identificou, mesmo sendo um veículo de oposição à Ditadura, um discurso que reproduzia, em diversos

momentos, a retórica ufanista sobre o “projeto de nação” enunciada pelos militares.

Já o artigo de **Nathália Santos Pezzi**, “*Les Miserables*: Victor Hugo e o cotidiano do século XIX” objetiva fazer uma breve análise de diversas questões sociais presentes na obra de Hugo, como a miséria, a alteridade, o espírito cristão, os papéis de gênero e as classes sociais, temas ligados a um cotidiano não tratado pela historiografia de seu contexto.

Também compõem este número duas resenhas, a primeira delas foi escrita por **Nathália Santos Pezzi** e comenta a obra de Jill Lepore *A História Secreta da Mulher Maravilha*. A segunda foi escrita por **Bruno Stori** e **Rafaela Zimkovicz** e analisa a obra de Lilia Moritz Schwarcz *Sobre o autoritarismo brasileiro*.

Esperamos que a atual edição da revista Cadernos de Clio forneça uma experiência de leitura proveitosa a todo o público, seja ele universitário ou não, possibilitando consolidar o veículo como um espaço de discussão historiográfica de qualidade e como um espaço de divulgação de trabalhos de graduandos de História e áreas correlatas. Lembramos ainda que a revista está aberta ao recebimento de artigos, resenhas filmicas e literárias, notas de pesquisa, ensaios fotográficos, ilustrações e relatos de experiência docente sob fluxo contínuo.

Boa leitura!

Eduardo Gern Scoz,
Dezembro de 2020.

Sumário

Artigos

A “ameaça comunista” no Brasil e a teoria de Michel Schooyans para a reação dos católicos do começo dos anos 1960 - Cláudio César Foltran Ulbrich, Luana de Oliveira Correa Treska, Luca Lima Iacomini, Lorena Illipronte Niwa, Matheus Kochani Frizzo.....11

Doentes e Imundos: A representação da miséria a partir de doenças na Inglaterra da Revolução industrial em *Oliver Twist*, de Charles Dickens - Walter Gibson.....34

Entre a esquerda revoltosa e o herói integralista: narrativas sobre João Cândido Felisberto, o *Almirante Negro* - Gabriel Pereira Mewes dos Santos, Heitor dos Santos Rodrigues, Israel Gonçalves Scopel, Luca Lima Iacomini, Nicolas Hecke Krüger52

Entre ícones e iconoclastas: a construção de liberais e conservadores em *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, como crítica ao Portugal oitocentista - Cláudio César Foltran Ulbrich.....74

Informes da Ditadura em tempos de “Milagre Econômico”: análise da repercussão do regime na coluna *Informes JB* (1970) - João Guilherme Züge.....100

<i>Les misérables</i> : Victor Hugo e o cotidiano do século XIX - Nathália Santos Pezzi.....	126
--	-----

Resenhas

LEPORE, Jill. <i>A História Secreta da Mulher Maravilha</i> . Tradução de Érico Assis. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017. - Nathália Santos Pezzi.....	146
---	-----

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 273p. - Bruno Stori, Rafaela Zimkovicz....	154
---	-----

Normas editoriais.....	168
------------------------	-----

Artigos

A “AMEAÇA COMUNISTA” NO BRASIL E A TEORIA DE MICHEL SCHOONYANS PARA A REAÇÃO DOS CATÓLICOS DO COMEÇO DOS ANOS 1960

THE “COMMUNIST THREAT” IN BRAZIL AND MICHEL SCHOONYANS’ THEORY FOR THE CATHOLIC REACTION IN THE EARLY 1960S

Cláudio César Foltran Ulbrich¹
Lorena Illipronte Niwa²
Luana de Oliveira Correa Treska³
Luca Lima Iacomini⁴
Matheus Kochani Frizzo⁵

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de compreender os sentidos e significados do imaginário anticomunista e como ele se manifestou nos anos anteriores ao golpe militar de 1964, que teve como objetivo impedir uma suposta ameaça comunista. Faremos isso através da perspectiva do padre jesuíta Michel Schoonyans que, em seu livro “O Comunismo e o Futuro da Igreja no Brasil”, constrói uma narrativa acerca do comunismo no Brasil, baseando-se em percepções e teorias próprias, e propõe soluções para o que ele chama de “infiltração comunista”.

Palavras-chave: Catolicismo, Comunismo, Anti Comunismo, Guerra Fria.

¹ Graduando em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² Graduanda em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

³ Graduando em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

⁴ Graduando em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

⁵ Graduando em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Abstract: The following article has the objective of understand the senses and meanings of the anti-communist imaginary and how it manifested itself in the years before the 1964 military coup, which aimed to prevent an alleged communist menace. We will do this through the perspective of the Jesuit priest Michel Schooyans who, in his book “Communism and the Future of the Church in Brazil”, builds a narrative about communism in Brazil, based on his own perceptions and theories, and proposes solutions for the what he calls “communist infiltration”.

Keywords: Catholicism, Communism, Anti-communism, Cold War.

Introdução

A década de 1960 é conhecida por ser um período de efervescência política e cultural em nível mundial. O Brasil estava inserido no sistema bipolar da Guerra Fria, caracterizado pela disputa ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, que buscavam hegemonia mundial de acordo com o sistema político-econômico que representavam, respectivamente, capitalismo e socialismo. No ano de 1963, o presidente João Goulart se aproximava de pautas defendidas pela esquerda, fato que chamou a atenção de setores conservadores diante de uma suposta ameaça comunista.

Diante desse contexto, o artigo propõe analisar a obra “O comunismo e o futuro da igreja no Brasil” (1963), de Michel Schooyans, teólogo e filósofo belga. Nas pouco mais de 100 páginas de seu livro, Schooyans analisa esse suposto fenômeno de infiltração comunista e propõe uma nova postura da Igreja Católica frente a essa ameaça enquanto instituição que, para ele, deve liderar a sociedade e defender seus valores. Nascido em 1930, foi professor de Filosofia Política na Pontifícia Academia de Ciências

Sociais da Bélgica, e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo entre 1959 e 1969⁶, tendo sido enviado ao Brasil como parte de uma missão para conter as influências protestantes e marxistas na América Latina. A iniciativa surgiu da organização conhecida como COPAL (Faculdade de Louvain para a América Latina)⁷. A obra será analisada tendo em vista não apenas sua biografia, como também o contexto de produção da obra e o histórico do imaginário anticomunista no Brasil.

O anticomunismo brasileiro: histórico e contextualização

Na década de 1960, a denominada Guerra Fria atingia seu período mais crítico (MOTTA, 2000: 6). Com a Revolução Cubana em 1959, desenvolveu-se um medo generalizado nos Estados Unidos de uma ação mais incisiva da União Soviética nas Américas, o que poderia gerar não apenas uma guerra geopolítica envolvendo armas nucleares, como também a disseminação do comunismo nas nações mais pobres da América Latina, vistos como “elos frágeis” — o que levaria ao enrijecimento da chamada Doutrina Truman⁸. Além disso, as corridas armamentista e espacial entre EUA e URSS, bem como a intensidade propagandística, atingiram seu apogeu. Vale ainda lembrar que durante essa década aconteceriam ainda a Crise dos Mísseis, no ano de 1962 em Cuba, e a Revolução Cultural de Mao Tsé-Tung, a partir de 1966, na China.

⁶ Disponível em: <<http://michel-schooyans.org/index.php?lang=fr>>. Acesso em: 23 out. 2020.

⁷ No original: Collège pour l'Amérique latine de Louvain. Ver: SAPPIA, 2011.

⁸ Conjunto de práticas do governo estadunidense para contenção do comunismo nos países capitalistas mais “fracos”. (MOTTA, 2000: 18-19).

No Brasil, esse padrão político internacional bipolar se repetia. Em 1961 assumiu como presidente João Goulart (1961-1964), político filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Desde os anos 1930 as correntes de esquerda vinham se organizando, surgindo a União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1938, as Ligas Camponesas (LC) em 1945 e a Juventude Universitária Católica (JUC)⁹ em 1950, simpáticas a Goulart. Por outro lado, setores mais conservadores apoiados pelo bloco capitalista reagiram e se articularam, perpetrando, no fim, o famigerado golpe de 1964 contra Goulart e instaurando um regime que visava conter a suposta ameaça comunista¹⁰.

Ao falarmos de catolicismo e marxismo, muito se pensa na Teologia da Libertação. Contudo, apesar de suas raízes anteriores, ela só surgiria como corrente interna na Igreja Católica na década de 70. Ao falarmos das décadas de 50 e 60, devemos nos voltar para outras articulações mais modestas, mas que Lowy (1989: 7) vê como frutos de uma “evolução interna da Igreja, a partir de sua própria tradição e cultura”. A partir do conceito de “afinidade eletiva”, Lowy (Ibidem: 8) afirma que havia certas áreas de afinidade ou de interesse mútuo entre catolicismo e marxismo, elos que foram a base de articulações da esquerda cristã brasileira já nas décadas de 1930 e 1940, como são os casos da Juventude Escolar Católica (JEC), da Juventude Operária Católica (JOC) e da JUC, anteriormente citada, que tinham ampla base social na juventude, nas universidades e em setores do clero regular, mas estavam sob a tutela da Ação Católica Brasileira (ACB)

⁹ Sobre a JUC, ver MATA, 1998.

¹⁰ Sobre o assunto, ver: DELGADO, 2010.

— movimento fundado em 1935 e controlado pela hierarquia da Igreja Católica cujo objetivo era a formação de leigos para a missão de “salvar as almas pela cristianização dos indivíduos, da família e da sociedade” (CARDOSO, 2015). A JUC, em particular, tinha uma visão que não era teológica ou sobre temas religiosos, mas de inspiração religiosa, abordando os problemas econômicos, sociais e políticos a partir de uma leitura própria do marxismo (Ibidem: 12).

Carla Simone Rodeghero busca demonstrar como o sentimento anticomunista católico se expressou no Brasil de uma forma diferente de como ocorreu nos Estados Unidos, levando em consideração que este, diferentemente do caso brasileiro, é um país que tem em seu passado - e no presente - uma forte influência do protestantismo, maior que a influência católica. Nos EUA, ser anticomunista seria uma forma de inclusão dos católicos, tanto pelos grupos conservadores quanto pelos progressistas, em um sentimento de pertencimento à nação e por oposição a um inimigo comum. No caso, esse inimigo era claramente definido através da doutrina macarthista, a partir dos anos 1950. Segundo Rodeghero (2002: 473),

(...) a pertença a uma Igreja e uma atitude abertamente favorável em relação à religião se tornaram formas de afirmar o *American way of life*, especialmente porque a União Soviética e seus aliados assumiram oficialmente o ateísmo. Nesse quadro, ir à igreja regularmente era um escudo contra a suspeita de subversão. Dessa forma, o que aconteceu nos anos 50 não foi um revivescimento da crença religiosa, mas sim da crença na religião, já que os benefícios da devoção não seriam místicos, metafísicos, existenciais, psicológicos ou éticos. Seriam políticos e sociais. A teologia dos anos 50 baseava-se na convicção de que a religião era símbolo da nacionalidade

norte-americana muito mais do que na crença na existência de Deus. O caso católico é expressivo disso.

A União Soviética era vista como uma inimiga não apenas em questões econômicas, militares e geopolíticas, mas também por sua ideologia, visto que a defesa das igualdades econômica e social e a socialização dos meios de produção estavam em desacordo com a ideologia capitalista estadunidense (RODEGHERO, 2002: 468). Tais visões levaram a uma consequente marginalização da esquerda norte-americana, que tinha um espaço de debate cada vez menor. Rodeghero afirma que a imprensa católica estadunidense insistia na ênfase da perseguição do comunismo à Igreja mesmo após 1950 quando a pior parte das perseguições de regimes comunistas à Igreja já havia acabado.

No que diz respeito à história do anticomunismo no Brasil, este teria surgido antes mesmo da Guerra Fria, tomando diversas facetas ao longo do século XX. Entre 1917 e 1930, a grande preocupação da população católica com relação ao comunismo dizia respeito à ideia do laicismo, ideia amplamente repudiada em um país de maioria católica e cujo Estado era, em si, católico. Em 1921, a criação da revista *A Ordem* serviu como forma de propaganda anticomunista, a partir da oposição entre o cristianismo e o liberalismo e a associação do liberalismo ao comunismo¹¹. Na década de 1930, a Liga Eleitoral Católica (LEC) passou a tomar uma atitude por meio de suas campanhas, que ressaltam:

(...) o ensino religioso facultativo, a indissolubilidade do casamento, a assistência religiosa às Forças Armadas, a

¹¹ Ver GROPPPO, 2007.

liberdade sindical, a defesa da propriedade, o combate a atividades subversivas. (...) a importância do voto feminino; da apresentação das propostas aos candidatos; e da publicação na imprensa da lista daqueles que haviam se comprometido com tais propostas (Ibidem: 479).

A autora menciona que a Igreja voltou a se importar com as questões trabalhistas. Nos anos 1930, tomou a preocupação de formar líderes sindicais empenhados com a Doutrina Social da Igreja¹²; do início dos anos 1950 ao golpe de 1964, surge uma espécie de esquerda católica que lutava contra o comunismo, marcada pela participação da Ação Católica e da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) em lutas sociais que diminuíssem as críticas sociais que abriam espaço para a disseminação de ideias comunistas. Na década de 1960, a Igreja percebe que devem ser tomadas ações práticas para a melhoria das condições dos trabalhadores, para que estes não cedam a “ideias subversivas”. Assim, o papel central da Igreja é evidente: se voltar “à elaboração de representações sobre o inimigo e sua divulgação” (MOTTA, 2000: 67)

Matrizes e imaginário anticomunistas

Partiremos da concepção do anticomunismo como um conjunto de representações de um imaginário, essa associação um tanto paradoxal, aponta Bronislaw Baczko, entre imaginação e poder “cuja acepção corrente designava uma faculdade produtora de ilusões, sonhos e símbolos, e que pertencia sobretudo ao domínio das artes, irrompia agora num terreno

¹² Ensinaamentos baseados na fé católica sobre “princípios éticos da fé e política”. Ver: BRANDES, 2008.

reservado as coisas ‘sérias’ e ‘reais’” (1985: 296). Indo na contramão, portanto, de uma visão mais materialista dos fenômenos políticos, que nega ou limita a influência das ideias nas condições materiais da vida social, esse conceito recupera essa possibilidade. Nesse sentido, se reafirma que esses conceitos podem sim fazer a história, ainda que não isoladas, obviamente. Para o imaginário, portanto, estes se mostram mutuamente dependentes da realidade. Afinal, apenas se imagina algo tendo como base o real, e apenas se vivencia uma utopia na realidade.

No caso do anticomunismo, tal imaginário guia um complexo de atividades, como produção de propagandas, pregações religiosas, controles policiais, estratégias educacionais, ativismos políticos, entre outros, tendo como aspecto fundamental a oposição e o combate ao comunismo (RODEGHERO, 2002: 464). No Brasil, essa imagem geralmente esteve relacionada ao comunismo internacional, concretizado pela União Soviética, e aos movimentos estudantis e partidos políticos, como o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Em oposição, conforme Carla Simone Rodeghero, sempre existiram “grupos com práticas anticomunistas específicas, como certos partidos políticos, a Igreja Católica, o Exército, a polícia, órgãos de imprensa, órgãos do governo federal, estadual, organizações criadas exclusivamente para o combate ao comunismo, entidades empresariais ou sindicais, etc” (2002: 465). O combate ao comunismo na América Latina também se deu, por vezes, através de ações ideológicas de assistencialismo¹³, como as promovidas pela Aliança Para o

¹³ Ver. REIS, 2014.

Progresso, ou até mesmo por intervenções nas universidades¹⁴. Esses grupos formaram imagens para representar o imaginário comunista, em que os comunistas seriam demônios, representantes do próprio inferno. Eles também seriam associados ao estrangeiro, à ilusão, à doença e à traição.

Nacionalmente, o comunismo tem raízes tão antigas quanto a Revolução Russa. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em 1922, logo após os eventos da Semana de Arte Moderna de 1922. Motta aponta que o partido se tornou mais ativo durante os governos de Arthur Bernardes e Washington Luís, apoiando-se em jornais, congressos, uma liga eleitoral (MOTTA, 2000: 22-23). O PCB teve vida curta na legalidade, sendo cassado pelo congresso através da Lei Celerada de 1927, mas continuou ativo na clandestinidade, inclusive ao lado do Partido Trabalhista Brasileiro, visto que “o PTB passou de organização anticomunista nos anos 1940 a aliado do PCB nos 1960, para desagrado de muitos” (Ibidem: 35).

Segundo Motta (Ibidem: 6), o anticomunismo também tem raízes na Revolução Russa, em resposta ao “espectro comunista” que rondava a sociedade capitalista no século XX. No Brasil, seria embasado e perpetuado por diversas personalidades brasileiras - como Carlos Lacerda, líder da União Democrática Nacional, e Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira - tendo seu apogeu após a cassação do PCB, tanto com o apoio da imprensa quanto de setores da Igreja Católica. Por fim, a fundação de organizações de esquerda entre os anos 1930 e 1950 alimentou o ímpeto de setores sociais anticomunistas (RODEGHERO, 2002: 465), com destaque para os militares, cujo imaginário anticomunista e reminiscências de

¹⁴ Ver. MOTTA, 2014.

memórias internas negativas, sobretudo relacionadas à “traição” da Intentona Comunista, em 1935 (MOTTA, 2000: 18), incentivou sua oposição ao governo supostamente “comunista” de Goulart.

O imaginário anticomunista brasileiro, historicamente, enxerga na figura de Luiz Carlos Prestes um exemplo do comunista como inimigo político e traidor da pátria. A aversão generalizada ao comunismo no Brasil propiciada principalmente pela Igreja Católica e pela imprensa leiga tornou-se terreno fértil para a formação de um imaginário negativo acerca do comunismo e dos comunistas (Ibidem: 75). Como consequência, esse imaginário penetrou no pensamento popular, confluindo com a associação do comunismo e seus adeptos ao maligno, oposto aos princípios tradicionais cristãos por provocar a depravação moral. Imaginário tal que era construído a partir de “atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc” (RODEGHERO, 2002: 464). A luta contra o comunismo tomou proporção tamanha no imaginário da época que a Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro chegou a lançar um “Manual Básico da Escola Superior de Guerra” contendo, dentre outras coisas, uma série de estratégias a serem empregadas na guerra ideológica da luta contra o comunismo¹⁵.

A evocação dos católicos contra o comunismo e seus adeptos tinha como respaldo a ideia de que o comunismo contrariava princípios e moralidades cristãs, como em relação à permissão do aborto, do divórcio e

¹⁵ Ver. DUARTE, 2014.

da educação sexual e à equidade entre homens e mulheres, sendo, portanto, uma ameaça à família. A consequência disso foi a sua demonização, ou seja, sua associação à Satanás, que conduz ao desvirtuamento (MOTTA, 2000: 73). Outra associação estaria relacionada à perseguição da Igreja em países como a Rússia, a Espanha e o México (RODEGHERO, 2002: 464-465). Entretanto, não só a religiosidade nutria este imaginário, mas a política decorrente da Guerra Fria moldou as bases para a ideia de infiltração no país de uma ameaça exterior (MOTTA, 2000: 81). A associação a agentes patológicos e a zoomorfização dos comunistas, especialmente na figura da serpente, foram propagadas tanto pelo meio religioso quanto leigo, reforçando a ideia de uma disseminação destrutiva. De acordo com Motta, a aversão aos estrangeiros se manifestou no medo da dominação soviética, que se propagava em outros países (Ibidem: 88). Porém, um dos principais alvos do anticomunismo católico foram os judeus, associados ao comunismo por também serem vistos como uma ameaça à ordem e às tradições cristãs. É nesse cenário que se encontra o padre Michel Schooyans.

Contudo, antes de analisar sua obra, vale chamar a atenção para um questionamento levantado por Raoul Girardet, estudioso dos mitos e imaginários políticos. Para ele, não devemos reduzir o imaginário político às suas manifestações racionais ou, nesse caso, às obras teóricas. Como destaca esse autor em *Mitos e mitologias políticas*, existe um conteúdo passional nesse tipo de imaginário, trazido por uma espécie de dimensão onírica (1987: 9-10). Por outro lado, é inegável a importância das obras teóricas, como a de Michel Schooyans, enquanto organizadoras do

pensamento, influenciadoras e formadoras de opinião. O que vale ter em mente dessa discussão, portanto é que existe uma dimensão coletiva do imaginário político intimamente ligada às emoções. Nesse processo, são várias as narrativas possíveis para a mobilização dessas emoções, como o medo de uma conspiração, o ódio à alguma etnia ou o desejo (ou sonho, pela terminologia do autor) de se concretizar uma utopia. Veremos que esses elementos perpassam o imaginário mobilizado pelos anticomunistas, inclusive Schooyans, com foco sobretudo na questão da “conspiração comunista” e da destruição da unidade da nação.

Michel Schooyans, o comunismo e o futuro da igreja no Brasil

Michel Schooyans (1930-) nasceu em Braine-l'Alleud, na Bélgica, sendo doutor em filosofia pelo *Institut supérieur de Philosophie* (1958) e em teologia pela Faculdade de Teologia de Lisboa (1978). Em 1963, quando publica sua obra *O comunismo e o futuro da igreja no Brasil*, era professor de Introdução à Filosofia, Epistemologia e História da Filosofia Moderna e Contemporânea na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Schooyans é fortemente ligado a várias comissões do papado, atuando em muitos casos a favor da Igreja Católica¹⁶. No livro analisado, ele critica a postura dos católicos anticomunistas de seu tempo e ao mesmo

¹⁶ A encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII (15/05/1961), concretiza o esforço da Igreja de atualizar o seu Magistério e a reafirmar sua autoridade, sobretudo frente ao comunismo. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15_051961_mater.html. Acesso em: 23 out. 2020.

tempo propõe uma série de contramedidas que a Igreja poderia tomar em relação ao comunismo.

A obra possui o *imprimatur* — isto é, a autorização eclesiástica para sua impressão — do arcebispo de São Paulo Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, bem como o *nihil obstat* — uma permissão outorgada por censor oficial da Igreja católica para publicação de obra que não contenha pensamentos ou princípios contrários à fé ou à moral católicas — de Mons. José Lafayette, o que mostra que sua obra estava alinhada aos interesses da Igreja no momento. Publicado pela Editora Herder e impresso na Empresa Gráfica Carioca S/A, o livro foi criado pelo autor para ser uma obra de fácil acesso ao público leigo, ou seja, de fora da academia, pensando na difusão do mesmo em um ambiente de ebulição política e social no país. Esse seu desejo de alcançar a população ficará mais claro ao estudarmos justamente seu principal objetivo com a obra: evocar os católicos para uma reação contra o comunismo.

A fundamentação católica do discurso de Schooyans é claramente perceptível na convocação do autor para a atuação dos católicos e principalmente da instituição eclesiástica no combate ao comunismo, evocando a visão negativa dos comunistas perante a religião como justificativa para a sua contramedida. O autor também salienta o caráter externo atribuído ao comunismo pelos católicos de seu tempo, como algo que se infiltra e ganha espaço devido à sua facilidade em penetrar nas classes menos abastadas em razão de seu discurso materialista, mirando na

classe média atea ou não praticante do catolicismo assim como no meio universitário o principal conduto da infiltração comunista¹⁷.

A exaltação à falta de moralidade dos comunistas é averiguada na afirmação de que os católicos tinham sobre eles “um conhecimento parcial da virulência de sua doutrina e do maquiavelismo de suas táticas” (SCHOOYANS, 1963: 34). O comunismo e a descristianização são, para o autor, resultantes da falta de voz ativa da Igreja, ou seja, a atuação da Igreja garantiria não somente uma frente de oposição, mas a manutenção da fé de forma a não permitir inflexões, pois “a devoção a Nossa Senhora Aparecida, quando não esclarecida, poderia perfeitamente acomodar-se a uma mística comunista, em vez de constituir um antídoto contra ela” (Ibidem: 37), sendo um verdadeiro desafio moral para a Igreja, além de uma questão de purificação do catolicismo. Desta forma, o autor coloca a ameaça comunista como um problema interno, que seria apenas influenciado por fatores externos, como o auxílio dos Estados Unidos ou da URSS, e pela expectativa de uma “infiltração comunista” e pela aversão aos países comunistas. Como Schooyans defende, o “exemplo de Cuba poderia, quando muito, apressar um processo interno já em via de desenvolvimento” (Ibidem: 21).

O anticomunismo católico também pode ser compreendido na afirmação do autor de que a resolução de questões sociais alcançaria o âmbito religioso e moral (Ibidem: 45). A voz ativa da Igreja que Schooyans

¹⁷ Dada a importância das universidades para Schooyans, ele escreveu ainda mais dois artigos tratando delas: “Testemunhas da verdade” (1963) e “A reforma universitária e o desenvolvimento nacional” (1964). Disponíveis em: http://www.michel-schooyans.org/index.php?option=com_content&view=article&id=29&Itemid=142&lang=pt.

conclama não se define, segundo ele, como uma atitude defensiva em relação aos comunistas, mas vendo nestes potenciais almas a serem conquistadas. Ele solicitou que os católicos abandonassem o ódio e agissem com caridade e prudência com os adversários, pois estes estariam iludidos por uma “pseudo-religião” que visa obter felicidades apenas no mundo material (Ibidem: 48-49). Desta forma, mudanças sociais devem ocorrer sob a égide cristã, não por meio de ideologias leigas, ressaltando que a atuação da Igreja nos meios sociais possui duas bandeiras, a disseminação da fé cristã e combate ao comunismo. Aliada a esse esforço deveria estar a preocupação com as classes mais baixas, mais vulneráveis às ideias comunistas — e é portanto nelas que deveriam se concentrar os esforços dos católicos, sobretudo através da educação, o que se explica pela apreensão do autor com a adesão de universitários ao movimento comunista. “Os comunistas sabem tanto quanto os católicos que o ensino superior é uma posição chave. Aliás, basta lembrar que os estudantes, também, têm a seu crédito mais de uma sublevação revolucionária, cuja inspiração comunista só escapa aos tolos” (SCHOOPYANS, 1963: 89).

O autor, a princípio, delineia o comunismo como uma ameaça externa, concentrada, sobretudo, na União Soviética. Essa ameaça também é representada por Cuba e Fidel Castro e pelo ateísmo comunista, que atacam a liberdade tanto religiosa, quanto a material. Contudo, o perigo para Schoopyans se mostra mais interno que externo, uma vez que as classes camponesa e operária são para ele mais vulneráveis à “sedução” materialista que as classes média e alta. Portanto, ele reconhece a desigualdade extrema e a corrupção das classes dirigentes, problemas

internos da sociedade brasileira, como catalisadores da doutrina comunista. Contudo, chama a atenção ao fato de que os camponeses não teriam uma noção de classe, ou os operários nos centros urbanos, onde o processo de formação estaria mais próximo. Por isso, a tomada de consciência da miséria, indispensável ao comunismo, seria despertada pelo “desenvolvimento progressivo da indústria” (Ibidem: 24).

Nesse mesmo sentido, um “agente extrínseco” pode participar desse despertar. Esse seria não a classe dirigente, mas a “classe média de amanhã”: os universitários, responsáveis pelo “quadro político, científico e cultural do Brasil de amanhã”, que podem ser seduzidos pela mística comunista e se tornarem de fato “a principal ameaça comunista” (Idem). Schooyans admite que o marxismo se mostra como uma das várias interpretações possíveis do Brasil da época, percebendo que muitos dos atuais pensadores brasileiros mais atentos à realidade nacional são de inspiração marxista mais ou menos pronunciada, pois os pensadores católicos e sociólogos positivistas não foram capazes de também elaborar uma mística. Porém, ainda o associa à alienação da liberdade e ao ateísmo¹⁸.

¹⁸ “Aos católicos apraz frisar o caráter militante dêste (SIC) ateísmo: o comunismo persegue a Igreja, os padres, os católicos em geral. Limita a liberdade de culto. Expropria os bens da Igreja. Seculariza as instituições de ensino. Laiciza as obras de assistência. Numa palavra, impede os católicos de viverem a sua religião”. (SCHOOPYANS, 1963: 13)

Catolicismo e Comunismo: uma compatibilidade possível?

Conforme anteriormente citado, a pequena afinidade existente entre o catolicismo e o cristianismo abre caminho para a formação de movimentos de esquerda católicos. Nesse sentido, haveria uma compatibilidade mínima entre o catolicismo e o comunismo, o que é reprovado por Schooyans, que defende haver em sua época uma vertente católica mais esclarecida cujos métodos por vezes “flertam” com os dos comunistas. Assim, para ele, “não é menos verdade que as suas atividades parecem inspirar-se em motivos oportunistas, ditados mais por preocupações táticas do que doutriniais” (Ibidem: 18). Essa redução do comunismo à máxima “o fim justifica os meios” está aliada ao medo de Cuba/Fidel e do ateísmo comunista, que atacariam a liberdade tanto religiosa quanto da propriedade privada. Assim, o comunismo seria capaz apenas de se confundir ou de se utilizar de resíduos do catolicismo, desprovidos de conteúdo teológico (Ibidem: 30-31). Isso explicaria o seu sucesso tanto entre os pobres quanto entre a elite intelectual, que caminhariam lado a lado na “falta de escrúpulos morais”, sendo a sua religião a “do dinheiro e dos prazeres” (Ibidem: 61).

Em um sentido mais teórico, Schooyans entende que o uso apenas de considerações teológicas, ou seja, não filosóficas ou de outro tipo, implica na ininteligibilidade entre o fiel católico e o ateu que se pretende converter (Ibidem: 14), sobretudo se comunista. Para o autor, a superação desse problema intrínseco à comunicação, intensificado pela forma como o comunismo enxerga a religião, não deve nem pode ser superado pela iniciativa comunista, mas sim apenas pela Igreja, que para isso deve voltar

a tratar dos problemas sociais mais elementares. Porém, devemos salientar que essa superação, todavia, não implicaria em uma relação de compatibilidade ou diálogo entre os dois lados, o que Lowy entende como possível, mas sim em uma vitória do projeto político-teológico católico. Ou seja, Schooyans coloca como única saída a sobreposição da religião sobre o comunismo, para ele absolutamente ateu, ou mesmo anticristão. Como ele mesmo destaca, “a ignorância crassa de alguns católicos que se põem a condenar o comunismo, sem antes ter adquirido um mínimo de conhecimentos precisos sobre o assunto, conhecimentos esses absolutamente indispensáveis para escapar ao ridículo!” (p. 17). Esse pensamento vai ao encontro daquele dos militares, como aqueles responsáveis pelo Manual Básico da Escola Superior de Guerra, que julgavam necessário se ter um conhecimento mínimo a fim de se combater os comunistas de maneira realmente efetiva.

Podemos entender que essa sua oposição ao materialismo histórico da doutrina comunista se deve à tradição anti materialista na qual Schooyans se baseia, renovada com a promulgação da Encíclica *Divini Redemptoris* de Pio XI em 1937. Nela, o papa trata sobre o comunismo ateu, condenando-o por ser, pelo que defende, intrinsecamente mau. Mas mais que isso, recomenda qual deveria ser a atitude da Igreja perante o comunismo, chamando a atenção para os aspectos que julga mais sórdidos de sua doutrina, difusão e consequências e enfatizando, em seguida, a oposição que deve fazer a doutrina da Igreja. Dentre suas características, elencadas na *Divini Redemptoris*, há justamente o desapego dos bens terrenos. Como outros documentos religiosos, as encíclicas são dirigidas

especificamente ao mundo católico. Esta encíclica, especificamente, funcionou como um apelo aos católicos de todas as classes, a fim de estimular uma reação destes através da obra social da Igreja, tal como Schooyans esperava.

Conclusões

Schooyans aborda o medo de Cuba/Fidel, cuja revolução ateia ainda assombrava os anticomunistas católicos. Porém, se o maior medo dos militares anticomunistas leigos são os militares traidores, herdeiros da Intentona Comunista, o de Schooyans são os jovens e universitários. Movimentos como a JEC, a JOC e a JUC — além da própria Ação Católica — já tinham, respectivamente, 22, 35 e 12 anos, demonstrando a força política dos jovens comunistas ou, na visão de Schooyans, a sua suscetibilidade a serem “enfeitiçados” pelo comunismo. Para o jesuíta, isso se deve à sua formação presumidamente falha, que levaria à “falta de legítima ambição pessoal, bem como de espírito crítico” (SCHOOPYANS, 1963: 28) e, conseqüentemente, ao refúgio no comunismo e na alienação da liberdade em favor de seus dirigentes.

Dessa forma, Schooyans vê na juventude, sobretudo a das universidades, para ele o ponto nevrálgico na luta contra o comunismo e, portanto, o espaço mais suscetível a uma “ameaça comunista”. Primeiramente por ela constituir a futura elite intelectual, o que já é motivo de preocupação para ele — que tem em vista intelectuais comunistas de sua época, como Caio Prado Júnior, por exemplo (Ibidem: 26). Mas também por essa juventude ter um forte senso de classe, o que abriria a

possibilidade de uma luta de classes (Ibidem: 29) e, consequentemente, uma ruptura social irreparável — lembrando a influência do ideal romântico no anticomunismo, sobretudo no sentido de uma nação organicamente organizada, ou seja, que como um corpo humano, não deveria sofrer problemas internos para funcionar corretamente (MOTTA, 2000: 50).

A carreira acadêmica e político-religiosa de Schooyans, passando por áreas da Filosofia e da Teologia até sua atuação junto ao Papado, transparecem na obra analisada. Ele não apenas procura se distanciar de correntes anticomunistas “radicais” como preza, sobretudo, pela racionalidade ao elaborar seu conjunto de medidas de combate ao comunismo. Contudo, ao mesmo tempo em que ele procura se colocar como um analista objetivo da efervescência anticomunista que presencia no interior da Igreja, procurando categorizar, criticar e unificar as diversas correntes, Schooyans ainda faz parte de seu tempo. Por mais que tente ser equilibrado durante a obra, compartilha de um imaginário que se formou durante anos, reunindo medos e estereótipos, têm influência em sua análise, assim como acontecimentos políticos a nível mundial e nacional dos quais foi contemporâneo. Não por coincidência escreve um ano antes do golpe militar de 1964, um período politicamente conturbado e que trouxe à tona um longo histórico de tensões. Vale lembrar, nesse contexto, a atuação da vertente “Tradição, Família e Propriedade” da Igreja Católica no golpe através da conhecida “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (OLIVEIRA; NEVES JÚNIOR. 2014). Ou seja, praticamente liderando

esse movimento político civil conservador, os católicos tentavam frear o avanço do comunismo no Brasil.

Referências

Fontes

SCHOOYANS, M. *O comunismo e o futuro da igreja no Brasil*. São Paulo: Editora Herder, 1963. 102 p. Disponível em: <<https://ia802506.us.archive.org/5/items/ocomunismoeofutu00scho/ocomunismoeofutu00scho.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2020.

Bibliografia

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: LEACH, Edmund et Al. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v. 28, p. 123-144, 2010.

DUARTE, Luiz Claudio. Os intelectuais da Escola Superior de Guerra e a vitória do Ocidente: do júbilo ao desconforto. *Cadernos de História*, v. 15, n. 22, p. 114-134, 2014.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GROPPO, Célia Maria. *Ordem no céu, ordem na terra: a revista A Ordem e o ideário anticomunista das elites católicas (1930-1937)*. São Paulo: PUC-SP, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

LOWY, Michael. Marxismo e cristianismo na América Latina. *Lua Nova*, São Paulo, n. 19, p. 05-22, Nov. 1989.

MATA, Sérgio da. JUC e MMC: polaridade político-religiosa em Belo Horizonte. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, p. 65-86, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, 2000. 368 p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Ana Claudia Rodrigues de; NEVES JUNIOR, José Wilson Assis. Reedição da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” 50 anos depois do golpe de 1964: manifestações anacrônicas em favor da ditadura militar no Brasil. *SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: 50 ANOS DEPOIS DO GOLPE MILITAR*, XXV, Londrina, 8 a 10 de abril de 2014. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. São Paulo: Editora Schwarcz/Companhia das Letras, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

SAPPPIA, Caroline. De “l’angoisse” à l’œcuménisme: La perception catholique du protestantisme en Amérique latine. In: *Social Compass: international review of sociology of religion*, Vol. 58, no.2, 2011. p. 203-213.

Webgrafia

BRANDES, Dom Orlando. A Doutrina Social da Igreja e a Política. *CNBB*. 05 set. 2008. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/a-doutrina-social-da-igreja-e-a-politica/>>. Acesso em: 23 out. 2020.

CARDOSO, Nathalia. Dom Helder Câmara, um Servo de Deus. *Arquidiocese do Rio de Janeiro*. 24 jul. 2015. Disponível em: <<http://arqrio.org/noticias/detalhes/3399/dom-helder-camara-um-servo-de-deus>>. Acesso em: 23 out. 2020.

Recebido em: 03/08/2019

Aprovado em: 06/11/2020

DOENTES E IMUNDOS: A REPRESENTAÇÃO DA MISÉRIA A PARTIR DE DOENÇAS NA INGLATERRA DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL EM OLIVER TWIST, DE CHARLES DICKENS

SICK AND FILFHY: THE REPRESENTATION OF MISERY FROM ILLNESS IN ENGLAND OF THE INDUSTRIAL REVOLUTION IN OLIVER TWIST, BY CHARLES DICKENS

Walter Gibson¹

Resumo: O trabalho atual tem como objetivo principal analisar a obra de Oliver Twist escrita por Charles Dickens. A partir de uma investigação histórica embasada na perspectiva do movimento literário Romântico do século XIX se buscarão os principais assuntos que a obra aborda e como refletem a sociedade Inglesa durante a Revolução Industrial. A evidenciação do recurso literário utilizado por Dickens também trará à tona os entendimentos e expressões do autor sobre o mundo, e, portanto aproximação com as questões materiais do período.

Palavras-chave: Revolução industrial; Séc. XIX; Oliver Twist; Inglaterra; Romantismo; Charles Dickens.

Abstract: The current work has as main objective to analyze the work of Oliver Twist Written by Charles Dickens. From a historical investigation based on the perspective of the Romantic literary movement of the 19th century, the main subjects that the work addresses and how they reflect English society during the industrial revolution will be sought. The disclosure of the literary resource used by Dickens will also bring to light the author's understandings and expressions about the world, and therefore an approximation with the material issues of the period.

Keywords: Industrial Revolution; 19th century; Oliver Twist; England; Romanticism; Charles Dickens.

¹ Estudante do 5º período do curso de História (Licenciatura e Bacharelado) na Universidade Federal do Paraná. É bolsista do grupo PET História UFPR.

Introdução

Assim como tantos outros romancistas, Charles Dickens foi um intérprete de sua época. Charles John Ruffan Dickens² nasceu no ano de 1812 em uma cidade pequena chamada Pourtsmouth localizada no sul da Inglaterra, a condição social da família era consideravelmente estável durante os primeiros anos de vida de Dickens. Seu pai, funcionário da marinha real mudava-se constantemente de casa devido aos diferentes apontamentos de seu emprego e levava a família junto. As constantes mudanças e o grande número de filhos (sendo Dickens o oitavo descendente dessa família), fizeram com que a família contraísse dívidas, que aos poucos diminuíram sua qualidade de vida.

Já aos 10 anos é interrompida a educação do pequeno Dickens devido à impossibilidade de pagar pela mesma e é trocada a pena pelo trabalho braçal nas fábricas de escurecimento em Londres. Esse momento na vida do romancista é sombrio mas também essencial para compreender a obra *Oliver Twist*, na qual o trabalho infantil é demonstrado como precário e devastador da inocência infantil, e demonstra a ineficiência da instituições em terminar ou amenizar tal situação, pelo contrário, são denunciados os estabelecimentos estatais que abrigam o trabalho infantil e se ironiza as legislações e o papel delas:

² Todas as informações sobre a vida de Charles Dickens foram retiradas da biografia produzida por John Forster: FORSTER, J. *The Life Of Charles Dickens*. London: J.M. Dent & Sons, 1928.

Mandar que Oliver desafiasse estopa era combinar de um modo simples os dois benefícios que lhe prometiam; ele os reconheceu ambos com uma profunda cortesia por instigação do bedel, depois foi levado para uma grande sala do asilo onde, em cama dura, adormeceu soluçando; prova evidente da brandura das leis do nosso venturoso país que não impedem o sono aos pobres. (DICKENS, 2002: p. 08)

John Dickens, pai de Charles Dickens e mantenedor financeiro da família, não consegue controlar a dívida da família e acaba sendo preso em locais específicos do século XIX na Inglaterra, eram prisões onde poderia levar toda a família e se trabalhava até o débito pendente estar completamente liquidado. A aproximação intensa do autor com a miséria e com as instituições sociais e trabalhistas, privadas e governamentais fez com que o autor não somente acumulasse uma compreensão da pobreza e miséria ao seu entorno como mais tarde aplicasse essa convivência nos seus romances.

Somente com 20 anos a vida de Dickens começou a se estabilizar, confiante em uma carreira promissora o autor tenta ingressar no teatro, não consegue mas dentro desse meio conquista contatos que o levarão para a produção jornalística. Já em 1836, com uma posição econômica mais confortável que a anterior, começa a produzir *Oliver Twist*. No período do século XIX era comum os livros não serem entregues completos, mas em partes de capítulos publicados periodicamente em jornais ou revistas. É o caso da obra analisada nesse trabalho, que teve seus 53 capítulos publicados mensalmente na revista *Bentley's Miscellany* de fevereiro de 1837 até abril de 1839.

A obra *Oliver Twist* foi o primeiro romance na Inglaterra com um protagonista infantil, tendo como foco a trajetória de vida do pequeno Oliver Twist. Seu pano de fundo é a época vitoriana da Inglaterra com enfoque nos locais periféricos das cidades onde os pobres e os miseráveis circulam, mudando somente ao final do livro quando Oliver, ao descobrir que é o herdeiro de uma família pequeno burguesa conquista seus direitos como tal e vive confortavelmente com o amigo próximo de seu pai o sr. Brownlow.

O livro em si caracteriza a obra do autor e traz o estilo de escrita assim como as principais influências de suas diversas outras obras. Os personagens caricatos trazem pontos importantes na obra do autor, que muitas vezes se utiliza de maniqueísmos para tratar cada integrante de seu romance como demonstra Susan Meyer e, seu artigo sobre antissemitismo e literatura Dickensiana: sendo *Oliver Twist*, por exemplo, totalmente incorruptível e inocente ao passo de que Fagin, traz não somente a completa malícia como também o estereótipo de judeu ganancioso do século XIX (MEYER, 2005). O recurso da ironia, assim como as pesadas críticas a sociedade vitoriana, trazem o cunho pessoal como uma forte indicação de que o autor propunha algo em sua obra em contrapartida a essa miséria relatada, que são os valores e costumes da pequena burguesia. Muito mais que uma crítica econômica, Dickens se apoiará na crítica moral, considerando mais que a degeneração ética é papel principal para o alastramento da miséria do que as grandes mudanças econômicas do período industrial, apesar de não ignorar e considerar essa importante. É nessa caracterização dos personagens assim como na representação da

miséria que se encontrará o teor de romancista crítico ao sistema vigente e também de indicação de como era a situação dos trabalhadores no período e um esboço das doenças que afetavam tal grupo.

Para uma análise histórica e de aproximação da obra para o contexto social do autor se utilizarão principalmente as obras de Michael Löwy e Robert Sayre *Revolta e Melancolia*, Peter Gay *Represálias Selvagens*, Michal Peled Ginsburg *Truth and Persuasion: The Language of Realism and of Ideology in “Oliver Twist”*. Denotando neste artigo, e justificando através dos autores citados que a literatura produzida pelo autor é sim afetada pelos acontecimento em volta do mesmo, colocando sua obra como fora da “identidade neutra”, conceito formulado por Roland Barthes (SOUZA apud. BARTHES, 2017: 143).

O que se busca denunciar: estilo e pensamento romântico

Charles Dickens assim como diversos outros romancistas trará o saudosismo e a nostalgia como grandes fatores em sua obra, e para isso, constrói um ideal utópico de realização do ser humano. Tendo em seu livro um relato dos costumes e do cotidiano o próprio autor relaciona-se diretamente com uma escrita do tempo presente, onde o principal objetivo é filtrar a realidade através do romance (HARTOG, 2017), como Balzac, romancista Francês contemporâneo a Dickens.

A recusa do utilitarismo³ e as relações utilitárias são pontos de partida, colocando a industrialização como degeneradora das relações pessoais. O autor, na obra *Oliver Twist*, representará esse utilitarismo desumano por parte das instituições estatais como a paróquia que o acolhe no começo do livro. Os líderes da paróquia, tratando os pobres e mendicantes como números, indicam o mínimo para se sobreviver e assim transformam em estimativas a forma e a alma humana, despedaçando-a em cálculos para o benefício próprio. A destruição dos valores humanos denunciada pelo romancista de *Oliver Twist* é sintoma de um descontentamento grande, ou como afirmam Michael Löwy e Robert Sayre:

Ora, são inúmeros os românticos que sentem intuitivamente que todas as características negativas da sociedade moderna - religião do Deus Dinheiro que Carlyle chama de “mamonismo”; declínio de todos os valores qualitativos, sociais, religiosos, etc.; dissolução de todos os vínculos humanos qualitativos; morte da imaginação e do romanesco; enfadonha uniformização da vida; relação puramente “utilitária” dos seres humanos entre si e com a natureza - originam-se nessa fonte de corrupção: a quantificação mercantilista. (LOWY; SAYRE, 2015: 59)

A obsessão pelo dinheiro aparece em diversos personagens na obra que são representados como decadentes, sujos e desagradáveis, podem-se citar aqui personagens: a Senhora Mann, que cuida de crianças para

³ Como afirma Bobbio, Em seu dicionário de Política: “[...]conjunto de doutrinas normativas que têm um conceito comum, o qual afirma que a justificação moral de uma ação depende exclusivamente de sua utilidade, ou seja; do valor das consequências a ele conexas.” BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Utilitarismo In.: **Dicionário de Política**, vol. 1. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 1275.

paróquia e desvia o dinheiro destinado a alimentação dessas para manutenção de luxos; o judeu Fagin que apesar de viver em condições de extrema pobreza não tenta melhorar sua condição com a venda dos bens materiais acumulados ao longo de vários anos de roubo; Monk, meio irmão de Oliver que tenta manter a herança somente para si; os dirigentes da paróquia que no intuito de manterem um grau de vida elevada para si mesmos convertem o dinheiro oferecido pelo Estado em benefício próprio fazendo com que os pobres recebam cada vez menos comida.

A ideia de mecanização e movimentos repetitivos da revolução industrial faz com que os românticos, como Dickens, vejam a mecanização do ser humano como um terror decorrente da racionalização exagerada (LOWY; SAYRE, 2015), exprimida, por exemplo na presença de decoro interminável entre autoridades apenas para fins de reforçar a hierarquia.

Fagin novamente aparece como um personagem de péssimas qualidades e é um dos vilões centrais de Oliver Twist. Sua ganância, suas associações e práticas criminosas assim como sua renúncia a Deus (sendo que até mesmo no último capítulo se recusa a fazer uma oração e se converter para ser salvo do purgatório através das súplicas de Oliver), demonstram a decadência total dessa sociedade, apesar de, em alguns momentos, raros, o mesmo personagem ser tratado como vítima da pobreza.

A uniformização do ser humano, destituído de sua forma única e de seu valor como alma torna-se número ou mão de obra para ser explorada, como as crianças ao trabalharem para a paróquia desfiando estopa, ou

Oliver Twist sendo utilizado como ferramenta em um roubo de residência planejado por Sikes.

Não é por acaso que Karl Marx terá como um de seus autores prediletos Charles Dickens,⁴ o mesmo denuncia com descrição e método da escrita romântica o que Marx chamará de alienação do trabalho. Representará também a miséria e colocará essa como decorrência da mecanização e do mercantilismo que torna as pessoas menos humanas.

No romance por diversos momentos o retrato de uma sociedade degenerada e de uma alternativa, como a casa do senhor Brownlow serão descritas de formas diferentes para afirmar que tipo de sociedade será fomentada pelo autor, tanto nos aspectos do que não buscar e do que almejar. O mesmo pode-se aplicar aos personagens, principalmente quando esses possuem qualidades negativas como será demonstrada na relação entre o que o autor descreve como miséria e doenças variadas que acometem os personagens, representando não somente um quadro de como o autor via essas regiões periféricas mas também do imaginário das doenças que também faziam parte desse.

Cidades Inglesas no séc. XIX: a subnutrição, a pobreza e as doenças

A revolução Industrial é reconhecida por diversos historiadores por fomentar uma mudança rápida e repentina na sociedade, em quase todos os campos que essa atinge. Na configuração do trabalho a relação passou a ser somente monetária e o trabalhador passou a ser descartável e substituível

⁴ Como Afirma Daniel Puglia sobre a contribuição Marxista e marxiana para a análise de literatura dickensiana na nota de rodapé 9 de sua Tese de Doutorado. (PUGLIA, 2008; 05).

devido a processos repetitivos dentro das fábricas que não necessariamente requerem empirismo técnico intelectual. No campo intelectual a própria expressão “revolução industrial” trazia um referencial inglês em contrapartida ao francês, que caracterizava uma revolução não violenta e, portanto, superior segundo os pensadores da época, como aponta Christopher Hill (2012). O que fez gerar também um contra movimento no qual se destaca o romantismo e as denúncias ao utilitarismo, elencadas anteriormente, assim como movimentos sociais como o Cartismo e a interpretação da exploração do trabalho como problemática e fundada em contradições no que mais tarde seria a teoria econômica marxiana.

A constituição dos próprios centros produtivos se traduziram na Revolução Industrial, os camponeses, expulsos do campo se aglomeravam nas grandes cidades em busca de emprego. Os mesmos centros não comportavam um número tão grande de mão de obra e por tal motivo formaram-se às pressas, o que fez com que a qualidade de vida desses trabalhadores diminuísse assim como a saúde no local, na qual os vírus, as bactérias e os animais que as transmitiam encontravam um bom catalisador na sujeira e falta de organização.

Habitualmente, as próprias ruas não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e mal cheirosos. Para além disso, o arejamento torna-se difícil, pela má e confusa construção de todo o bairro, e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários. (ENGELS, 1975: 59)

Com os estudos biológicos e médicos sobre a análise das doenças e pelo que elas são causadas pode-se traçar um paralelo clínico de saúde pública que afirma que quanto maior a higiene, a qualidade de vida e a alimentação de uma população, menores os riscos de contração de doenças epidêmicas bacteriológicas e virais. Infelizmente as cidades da Era Vitoriana eram o completo oposto disso, a maioria delas dependiam de um rio para se livrarem dos dejetos, a população era pobre e numerosa devido aos cercamentos e a formação da classe trabalhadora inglesa e a alimentação era escassa.

Não é incomum nem arbitrário informar que Charles Dickens, assim como Friedrich Engels quando visitou a Inglaterra entre novembro de 1942 até agosto de 1944, presenciaram a proliferação de doenças e miséria que a Revolução Industrial causara. Os dois escrevem, Engels na forma de teoria com *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* e Dickens em seus diversos romances.

Em *Oliver Twist* diversas doenças que faziam parte do cotidiano das classes pobres dos grandes centros urbanos são retratadas, a principal delas e que aparece com maior frequência é a inanição, que acarreta a morte por fome. Na primeira residência de Oliver onde a Sra. Mann rouba o dinheiro dedicado à alimentação das crianças algumas não conseguem sobreviver à falta de nutrientes e sucumbem. Já no asilo da mendicidade a comida é restringida e os pobres que dependiam dessa caridade começam a passar fome e morrer por inanição: “Imediatamente estabeleceram como princípio que os pobres pudessem escolher (não se forçava ninguém) uma destas

coisas: ou morrer de fome lentamente se ficassem no asilo, ou morrer de repente se saíssem para a rua.” (DICKENS, 2002: 08)

A mortalidade infantil é um fator que pode indicar a qualidade de vida de um local, o caso de Londres foi levantado por Paul Huck, pesquisador que produziu um estudo sobre mortalidade infantil utilizando registros de 11 paróquias diferentes localizadas na capital inglesa. A primeira conclusão que o autor faz é que nos bairros mais industrializados a mortalidade infantil é maior (HUCK, 1995: 535), o que claramente demonstra uma menor qualidade de vida nesses bairros, que, como Engels anunciou ainda no século XIX, não possuíam alimentos atrativos ou seguros para o consumo (ENGELS, 1975: 60). A morte por fome é tão constante no romance que em certo ponto é naturalizada em uma conversa entre o Bedel e o Sr. Sowerberry do ramo funerário: “Venho — disse ele — tomar a medida de duas mulheres que morreram a noite passada./ — O senhor há de enriquecer[...] Digo-lhe que há de enriquecer —repetiu o Sr. Bumble batendo-lhe amigavelmente no ombro com a bengala.” (DICKENS, 2002: 13)

A sífilis, outra doença epidêmica do século XIX, é apresentada através do personagem Tom Chitling, que tinha “olhos pequenos; piscava-os de contínuo; o rosto estava lavrado de bexigas” (DICKENS, 2002: 78), sendo as bexigas citadas por Dickens as lesões causadas pelo vírus no estágio secundário e terciário da doença, que causa marcas permanentes. A doença era conhecida como doença de Bordéis no século XIX, devido a sua transmissão que se dá sobretudo pelo contato sexual, o que reforça o caráter da narrativa que indica o personagem Tom como

invirtuoso, e que o local que Oliver se encontrava não era seguro, o que contrapõe a noção da inocência com a perversão, sendo a inocência encontrada em Oliver e a perversão no mundo ao seu entorno, que não só se demonstra mas que tenta recrutá-lo, porém o personagem sendo a representação de um sentimento ideal do autor, não é atingido (GINSBURG, 1987).

O Meio irmão de Oliver, Monk, que demonstra moral duvidosa ao longo da obra também é indicado com uma doença que afeta seu corpo e que reforça a retórica de que o personagem é vil naturalmente e que as suas atitudes são condenáveis “[...] a depravação de Monk é natural ao invés de social e é expressada não através de um discurso corrompido mas através de seu corpo, em uma doença.” (GINSBURG, 1987: 223)

Representando a Maldade pelas doenças e doentes

Como já apresentado por Michael Peled Ginsburg, quanto mais próxima a obra da realidade, mais forte seu recurso retórico (GINSBURG, 1987: 221), e Dickens não somente mostra a aproximação com a realidade como molda a mesma para representar virtudes e defeitos. Como veremos a seguir, não somente a descrição do ambiente dos personagens mas também os próprios personagens carregam traços distintos que indicam orientação moral boa ou ruim.

Dickens indica que a maldade não está somente nos ambientes sujos, mas em ambientes onde a moral e a educação supostamente deveriam ser elevadas, quando um personagem de aquisição financeira estável mas moral duvidosa se apresenta o autor do romance o coloca com traços

marcadamente caricatos. O sr. Bumble que é “gordo e irritadiço” (DICKENS, 2002, p. 5), os membros do conselho paroquial não tem face, mas são retratados como maliciosos pelo recurso da ironia, o que pode apresentar um crítica a um sistema que pode ser igual em outros lugares, ou seja, critica as instância de amparo aos pobres. O Sr. Claypole “[...] tem um nariz de pimentão.” (DICKENS, 2002: 18) e carrega a soberba em seu modo e trejeitos.

Importante aqui ressaltar que a fome para Charles Dickens é representada como um monstro, principalmente para as crianças. Sempre assolando os pobres essa em si é uma maldade completa, que compele as crianças a desafiarem as regras do asilo pedindo mais mingau; que quase obriga Oliver a entrar no mundo do crime; que faz com que matreiro tenha que trabalhar para Fagin. A fome não tem representação nos personagens porque é culpa da sociedade em geral, assim, a doença da inanição é também uma das principais vilãs da obra, pela qual o protagonista trava embates ao longo do enredo.

Outra questão que aparece com certa frequência no livro é a vestimenta das crianças sobre o controle de Fagin, todas elas possuem traços comuns e certa vivacidade do grupo também é demonstrada. Uma característica que exemplifica tal questão é o fato de que as crianças são retratados com roupas maiores que sua estatura, como se as roupas representassem o papel de adulto que não lhes cabia e que é traduzido nas roupas sempre grandes demais.

Também a cidade como construto imundo e disforme faz tanto parte do recurso narrativo retórico que condena esses locais como infelizes

concomitantemente com a aproximação da representação do real, como vemos no trecho a seguir:

Posto que Oliver fizesse isso mesmo, não deixava de lançar alguns olhares furtivos para os dois lados da rua: era o lugar mais sujo e miserável que ele tinha visto. A rua era estreita e úmida e o ar, carregado de miasmas fétidos. Havia um grande número de lojas pequenas onde as crianças berravam apesar da hora adiantada da noite. Os únicos lugares que pareciam prosperar eram as tavernas, onde irlandeses das fezes do povo, isto é, das fezes da espécie humana, discutiam com todas as forças. Vuelas e passagens estreitas deixavam ver algumas casas miseráveis, diante das quais homens e mulheres embriagados rolavam na lama da rua; e às vezes saíam com precaução desses antros indivíduos de cara sinistra, cujas intenções não pareciam ser louváveis nem tranquilizadoras. (DICKENS, 2002: 31)

A todo momento do romance são encontradas vielas estreitas onde a sujeira é a principal presença assim como o ar sinistro. Essas ruas provavelmente pertencem a bairros industriais onde a pobreza era demarcada como afirmara Engels e Huck.

Toda a construção da miséria e da infelicidade tem uma direção de denúncia e ao mesmo tempo ajuda a formular o bom, se tudo que é horrível na obra dá-se de encontro com as vielas escuras e com Fagin, Sikes e o crime, é produzido o contrário quando a trama insere o sr. Brownlow, criando a dicotomia entre o bem e o mal. Dickens não buscava a realização da bondade humana e da sociedade melhor através de revoluções, mas sim de uma guinada moral. Não é por acaso que Brownlow representa, assim como descrito pela historiadora Marion Brepohl o típico pequeno burguês virtuoso, que conserva os sentimentos e consegue conciliá-los com o

mundo reduzido aos processos manuais e aos problemas da revolução industrial. (BREPOHL, 2010)

A pequena burguesia e a humanidade conservada nessa através do ideal romântico representa a guinada moral de que a sociedade vitoriana precisa para sair do obscurantismo. O cotidiano e a valorização do conforto simples assim como a tranquilidade das relações familiares são a contrapartida na qual Dickens coloca sua nostalgia. Sendo as doenças e os problemas econômicos vivendo no lugar externo ao conforto do lar, que passa a ser antro sagrado da convivência harmônica e do ideal da boa moral.

Considerações Finais

No artigo não só se tratou da vida e obra *Oliver Twist* de Dickens, como se defendeu a importância de seu contexto na transposição das experiências de sua vida, dando traços de uma realidade sombria e penosa a ficção dos pequenos protagonistas incorruptíveis. Entendemos também que através da caricatura de personagens podemos delimitar uma bússola moral do autor, que transpõe a sujeira e a doença externa de suas personagens para defeitos internos, de ação e participação no mundo. Esse total de feitos, compostos em obras aclamadas fazem de Dickens, junto a tantos outros como William Shakespeare e Lewis Carroll, um expoente importante da literatura inglesa.

Não é por acaso que Charles Dickens é considerado até os dias atuais como um dos maiores romancistas ingleses. Tendo escrito mais de 20 obras se tornou um fenômeno em sua época, sendo um dos autores mais vendidos

em todo o território do Reino Unido. Utilizou de seu conhecimento empírico sobre pobreza e miséria para retratar uma Londres ignorada em diversos aspectos, tornou-se até certo ponto uma voz dos oprimidos que a alta sociedade vitoriana insistia em ignorar.

O alcance de seus livros podem ser medidos, por exemplo, na quantidade de cópias vendidas e também nas inúmeras adaptações cinematográficas que suas obras renderam. Somente *Oliver Twist* tem duas adaptações cinematográficas: no século XX (*THE ADVENTURES OF OLIVER TWIST*, 1997) e no século XXI (*OLIVER TWIST*, 2005), uma adaptação também cinematográfica em forma de musical (*OLIVER!*, 1968). Fora outras diversas adaptações que não serão citadas aqui.

Todo esse interesse imenso nas obras pode não somente demonstrar o impacto que Dickens teve no imaginário da revolução industrial tida como populações enormes de miseráveis, doentes, pobres, sujos, infestada de delinquentes e excluídos socialmente que é construído hoje, como também suas denúncias a um mundo injusto traduzidas a uma simpatia de injustiças no mundo contemporâneo.

Bibliografia

BREPOHL, Marion. Karl May e o bom civilizador. In: BREPOHL, Marion. *Imaginação Literária e Política: Os Alemães e o Imperialismo*

DE SOUZA, D. C. (2017). *A MORTE DO AUTOR DE ROLAND BARTHES*: ECOS MUSICAIS. Revista Ribanceira, Belém, n. 9, jun, 2017, pp.141-149

DICKENS, Charles. *Oliver Twist*. Tradução de Machado de Assis e Ricardo Lísias, 1ª. Ed., São Paulo Hedra, 2002. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi-y_aeo-PiAhX1ILkGHfQ5D8IQFjAAegQICBAC&url=http%3A%2F%2Fmachado.mec.gov.br%2Fobra-completa-lista%2Fitem%2Fdownload%2F120_031c6366de1a2c89eabf5d83e1928536&usg=AOvVaw21WDMY4zToJ18fexqXbOZ6. Acesso em: 04/05/2019.

ENGELS, F. As Grandes Cidades In. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.

FORSTER, J. *The Life Of Charles Dickens*. London: J.M. Dent & Sons, 1928.

GAY, P. *Represálias selvagens: Realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GINSBURG, Michal Peled. Truth and Persuasion: The Language of Realism and of Ideology in ‘Oliver Twist’. *NOVEL: A Forum on Fiction*, vol. 20, no. 3, 1987, pp. 220–236. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/1345676.

HARTOG, F. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

HILL, Christopher. *O século das revoluções 1603 –1714*. São Paulo: UNESP, 2012.

HUCK, P. (1995). Infant Mortality and Living Standards of English Workers During the Industrial Revolution. *The Journal of Economic History*, 55(3), 528-550. doi:10.1017/S0022050700041620

LÖWY, M. & SAYRE, R. *Revolta e melancolia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MEYER, Susan. *Antisemitism and Social Critique in Dickens's Oliver Twist*. *Victorian Literature and Culture*, 2005, v. 33, n. 1, p. 239-252.

Oliver!. Carol Reed (dir.), Reino Unido: Columbia Films S.A. 1968 (153 min).

Oliver Twist. Roman Polanski (dir.), EUA: Sony Pictures, 2005. (130 min).

ORWELL, George. *Charles Dickens in the decline of the English murder and other Essays*. Harmondsworth: Penguin, 1965.

PUGLIA, Daniel. *Charles Dickens: Um escritor no centro do capitalismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo (tese de doutoramento). Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-06112007-103719/publico/TESE_DANIEL_PUGLIA.pdf> Acesso em: 02/06/2019. 2008.

The Adventures of Oliver Twist. Tony Bill (dir.), The Walt Disney Company, 1997. (91 min).

Recebido: 19/08/2019

Aceito: 10/07/2020

ENTRE A “ESQUERDA REVOLTOSA” E O “HERÓI INTEGRALISTA”: NARRATIVAS SOBRE JOÃO CÂNDIDO FELISBERTO, O *ALMIRANTE NEGRO*

BETWEEN THE REBELLIOUS LEFT AND THE INTEGRALIST HERO: NARRATIVES ABOUT JOÃO CÂNDIDO FELISBERTO, THE BLACK ADMIRAL

*Gabriel Pereira Mewes dos Santos*¹

*Heitor dos Santos Rodrigues*²

*Israel Gonçalves Scopel*³

*Luca Lima Iacomini*⁴

*Nicolas Hecke Krüger*⁵

Resumo: O trabalho busca trazer à tona as narrativas sobre João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, que, por sua revolta contra os castigos físicos que a Marinha infringiu principalmente aos marinheiros de baixa patente, foi interpretado como um herói pela esquerda brasileira e pelo movimento negro. A narrativa, porém, envolve alguns apagamentos acerca do passado integralista de João Cândido, exaltado também pelos simpatizantes da extrema-direita, como o deputado Elimar Damasceno, autor de um projeto de lei que tornaria aquele marinheiro herói nacional. Propomos, então, analisar esses discursos a partir de depoimentos de simpatizantes da esquerda e de falas do próprio Almirante Negro.

Palavras-chave: Revolta da Chibata; Ação Integralista Brasileira; João Cândido Felisberto

Abstract: This article intends to bring up the narratives about João Cândido Felisberto, the leader of the Whip Rebellion, who, because of his revolt against the physical punishments that the Brazilian Navy violated mainly low-ranking sailors, he was interpreted as a hero by the Brazilian

¹ Graduando de História na Universidade Federal do Paraná.

² Graduando de História na Universidade Federal do Paraná.

³ Graduando de Filosofia na Universidade Federal do Paraná.

⁴ Graduando de História na Universidade Federal do Paraná.

⁵ Graduando de História na Universidade Federal do Paraná.

left and for the Black Movement. Their narrative doesn't mention João Cândido's integralist past, exalted by some sympathizers of the extreme right, as the deputy Elimar Damasceno, author of a bill that would make that sailor a national hero. We propose to analyze these speeches from testimonials from supporters of the left and words of the own Black Admiral.

Keywords: Vaccine Rebellion; Brazilian Integralist Action; João Cândido Felisberto

Introdução

Em maio de 2008 foi aprovado pela Câmara o Projeto de Lei 7198/2002, de autoria da senadora Marina Silva, então pertencente ao Partido dos Trabalhadores (PT). O projeto tinha como objetivo conceder anistia *post mortem* a João Cândido Felisberto e aos demais participantes da Revolta da Chibata, assegurando-lhes o cumprimento do Decreto nº 2280 de 25 de novembro de 1910, além de indenizar suas famílias (CONGRESSO EM FOCO, 2008).

A anistia foi sancionada em julho do mesmo ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que prometeu nomear um navio brasileiro com o nome de João Cândido (O GLOBO ONLINE, 2008)⁶. Em 20 de novembro do mesmo ano, Dia da Consciência Negra, o presidente inaugurou uma estátua do Almirante Negro na Praça XV na cidade do Rio de Janeiro (ESTADÃO, 2008). O então ministro da Igualdade Racial Edson Santos ressaltou que essa seria “uma homenagem a um importante herói negro do país” (O GLOBO ONLINE, 2008).

⁶ O navio petroleiro João Cândido, pertencente à Petrobrás, foi comissionado em maio de 2010, no último ano de Lula como presidente do Brasil.

Considerando, porém, que Lula vetou a indenização à família dos revoltosos, Adalberto do Nascimento Cândido, filho caçula do Almirante Negro, em entrevista à Associação Brasileira de Imprensa, agradeceu à senadora Marina, mas alega que o governo comete erro ao não indenizar seu pai, que, por ter sido dispensado da Marinha, “ficou sem condições de sustentar a família” (CÂNDIDO apud. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, 2008).

O jornalista Francisco Alves Filho (2010), da revista IstoÉ, caracteriza João Cândido como um “herói injustiçado”. Alves Filho relatou que, na época da inauguração da estátua de João Cândido, houve resistência da Marinha, agitação que foi acalmada somente com a promessa do Governo de que a estátua não ficaria de frente para a Escola Naval.

O ressentimento das Forças Armadas permaneceu durante muito tempo. Segundo Alves Filho, à época da revolta, o então presidente, “Marechal Hermes da Fonseca, aceitou anistiar os revoltosos, mas voltou atrás. Muitos foram expulsos da Marinha, alguns presos e outros acabaram mortos” (Idem). Durante a década de 1970, na Ditadura Militar, o compositor Aldir Blanc, junto a João Bosco, escreveu a canção “O Mestre-Sala dos Mares” (BOSCO; BLANC, 1975), um dos fatores que popularizou a figura de João Cândido. Por contar a história da Revolta da Chibata, a canção, que originalmente se chamava “O Almirante Negro”

passou pelo Departamento de Censura⁷. Para burlar o censor, Aldir alterou o título da música.

Ainda sobre a Ditadura, o historiador Marco Morel, neto de Edmar Morel, autor do primeiro livro sobre a Revolta da Chibata, em entrevista à IstoÉ, afirma que seria justo que os marujos da Revolta da Chibata receberem indenizações assim como muitos dos que lutaram contra a Ditadura Militar brasileira também foram indenizados (MOREL apud. Idem)⁸.

Em 2005, porém, o deputado paulista Elimar Máximo Damasceno, do PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional) pronunciou, na Câmara dos Deputados, uma homenagem a João Cândido (BRASIL, 2005). Na sessão, ocorrida em 2 de dezembro daquele ano, o deputado aborda a participação de Cândido na Ação Integralista Brasileira (AIB) no ano de 1933 e uma entrevista do líder em 1968 (FELISBERTO, 1968). Damasceno afirma que, neste documento oral, o marinheiro declararia amizade ao líder integralista Plínio Salgado e afirmaria o orgulho de ser integralista. A narrativa do deputado é endossada pelo jornal de direita radical *Terça Livre*

⁷ Segundo os músicos, o problema da música não foi o uso de termos como “revolução” ou “sangue”, e sim a abordagem racial, exaltando a figura do negro, o que revelava, além de um caráter autoritário, um caráter racista da Ditadura Militar. “Algumas passagens da letra original foram mudadas, como a substituição de ‘negros’ por ‘santos’, ‘almirante’ por ‘navegante’ e ‘feiticeiro’ por ‘marinheiro’, guardando a rima e a métrica originais e sugerindo, no lugar, figuras da linguagem poética”. (ALMEIDA, 2011: 72)

⁸ Marcelo Beraba, em matéria publicada na Folha de S. Paulo, afirmou que os documentos referentes ao Almirante Negro foram disponibilizados pela Marinha 97 anos após a Revolta, graças a Marco Morel, com a intenção de utilizar os dados para uma pesquisa sobre o líder da revolta pelo Projeto Memória da Fundação do Banco do Brasil (BERABA, 2008, s.p.).

(FERNANDO, 2018). Entretanto, Cândido não menciona Salgado na entrevista de 1968 e não afirma explicitamente seu orgulho pelo movimento (embora não negue e também não condene sua participação), sendo apenas interpretações do próprio deputado. Ao final de seu pronunciamento, Damasceno reforçou o pedido exposto em um dos projetos de lei de seu partido (PL 5874/2005) que consistia em incluir o nome de João Cândido no “Livro dos Heróis da Pátria”, encontrado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

João Cândido se mostra uma figura controversa. Ao mesmo tempo em que tem a simpatia da esquerda, perceptível em homenagens feitas pelo PT e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) — que deu o nome do Almirante Negro a uma ocupação de terreno de 1,2 milhão de metros quadrados na periferia de São Paulo (ALMEIDA, 2011: 77) —, é admirado também pela direita radical, a exemplo do deputado Damasceno, pertencente ao partido criado por Enéas Carneiro⁹. Mas quem foi João Cândido? O trabalho tem o objetivo de explorar as narrativas sobre o Almirante Negro pela esquerda brasileira e seu passado com o integralismo.

Para isso, será feita análise do documentário “João Cândido, a luta pelos direitos humanos” dirigido por Tânia Quaresma (JOÃO, 2008a;

⁹ Enéas Ferreira Carneiro (1938-2007) foi médico, sargento e deputado federal, fundou o PRONA e foi candidato à presidência da República em 1989, 1994 e 1998. Defendia posições nacionalistas, autoritárias e moralizantes, além de se colocar em oposição ao liberalismo econômico (defendia o intervencionismo na economia). Sua posição no espectro político é ambíguo, geralmente é considerado como de extrema-direita por suas posições autoritárias e nacionalistas, embora também elogiasse a teoria marxista e rejeitasse a dicotomia esquerda-direita. Além disso, é apropriado por elementos da extrema-direita como ícone de seus posicionamentos políticos. (CALDEIRA NETO, 2019)

2008b)¹⁰. A imagem de João Cândido que consta neste documentário é uma visão que foi se consolidando através de décadas, desde sua participação na Revolta da Chibata, construída principalmente por poetas e escritores de esquerda, tendo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) usado a Revolta de 1910 como propaganda e motivação por lutas. Compararemos a narrativa do documentário com a entrevista cedida pelo próprio Felisberto ao Museu da Imagem e do Som (MIS) do Rio de Janeiro, em 1968, realizada pelo jornalista Hélio Silva (FELISBERTO, 1968). Buscaremos traçar as diferenças entre a memória do documentário, que traz consigo décadas de consolidação, e a experiência do próprio João Cândido sobre seu passado.

A revolta

No ano de 1906, conforme José Murilo de Carvalho (2006), houve um programa de renovação naval na Marinha Brasileira. Dois grandes couraçados, São Paulo e Minas Gerais, foram encomendados da Inglaterra. De acordo com Álvaro Pereira Nascimento (1997: 10), os dois navios eram comparáveis ao couraçado inglês Dreadnought. Vale lembrar que a Inglaterra possuía apenas um grande navio, enquanto o Brasil tinha o São Paulo e o Minas Gerais. Esses poderosos navios foram motivo de orgulho nacional e admiração. A Marinha Brasileira tinha, portanto, um enorme poder de fogo, capaz de destruir grandes metrópoles. Conforme Nascimento (Idem), a esquadra brasileira era a mais poderosa da América Latina.

¹⁰ Optamos por trabalhar com o vídeo no YouTube pela acessibilidade universal. O vídeo completo depende de Adobe Flash Player, que será desativado ao final de 2020.

Em 1910, os novos navios chegaram à costa da baía de Guanabara e foram saudados pela população carioca. Muitos marinheiros brasileiros foram enviados para a Inglaterra, para se inteirar das questões operacionais desses navios, “aprenderem os recursos de navegação e de combate” (NASCIMENTO, 1997: 11). Entretanto, ao terem contato com os marinheiros ingleses, os brasileiros começaram a perceber a diferença de tratamento na Royal Navy. Em outras palavras, os marinheiros ingleses não eram expostos aos mesmos castigos violentos que os brasileiros. Tanto na Inglaterra como em outras nações, como a Espanha, a França, os EUA e a Alemanha, os castigos corporais haviam sido abolidos no século XIX, enquanto a Marinha Brasileira do início do século XX permanecia aplicando castigos considerados bárbaros em muitos outros países. Nascimento (2010: 24) ressalta que havia, entre os marujos (negros e mulatos, em sua maioria), a visão de que a Marinha funcionava como uma antiga fazenda escravocrata, com todos os castigos e rigores da época da escravidão.

Existia, no oficialato da Marinha, o medo de que a experiência da revolta do Encouraçado Potemkin, da Rússia, se repetisse no Brasil. Talvez os marinheiros tivessem sido apresentados, por meio da revolução russa de 1905, aos meios que poderiam lhes proporcionar um tratamento mais digno. Conforme o depoimento de João Cândido a Hélio da Silva de março de 1968, ele e outros marinheiros já estavam se mobilizando havia tempo: possuíam vários núcleos conspiratórios na capital do país.

Ademais, os marinheiros conspiradores marcaram a revolta para o dia da posse do presidente Hermes da Fonseca, 15 de novembro de 1910. A

candidatura de Fonseca simbolizava a volta dos militares ao poder, em oposição aos “civilistas” que o precederam. Com um certo atraso na data, na noite de 22 de novembro de 1910, ocorreu o empossamento presidencial propriamente dito.

Enquanto isso, na mesma noite, o comandante do navio Minas Gerais voltava de um jantar oferecido por um navio francês. Quando o oficial retornou à sua embarcação, os marinheiros, liderados por João Cândido, começaram a gritar: *‘viva a liberdade! Abaixo a chibata!’* O comandante tentou sujeitá-los, mas não funcionou: “A batalha no convés começou; os amotinados lançaram objetos de ferro no grupo de oficiais que se formou e a troca de tiros não demorou a acontecer” (NASCIMENTO, 1997: 15). Os amotinados, muito maiores em número, venceram os oficiais e alguns marinheiros não engajados na revolta. Outros navios também aderiram à revolta, como o Timbira e o República. Parte da guarnição revoltosa desses últimos ocupou o São Paulo e o Deodoro. Nem todos os marinheiros se rebelaram, mas os revoltosos, em maior número, sobrepujaram os primeiros. Apontaram os canhões para o Rio de Janeiro e a população, sem saber o que estava acontecendo, acordou com o barulho das explosões (cujos estilhaços vitimaram duas crianças). As pessoas que puderam fugiram da cidade, e outras, como o poeta Oswald de Andrade, buscaram abrigo (NASCIMENTO, 1997: 16).

Não se sabia a razão do motim. Alguns julgaram que se tratava de um golpe de Estado contra a presidência de Marechal Hermes. O governo enviou então o senador José Carlos de Carvalho para examinar as exigências dos revoltosos e estabelecer negociações. Assim, descobriram

que não se tratava de um grupo revolucionário, mas que sua pauta era baseada na abolição dos castigos corporais, marcadamente a chibata, e na anistia aos revoltosos. Exigiram também:

Retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir à nação brasileira, reformar o código imoral e vergonhoso que nos rege a fim de que desapareça a chibata, [...] aumentar o nosso soldo [...], educar os marinheiros que não tem competência para vestir a orgulhosa farda, mandar pôr em vigor a tabela de serviço diário. (BONAVIDES; AMARAL, 2002: 362)

Essas reivindicações dos revoltosos traziam o nome de João Cândido como líder do movimento. Mas a abolição dos castigos corporais, apesar de discutida e defendida por alguns, foi apenas prometida para uma data posterior. Quanto à anistia, houve um debate se esta deveria ser dada aos revoltosos antes que eles se entregassem ou depois. O senador Rui Barbosa¹¹, defensor da primeira proposta, convenceu o Congresso a liberar a anistia logo, argumentando que se isto não fosse feito rapidamente, a cidade do Rio de Janeiro poderia ser destruída. Em virtude dos apelos do senador baiano e de seus correligionários, o Congresso aprovou a proposta, no dia 26 de novembro, e a revolta teve seu fim. Entretanto, ainda que os marinheiros tivessem recebido a anistia e a ocupação dos navios tivesse findado, o conflito entre oficiais e marinheiros não acabou, mas ganhou novos contornos, porque a hierarquia fora quebrada.

¹¹ Rui Barbosa, no contexto estudado, era um destacado senador baiano que foi candidato à presidência em 1910, sendo derrotado pelo marechal Hermes da Fonseca. O senador representava o grupo político dos civilistas, enquanto o marechal era do “partido” militar. Portanto, Rui Barbosa era uma das cabeças da oposição ao presidente da República dentro do Senado. (NASCIMENTO, 2010: 22)

Ademais, no dia 9 de dezembro, a tripulação do navio Rio Grande do Sul iniciou uma nova revolta; contudo esta foi reprimida pelas forças do governo. Como esta segunda revolta não obteve anistia, todos os revoltosos foram presos. Foi decretado estado de sítio, fechou-se o congresso e os direitos civis foram suspensos. No fim, João Cândido acabou em uma cela na Ilha das Cobras. Segundo Silvia Capanema Pereira de Almeida, “A maior parte dos prisioneiros morreu ao cabo de 3 dias em razão da falta de ar puro, agravada pelo acréscimo de uma solução de cal nas celas, e desidratados” (ALMEIDA, 2011: 61-62). João Cândido foi colocado em uma solitária¹² junto a outros 17 homens, que passaram nela a noite de natal de 1910. Devido às condições a que estavam submetidos, o Almirante Negro e o soldado João Avelino Lira foram os únicos sobreviventes. Muitos revoltosos foram levados para o Acre para servirem de mão de obra. Outros foram fuzilados.

A adesão de João Cândido ao Integralismo

Duas décadas após o incidente, João Cândido e Adalberto Ferreira Ribas viriam a entrar no partido recém-criado por Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira (AIB), que agiu entre 1932 e 1937, com clara inspiração no fascismo italiano (SILVA, 2005: 63). Entretanto, o discurso integralista era favorável à adesão de diferentes etnias no partido, embora mantivesse a postura antissemita e favorável ao ingresso de indivíduos com experiência militar. Nesse sentido, pelo que mostram as fontes, havia uma razoável presença de negros dentro do movimento (SILVA, 2005: 84).

¹² Tipo de cela planejada para receber uma única pessoa, por curtos períodos.

Assim sendo, a entrada de Cândido no partido foi vital para os discursos da revista *Anauê!*¹³, pois combinavam com o intuito de criar uma imagem de libertador e herói nacional, sem mencionar que o reconhecimento dos negros era, nesta perspectiva, fundamental para o movimento. Esse tipo de discurso pode ser encontrado no seguinte trecho da revista em 1937:

Nesta página, pois, dedicada ao 13 de maio, queremos acentuar o profundo interesse que empolga os estudiosos integralistas pelo problema do negro na sociedade brasileira e queremos também homenageá-lo — nos negros operários, soldados de polícia, marinheiros, estivadores, pescadores, soldados do exército, trabalhadores rurais, que, na hora presente, vivem conosco a esperança de um grande Brasil. (ANAUE apud SILVA, 2005: 86)

Segundo Sepulveda (2014), era o desejo de Salgado reorganizar a cultura brasileira em uma uniformidade, pelo bem do “Todo Nacional” por isso o movimento aceitava “mulheres, negros, pobres, que recebiam papéis sociais específicos na reprodução dos valores integralistas” (Idem, s. p.). Nesse sentido, Salgado afirmou em seu livro (1937: 97) que a divisão entre negros e brancos era fruto da discórdia promovida pela Internacional Comunista, enquanto a divisão por classes era desencadeada pelo Capitalismo: “o povo brasileiro está dividido e, por isso, enfraquecido” (Idem: 23). Portanto, “é a partir dessa construção e desse cenário que Plínio Salgado vai se referir à ‘Nação Total’ e ao ‘Todo Nacional’” (SEPULVEDA, 2014).

¹³ O termo “Anauê” vem do tupi, que significa “Você é meu parente”, e era utilizado como saudação entre os integralistas, reforçando o nacionalismo do movimento. (SEPULVEDA, 2014)

Dessa maneira, João Cândido se viu voluntariamente dentro da causa integralista, que adotava uma postura contra o comunismo. Mesmo assim, este alinhamento ideológico foi ignorado pelos jornalistas ligados ao PCB, como o caso de Adão Pereira Nunes, sob o pseudônimo de Benedito Paulo, que buscou formular uma memória da Revolta da Chibata (ALMEIDA, 2011: 67). Durante a Ditadura, porém, Nunes foi perseguido e sua obra destruída, restando poucas partes. Ademais, com a ascensão do Estado Novo, a AIB foi dissolvida e seus membros perseguidos após o fracassado levante contra o presidente Getúlio Vargas. Cândido, porém, mantém sua amizade com Plínio Salgado. A partir disso, tornou-se difícil o processo de construção da memória com a ditadura varguista, tendo sido apenas efetivamente realizada nos anos 50 com Edmar Morel (ALMEIDA, 2011: 68-69).

As narrativas sobre João Cândido

Responder quem foi o marinheiro João Cândido Felisberto não é uma questão simples, por mais que em um primeiro momento pareça. A construção da memória de Felisberto perpassa poetas, políticos, documentos oficiais da Marinha, conhecimento da população em geral. Não pretendemos neste trabalho chegar aos pormenores sobre quem foi João Cândido, buscando simploriamente apontar as “verdades” ou “erros” das afirmações que são feitas sobre o Almirante Negro por diversos grupos. Entrementes, nos é mais caro compreender qual imagem de João Cândido permanece para cada grupo social e de como esses grupos entendem, se refletem e significam as ações tomadas pelo líder da Revolta da Chibata,

não esquecendo dos aspectos que foram deixados de lado pelas diversas memórias construídas acerca de Felisberto. Buscamos, portanto, compreender alguns discursos a respeito desse intrigante personagem, utilizando do documentário e da entrevista mencionados anteriormente.

Em relação à história contada pelo documentário sobre a figura de Felisberto, a narrativa inicia-se com seu nascimento, no Rio Grande do Sul, ao som de uma música regional e imagens do campo, que corroboram com a construção de um amante da sua terra, de um sujeito simples. A fazenda onde nasce o futuro líder revoltoso é adjetivada como “diferente” pela escritora Maria Luci Corrêa, criando uma certa predestinação ao menino que nasceu em uma fazenda fora dos padrões, apesar dessas diferenças não serem tão claras. O filho do casal da fazenda é colocado como trabalhador, responsável e amante da liberdade por não ter nascido escravo como os progenitores. A entrada de Cândido na escola de marinheiros, segundo os entrevistados Corrêa e João Cândido de Oliveira, sobrinho neto, deveu-se ao encanto do Almirante Alexandrino de Alencar pelas qualidades do menino. Marcos Manhães Marins, diretor do filme *Memórias da Chibata*, aponta João Cândido como um trabalhador pacato, obediente e que jamais se revoltaria sem necessidade, que pregava a não violência mesmo em meio à rebelião. João Cândido, na visão do cineasta, permaneceria fiel à hierarquia militar, mas precisou se revoltar, não por ele, mas pela situação indigna em que viviam todos os seus colegas. Sua revolta foi justificada porque fora em nome dos Direitos Humanos, pelos quais nosso herói lutou até o fim. Ademais, Felisberto fora, na perspectiva do vídeo, um herói do

movimento negro. Conforme Oscarlina de Oxalá¹⁴, há uma ausência de heróis negros no Sul do país, sendo a única referência para a luta negra a história de um “pobre de um negrinho que apanhou e morreu em um formigueiro”¹⁵ (JOÃO, 2008b), o que, segundo ela, faz mal para a auto-estima das crianças negras. João Cândido aparece como o ideal de luta não só pelo fim de castigos físicos, mas pela igualdade racial.

Consideramos, primeiramente, que a memória construída pelo documentário é uma perspectiva possível, a qual busca responder problemas de seu presente por meio da figura de João Cândido. Apesar disso, este fato não nos inibe de levantar algumas dificuldades encontradas por tal discurso. A construção da imagem de João Cândido no documentário começa pelo título da obra, “a luta pelos direitos humanos”, afirmar que o Almirante Negro lutou para que os Direitos Humanos fossem respeitados dentro da Marinha (JOÃO, 2008b). Levando em consideração que o conceito de direitos humanos surgirá somente após a Segunda Guerra Mundial, o termo torna-se anacrônico para a temporalidade da Revolta da Chibata. Conforme Barros (2016: 162), são anacronismos os termos utilizados pelo historiador contemporâneo que pressupõe que os personagens históricos pensassem exatamente como os indivíduos da atualidade, e este seria o caso de “direitos humanos”, referentes a um processo histórico datado.

¹⁴ Membro da Comissão Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Grupo Hospitalar Conceição (CEPPIR-GHC).

¹⁵ Referência à lenda folclórica do Negrinho do Pastoreio. Para mais informações sobre esta história, recomendamos a consulta à obra de LOPES NETO, João Simões. Lendas do sul. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002. 159p.

Para além destes fatores, o documentário trabalha com a ideia de um herói popular, militante e resistente. Conforme a fala de Edson Santos, ministro da Igualdade Racial durante o governo Lula, o líder da Revolta da Chibata teria tido uma participação no movimento de marinheiros contrários ao Golpe de 64¹⁶, sendo um homem de esquerda e progressista (Idem). Tal relação é importante para tornar a Revolta da Chibata um movimento de esquerda, utilizado como propaganda das lutas de classe pregadas pelo PCB, como em panfletos distribuídos pelo partido (NASCIMENTO, 2010: 31). Esta perspectiva também é seguida pelo jornal progressista *A Nova Democracia*, que o descreve como “almirante negro da esquerda revoltosa” (CARCERELLI, 2010).

Entretanto, estas memórias sobre Felisberto transmitidas pelo documentário encontram alguns problemas quando confrontada com outro ponto de vista, a memória do próprio Almirante Negro em 1968 (FELISBERTO, 1968). Isso não torna essas memórias inválidas, mas cria um atrito entre a narrativa do documentário e a da memória de João Cândido. Na entrevista, João Cândido afirma não ter sido um “político militante”, mas sim um participante das lutas do que chamava de “partido dos bons”, diante da pergunta do jornalista Hélio Silva que utilizava os termos “partido dos humilhados, o partido dos humildes, o partido da libertação” (Ibid: 21). João Cândido afirma em sua entrevista que teve “pouca prática” nos movimentos tenentistas de 22 e 24 e foi opositor ao movimento dos marinheiros de 64. Ao se referir à intervenção militar em

¹⁶ O movimento dos marinheiros de 1964 tinha como objetivo a luta pela aprovação de reformas de base do presidente João Goulart.

1964 (golpe que derrubou o presidente João Goulart), considera que este foi um “movimento de salvação pública” (Ibid: 22). A isso devemos acrescentar a participação de João Cândido no Movimento Integralista, memória esquecida para que fosse possível a consolidação de um Almirante Negro progressista e militante de esquerda.

Apesar disto, devemos considerar que o depoimento de Felisberto (de 29 de março de 1968) foi dado apenas quatro anos após a instauração do Novo Regime, o presidente era Costa e Silva (considerado linha-dura) (NETO, 2003). É possível que, considerando que houvesse de fato uma participação de João Cândido na resistência ao golpe de 64, tal participação seria provavelmente negada pelo entrevistado. Neste contexto, as falas do João Cândido de 1968 reforçam a sua essência não revoltosa. O Almirante Negro afirma que nunca foi chicoteado, era obediente aos superiores e se relacionava bem com eles. Apesar destas considerações, aparentemente o depoimento de Felisberto não chegou a ser utilizado pelo Regime Civil-Militar, permanecendo guardado dentro do MIS por décadas, possivelmente por não se ajustar a nenhum modelo historiográfico em voga nos anos de chumbo, não havendo correspondência entre os intentos do entrevistador e a realidade da entrevista¹⁷ (Ibid: 23).

Ainda com relação à postura de João Cândido na entrevista, e às incoerências dos discursos sobre ele, no sentido de que temos um

¹⁷ Outro ponto que é necessário salientar é a problematização que Neto (2003) faz sobre a entrevista. Conforme o autor, esta foi conduzida pelo entrevistador Hélio Silva: “pode-se verificar que o entrevistador principal, Hélio Silva, é também o narrador principal [...]. Através das perguntas que faz, narra a história da Revolta de 1910 e, ao mesmo tempo, cria, ou ao menos tenta criar, uma imagem de João Cândido” (Ibid: 05).

marinheiro revoltoso na revolta da chibata, enquanto nos anos 30 temos um integralista e em 64, um defensor do Golpe Civil-Militar (NETO, 2003: 22), é necessário fazer algumas breves considerações sobre a filosofia do renomado autor Paul Ricoeur, a partir de sua obra *O si mesmo como um outro* (2014). Conforme o pensador, a identidade humana poderia ser classificada em duas facetas, a *mesmidade* e a *ipseidade*. Enquanto aquela faz referência à parte de nossa identidade que não se altera, esta se encontra relacionada com o ser que muda conforme as ações que executa no tempo e com a narrativa formada ao longo do tempo. Apesar disto, o indivíduo busca, dialeticamente e constantemente uma unicidade de si próprio. Seguindo neste caminho, cada ser humano vai realizar várias narrativas durante sua vida com o intento de interpretar a si mesmo e ao mundo. Desta forma, o indivíduo constrói sua identidade, entretanto, sem jamais atingir uma total compreensão de si próprio. Ademais, devemos considerar que Ricoeur propõe que o sujeito narra aquilo que é conveniente em cada situação: há uma mudança de discurso narrativo, dependendo do ouvinte. Vale a pena também destacar que, ao narrar, o indivíduo atribui um sentido à sua história, que vai mudar conforme o tempo e ouvinte. No mesmo sentido, Silva afirma que: “a importância da memória está no fato de que, ao relembrar o passado, procuramos nele os germens de uma outra história possível” (SILVA apud ROCHA, 2012: 74). Mas com relação à narrativa de João Cândido, que muito nos interessa, é possível utilizar as ideias de Ricoeur para explicar que o Almirante Negro ressignificou sua narrativa no decorrer da vida, e seu testemunho, sendo vivo, não é o mesmo quando contado em plena Ditadura Militar do que poderia ter sido alguns anos

antes. O entrevistado não vai contar exatamente o mesmo depoimento em virtude de variáveis como a experiência de vida e o interlocutor. Mesmo tendo tais considerações em mente, o testemunho é uma forma de memória e é válida em seu contexto.

Considerações finais

Entre o documentário e a entrevista, temos duas memórias construídas sobre Felisberto, uma do Almirante Negro, líder de esquerda, participante do partido dos humildes e inserido em um contexto de reivindicações sociais mais amplas, e outra do testemunho de um João Cândido entrevistado em plena Ditadura Civil-Militar, de posicionamento político ambíguo e que inclusive considerou 64 como um “movimento de salvação pública” (FELISBERTO, 1968: 22). Não nos interessa aqui responder se o espectro político deste personagem histórico mudou desde 1910 até 1964. A questão aqui é entender o contraste entre memórias, e perceber que estas buscam responder os desafios de seu presente, entender como a Revolta da Chibata (cujas pautas eram acabar com os castigos corporais) tornou-se na memória do documentário um movimento de esquerda pelos direitos humanos ou um levante liderado por um integralista, na perspectiva do deputado Damasceno. Não se pode negar que a tomada de ação do Almirante Negro se torna legitimadora de causas ideológicas que servem tanto à esquerda progressista quanto a alguns setores da direita mais extremistas.

Finalmente, a memória construída em torno de Felisberto também deve ser estudada para que se compreenda como cada grupo social cria a

figura de seu herói para responder às suas próprias demandas, podendo o ressignificar com o passar do tempo.

Bibliografia

ALMEIDA, Silvia Capanema P. de. Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. *Revista Brasileira de História*, 2011. Disponível em: <<http://2011.redalyc.org/articulo.oa?id=26319123004>>. Acesso em 02 jun. 2019.

BARROS, José D'Assunção. *Os Conceitos*. Seus usos nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2016.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (orgs). *Textos Políticos de História do Brasil* - Volume 3. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 661-669.

CALDEIRA NETO, Odilon. Enéas Carneiro em dois tempos: do “voto cacareco” a um dos heróis da “nova direita” (artigo). In: *Café História – história feita com cliques*. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/eneas-carneiro-em-dois-tempos>>. Publicado em: 01 jul. 2019. Acesso em 16 out. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Os bordados de João Cândido. *História, Ciências, Saúde*, n. 2, p. 64-83, julho-outubro 1995. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/enfil/article/view/40478>>. Acesso em 18 jun. 2020.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. A revolta da chibata e seu centenário. *Perseu*, ano 5, n. 4, p. 11-41, 2010.

_____. *Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. 1997. 139p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Defesa: Campinas, 21/03/1997. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281466>>. Acesso em 13/06/2019.

NETO, José Miguel Arias. João Cândido 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros. *Revista História Oral*, v. 6, p. 159-85, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio et.al. O Brasil Republicano, 2º vol: sociedade e instituições (1889-1930). In: FAUSTO, Boris (dir). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ROCHA, Gilmar. O Circo Chegou! Memória Social e Circularidade Cultural. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 69-89, nov. 2012.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como outro*. Trad. Ivone C. Benedetti. 1ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

SALGADO, Plínio. *A Doutrina do Sigma*. 2. ed. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1937. 197 p.

SEPULVEDA, José Antonio. O Projeto Integralista. *ENFIL: Revistas Encontros com a Filosofia*, ano 2, n. 2, 2014.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê! Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 25, n. 50, p. 61-95. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882005000200004>>. Acesso em 14 de Jun. 2019.

Webgrafia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. Governo anistia João Cândido, sem indenização. 24 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/governo-anistia-joao-candido-sem-indenizacao/>>. Acesso em 02 jun. 2019.

ALVES FILHO, Francisco. Herói injustiçado. *IstoÉ Independente*. 27 mar. 2010. Disponível em: <https://istoe.com.br/60677_HEROI+INJUSTICADO/>. Acesso em 02 jun. 2019.

BERABA, Marcelo. Marinha libera documentos de João Cândido, o "almirante negro". *Folha de S. Paulo*. 09 de mar. de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/03/379839-marinha-libera-documentos-do-almirante-negro.shtml>>. Acesso em 02 jun. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, ano 60, n. 152, 03 set. 2005, p. 43581-43582. Disponível em : <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03SET2005.pdf#page=69>>. Acesso em 02 jun. 2019. Discurso do Deputado Elimar Máximo Damasceno.

CARCERELLI, Luiz. 100 anos da Revolta da Chibata - João Cândido, o almirante negro da esquadra revoltosa. *A Nova Democracia*, ano IX, nº 71, nov. de 2010. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-71/3152-100-anos-da-revolta-da-chibata-joao-candido-o-almirante-negro-da-esquadra-revoltosa>>. Acesso em 02 jun. 2019.

CONGRESSO EM FOCO. Câmara anistia integrantes da revolta da Chibata. 13 mai. 2008. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/camara-anistia-integrantes-da-revolta-da-chibata/>>. Acesso em 02 jun. 2019.

ESTADÃO. Lula inaugura estátua do marinheiro João Cândido no Rio. *Estadão*. 20 nov. 2008. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-inaugura-estatuado-marinho-joao-candido-no-rio,281087>>. Acesso em 06 jun. 2019.

FERNANDO, Paulo. O almirante negro integralista. *Terça Livre*. 06 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.tercalivre.com.br/o-almirante-negro-integralista/>>. Acesso em 02 jun. 2019.

G1. Mangueira reconta história do Brasil em desfile com heróis da resistência negros e índios. 05 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2019/03/05/mangueira-reconta-historia-do-brasil-em-desfile-com-herois-da-resistencia-negros-e-indios.ghtml>>. Acesso em 17 jun. 2019.

O GLOBO ONLINE. Lula sanciona anistia a líder da Revolta da Chibata. *Extra*. 23 jul. 2008. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/lula-sanciona-anistia-lider-da-revolt-a-da-chibata-547221.html>>. Acesso em 02 jun. 2019.

Fontes

BOSCO, João; BLANC, Aldir. *O Mestre Sala dos Mares*. [S. l.]: RCA Victor, 1975. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ajjAV1bHHX4>>. Acesso em 06 jun. 2019.

FELISBERTO, João Cândido. *Entrevista concedida por João Cândido a Hélio Silva*.

Rio de Janeiro: Museu da Imagem e do Som, 1968. [Transcrição por José Miguel Arias Neto]. Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/arqtxt/JoaoCandido-entrevista.pdf>>. Acesso em 04 jun. 2019.

JOÃO Cândido: a luta pelos direitos humanos 01. Direção: Tânia Quaresma. [S. l.]: Fundação Banco do Brasil, 2008a. 1 vídeo (24 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PMY_L9V9a28> . Acesso em: 04 jun. 2020.

JOÃO Cândido: a luta pelos direitos humanos 02. Direção: Tânia Quaresma. [S. l.]: Fundação Banco do Brasil, 2008b. 1 vídeo (13 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=F-mTOS6FmA&t=648s>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

Recebido em: 05/08/2019

Aceito em: 15/07/2020

ENTRE ÍCONES E ICONOCLASTAS: A CONSTRUÇÃO DE LIBERAIS E CONSERVADORES EM *O CRIME DO PADRE AMARO*, DE EÇA DE QUEIRÓS, COMO CRÍTICA AO PORTUGAL OITOCENTISTA

BETWEEN ICONS AND ICONOCLASTS: THE CONFLICT BETWEEN LIBERALS AND CONSERVATIVES IN *O CRIME DO PADRE AMARO*, BY EÇA DE QUEIRÓS, AS A CRITICISM OF 19TH CENTURY PORTUGAL

Cláudio César Foltran Ulbrich¹

Resumo: O artigo busca discutir a construção de diferentes tipos de personagens dentro da obra *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, construídos a partir de um pressuposto de oposição: os religiosos, conservadores e corruptos, de um lado; do outro, os liberais, anticlericais e progressistas, ainda que hipócritas. Também, se busca discutir duas figuras que contradizem a lógica dos dois grupos — o abade Ferrão e o Dr. Gouveia, respectivamente. Por fim, se buscará compreender como isso constitui a crítica queirosiana ao Portugal do século XIX, principalmente à sua filiação da Geração de 1870.

Palavras-chave: Eça de Queirós, Geração de 70, literatura portuguesa, realismo-naturalismo português, liberalismo, conservadorismo.

Abstract: The article aims to discuss the making of the different types of characters in Eça de Queirós' *O Crime do Padre Amaro*, written in a logic of opposition: on the one hand, the clergy, conservatives and corrupts; on the other hand, liberals, anticlericals and progressives, yet hypocrites. Furthermore, we aim to understand two characters that contradicts the logic of the two groups — abbot Ferrão and Dr. Gouveia, respectively. Ultimately, we present how this constitutes Eça de Queirós' criticism of

¹Graduando de História na Universidade Federal do Paraná, pesquisa atualmente sobre as expansões marítimas ibéricas no século XVI.

nineteenth-century Portugal, taking into account his filiation to the Geração de 1870.

Keywords: Eça de Queirós, 1870's generation, portuguese literature, realism-naturalism, liberalism, conservatism.

Introdução

Segundo o historiador francês François Hartog (1946–), a História e a Literatura, no século XIX, assumem funções homólogas. Tendo um mesmo objetivo — a compreensão da sociedade — mas possuindo meios e concepções diferentes de como fazê-lo, elas chegaram a resultados e concepções muito diferentes. Ele destaca que a literatura busca fazer uma análise do “simultâneo do não-simultâneo”, em que se buscam os “[...] fracassos, apreender a heterogeneidade das temporalidades em curso, para daí extrair um dispositivo dramático e a ocasião de um questionamento na ordem do mundo” (HARTOG, 2017: 128); ou seja, compreender os anacronismos, as variações entre expressões do mundo que existem sincronicamente dentro de uma mesma sociedade. É a partir dessa perspectiva que José Maria de Eça de Queirós (1845-1900), em *O Crime do Padre Amaro*, publicada pela primeira vez em 1875 na *Revista Ocidental*, busca examinar a sociedade portuguesa oitocentista a partir da ação dos liberais e do clero, principalmente.

A literatura queirosiana atravessa três fases distintas, em que *O Crime do Padre Amaro* faz parte da segunda e da terceira, através das sucessivas edições do livro. Seguimos, aqui, a classificação levantada por Mota quanto estas três fases (2014: 12):

O autor do primeiro momento, dito romântico, das *Prosas*

Bárbaras (1866–1867) e da primeira versão d'*O Crime do Padre Amaro* (1875); o criador (supostamente atraído pelo realismo/naturalismo) da segunda e terceira versões do *Crime do Padre Amaro* (1876 e 1880) e do *Primo Basílio* (1878). Além disso, uma terceira fase, desligada de normas específicas, de *O Mandarim* (1880), *A Relíquia* (1887), *Os Maias* (1888), *A Ilustres Casa de Ramires* (Póstumo, 1900) e *As Cidades e as Serras* (Póstumo, 1901). (MOTA, 2012: 12).

Conforme aponta Rios (2007: 14), a obra *O Crime do Padre Amaro* “[...] lança[m] efetivamente Eça de Queirós no cenário das letras portuguesas”, ao passo que o crítico literário português Álvaro Lins coloca o romance como um ponto de inflexão na carreira artística do autor e da própria literatura portuguesa: “Este livro não inovou, [sic] apenas a carreira literária de Eça de Queiroz. Foi a própria literatura portuguesa que ele revolucionou, com espantosa violência, iniciando o realismo português [...]” (LINS *apud* RIOS, 2007: 15). Suas obras, repletas de crítica social, inspiram-se em outros escritores de seu tempo, principalmente Gustave Flaubert e Émile Zola, que, inclusive, será acusado de ter plagiado.² Seu estilo irônico e jocoso garantiu reconhecimento ainda em vida, inclusive no Brasil, onde enfrentou as críticas ácidas de Machado de Assis (SENNA, 2018).

O Crime do Padre Amaro é, portanto, um dos marcos literários tanto

² Eça enfrentará essas críticas ainda em vida, vindas de seu homólogo brasileiro, Machado de Assis. Em crítica publicada na revista *O Cruzeiro*, em 16 de março de 1878, na ocasião da publicação de *O Primo Basílio*, o romancista brasileiro acredita que “[...] o próprio *O Crime do Padre Amaro* é imitação do romance de Zola, *La Faute de l'Abbé Mouret*. Situação análoga, iguais tendências; diferença do meio; diferença do desenlace; idêntico estilo; algumas reminiscências, como no capítulo da missa, e outras; enfim, o mesmo título” (MACHADO DE ASSIS, 1878: 2).

da literatura de Queirós quanto da portuguesa. A obra descreve o relacionamento entre o pároco Amaro e a beata Amélia em Leiria, algo proibido pelo celibato. A relação dos dois, eventualmente, resultará num filho, abandonado nas mãos de uma “tecedeira de anjos”, que o assassina, e na morte de Amélia, em que se expressa a profunda corrupção do clero, a fraqueza de caráter das personagens, típica da literatura naturalista, e a própria decadência de Portugal.

A literatura queirosiana, e em especial a sua trilogia *Cenas da Vida Portuguesa*, constituída, além de *O Crime do Padre Amaro* (1875), de *Primo Basílio* (1878) e *Os Maias* (1888), busca construir, através desses personagens, uma análise de caráter laboratorial da sociedade lusitana através das ações dos indivíduos, guiados por suas paixões e pela influência do meio. Tece, com isso, uma crítica aos costumes, mostrando a estagnação social, a decadência das práticas e o próprio declínio nacional em comparação com as demais nações europeias. Em carta a Teófilo Braga, literato e um dos seus amigos próximos, Eça de Queirós estabelece que as *Cenas* tinham como objetivo

[...] Pintar a sociedade portuguesa tal qual a fez o Constitucionalismo desde 1830 — e mostrar-lhe como num espelho que triste país eles formam — eles e elas. É o meu fim nas “Cenas da Vida Portuguesa”. É necessário acutillar o mundo oficial, o mundo sentimental, o mundo literário, o mundo agrícola, o mundo supersticioso — e com todo o respeito pelas instituições que são de origem eterna, destruir as falsas interpretações e falsas realizações, que lhe dá uma sociedade podre. Não lhe parece você que um tal trabalho é justo? (EÇA DE QUEIRÓS, 2006: 255).

Karina Marques Câmara (2007) argumenta que Eça de Queirós tinha claras pretensões reformistas da sociedade portuguesa, em que a análise e denúncia dos personagens de sua obra tinha como objetivo a própria regeneração de Portugal. O autor formou parte da chamada “Geração de 1870”, formada por intelectuais e escritores empenhados em romper com a velha ordem e construir um novo Portugal, deixando para trás a mentalidade moderna e indo rumo à contemporânea. Eça de Queirós, especialmente, foi um dos expoentes do movimento, denunciando a estagnação nacional e, através da exposição de seus vícios, buscar regenerá-la. Conforme aponta Câmara (2012: 56),

Com base nos ideais de sua geração, Eça de Queirós iniciou o seu projeto de ‘regeneração de Portugal’, de intervenção na sociedade, através da ironia corrosiva e da crítica contundente à vida social, política e moral da época. Pintar a sociedade, colocá-la em causa para mostrar o quão “decadente” ela era e, assim, obter uma possível ‘redenção’ era o objetivo de sua ação enquanto escritor e intelectual português (CÂMARA, 2012: 56).

Vera Maria Monteiro de Souza Rios, por outro lado, aponta como o clero, especificamente, é alvo de profundas críticas de Eça de Queirós e de muitos de sua geração:

O anticlericalismo constitui um fator determinante como atitude cultural e ideológica da Geração de 70 a que Eça pertenceu. Desde os seus primeiros textos de análise social, conforme visto anteriormente, o clero era objeto de ácidas críticas, como a excessiva influência que o sacerdote desfrutava junto às mulheres; a interferência na educação das jovens; posse de relíquias e posterior venda delas. A força

bruta e o caráter fanático de alguns religiosos também não escaparam à sátira queirosiana. (RIOS, 2007: 17).

Esses grupos sociais não são criticados apenas por sua função dentro da obra – clérigos, funcionários públicos, senhoras beatas – mas também pela ideologia por que se guiam. Assim, Eça de Queirós opõe duas ideologias básicas: o liberalismo, representado por João Eduardo, Gustavo e Gouveia, e o conservadorismo, personificado pelos clérigos de Leiria. No entanto, essa oposição, como destacam Brandão e Oliveira Júnior (2014: 87-90), possuía características mais complexas do que pode parecer à primeira vista. Fica evidente, em determinados momentos, que o anticlericalismo dos liberais poderia ser fruto de conveniência, ou de suas intenções imediatas, mais que de ideologia; ao passo que a corrupção do clero é colocada em anteparo com o abade Ferrão, que se mostra completamente diferente e que, à sua maneira, representa outra face do clero português, quase numa tentativa por parte de Eça de redimi-lo.

As personagens de Eça de Queirós, assim, são apresentadas em muitas situações como esses modelos, ou ainda tipificações, ao qual ele critica a própria sociedade portuguesa através da denúncia de seus comportamentos. Por outro lado, o abade Ferrão e o doutor Gouveia são apresentados como modelos que fogem à regra e, por comparação, a confirmam. Eles, enfim, aprofundam a complexidade das relações entre conservadores e liberais, que será uma das peças-chave na crítica social que a obra traz.

Essa relação mais complexa pode ser compreendida pelo próprio contexto político em que o liberalismo se consolidou em Portugal. Sua

origem mais distante pode ser encontrada na Revolução Liberal do Porto, em 1820, que rapidamente evoluiu para um movimento liberal radical, que apregoava o fim do Antigo Regime e a criação de uma monarquia constitucional. O movimento perderá força com a Carta Constitucional de 1826, de caráter liberal-conservador, centrista e moderada. Os conflitos cessarão quase que por completo com a ascensão do Partido Regenerador, em 1851, que manteve um equilíbrio de forças dentro do parlamento que garantiu o sufocamento de forças liberais mais radicais.

Se por um lado o liberalismo tinha prosperado no estabelecimento de um corpo legislativo, por outro, ele não tinha provocado a mudança das mentalidades como em outros países da Europa. Amadeu Carvalho Homem (2000) destaca que os burgueses, muito mais que uma mentalidade empreendedora, assumiram posturas de um anseio aristocrático, ligando-se à coroa e aos cargos públicos, sem, necessariamente, promover uma ruptura com a velha ordem, representada pela aristocracia e pela Igreja:

A configuração social do liberalismo português apresenta-nos um remanescente de recorrências históricas que iludem os pressupostos de modernização e de ruptura que seria legítimo esperar. Pesava sobre o país uma *forma mentis* e um trilha de hábitos comportamentais que só a interiorização de valores burgueses avançados, solidamente firmados na livre iniciativa empresarial, poderiam transformar. Mas essa modificação de conteúdos de consciência e de práticas de ação não foi alcançada. [...] A nova burguesia liberal aspirava à nobilitação, mantinha um ideal de riqueza predominantemente centrado nos bens fundiários, especulava improdutivamente, amarrava-se o melhor que podia nos nichos da administração pública e conservava sob suspeita o valor da iniciativa individual, já então decididamente vitoriosa nas paragens

européias mais desenvolvidas. (HOMEM, 2000: 270).

Em suma, Eça de Queirós faz uma análise profundamente crítica do seu próprio tempo, em que destaca a decadência de Portugal, representada no clero corrupto, no liberalismo malformado e mal instalado e nos embates sociais provocados por essa configuração. Há, na análise desses dois tipos, a compreensão dos próprios conflitos sociais e intelectuais que o Portugal oitocentista atravessou.

Porque sois semelhantes aos sepulcros caiados³

A crítica mais explícita dentro da obra de Eça de Queirós se volta comportamento do clero. Como uma expressão típica do naturalismo, o corpo eclesiástico é apresentado como decadente e dado a impulsos e paixões, de forma que, longe da virtude que se espera deles, agem segundo seus próprios interesses e anseios. Há uma constante necessidade de atender às necessidades fisiológicas, mostradas a partir de glotonarias, da lascívia, das emoções intensas e impuras e da transgressão aos mandamentos cristãos.

Uma cena que explicita bem esse tipo de comportamento é o jantar na casa do abade da Cortegaça, em que os padres Amaro, Natário e Brito, juntamente com o cônego Dias, se reúnem para uma refeição. Bêbados, os clérigos discutem à mesa, em que ficam evidentes a sua falta de vocação e um relaxamento da austeridade e sobriedade que se espera dos membros da

³ As seguintes seções, destinadas a analisar a ação dos diferentes personagens-tipo dentro da obra, serão identificadas a partir de versículos bíblicos que, à sua maneira, descrevem a própria ação dos elementos analisados.

Igreja. Deleitam-se nos prazeres da comida e da bebida, demonstram uma falta de caridade com os pobres — quando muito, a fazem a contragosto —, são dados a ataques de ira, não se ressentem do seu comportamento e consideram tudo isso muito natural.

Já no primeiro momento, Natário e Brito nos são apresentados a partir do grotesco e da própria estética naturalista. Natário nos é descrito como “[...] uma criatura biliosa, seca, com dois olhos encovados, muito malignos, a pele picada de bexigas e extremamente irritável. Chamavam-lhe o ‘Furão’” (EÇA DE QUEIRÓS, 2019: 110); Brito nos aparece como

[...] o padre mais estúpido e mais forte na diocese; tinha o aspecto, os modos, a forte vida de um robusto beirão que maneja bem o cajado [...]. O senhor chantre, sempre correto nas suas comparações mitológicas, chama-o ‘leão de Nemeia’” (EÇA DE QUEIRÓS, 2019: 110).

Percebe-se, aqui, a visão quase não-humana deles, bem como a comparação, nos dois casos, a animais selvagens.

O mais explícito, porém, é que, para além da sua falta de piedade, há o uso dos sacramentos para proveito próprio, atendendo aos anseios pessoais ou até mesmo estatais, corrompendo a sua vocação santa e ritualística. Segundo Roani (2003: 47):

São os padres de Leiria que dão o exemplo a Amaro, e não é de se admirar que ele faça o mesmo. Eça representa padres que se servem da Igreja em proveito próprio. Os padres de Leiria aparecem como religiosos só exteriormente, quando muito. Juste-se ainda o apego a uma vida de bem-estar e a sua falta de caridade, que se ilustra com as suas discussões sobre a

pobreza, bem como a exploração das crenças do catolicismo.

Considerando o comportamento, a cena em questão também se coloca como um estudo de caso. Os padres, em volta da mesa, bebem demasiadamente e, bêbados, afirmam heresias. Entregando-se à glotonaria, discutem a pobreza; colocada, aqui, como fruto da preguiça. Nas palavras de Natário, “[...] muita pobreza, mas muita preguiça. [...] Em muitas fazendas sabia ele que havia faltas de jornaleiros, e viam-se marmanjos, rijos como pinheiros, a choramingar padres-nossos pelas portas” (EÇA DE QUEIRÓS, 2019: 113); a boataria, que não buscavam desmentir; pelo contrário, até a alimentavam, como é o caso do suposto caso do padre Brito com a mulher do regedor (EÇA DE QUEIRÓS, 2019: 114) e, principalmente, o papel da confissão, que se coloca como o mais sensível. É evidente, aqui, que não se tinha uma crença sincera no sacramento; ou, ainda, se colocava como uma ferramenta de utilidade para a padraria, que a utilizava para seus propósitos escusos. É, por exemplo, o que se pode observar na fala de Natário, num rompante de sinceridade:

— E com a confissão — disse o padre Natário. — A coisa então vai pelas mulheres, mas vai segura! Da confissão tira-se grande partido.

[...]

— Escutem, criaturas de Deus! Eu não quero dizer que a confissão seja uma brincadeira! Irra! Eu não sou pedreiro-livre! O que eu quero dizer é que é um meio de persuasão, de saber o que se passa, de dirigir o rebanho para aqui ou para ali... E, quando é para o serviço de Deus, é uma arma. Aí está o que é: a absolvição é uma arma! (QUEIRÓS, 2019: 116).

A sinceridade crua de Natário causa escândalo, especialmente em Amaro, recém-chegado à Leiria, ainda tendo uma visão mais íntegra dos preceitos cristãos. Os outros padres, mais que tentar corrigir Natário, buscam aplacar a fúria de Amaro, seja apenas com expressões conciliatórias ou tentando repetidamente desviar a atenção à comida e ao vinho, trazidos por Gertrudes, a governanta.

O segundo momento é quando Natário, ávido por se vingar de João Eduardo pelo artigo difamatório que este publica no *A Voz do Distrito*, busca usar da sua influência para desfazer a promoção que ele ganharia com a ajuda do Dr. Gouveia:

O pateta estava para ser empregado no Governo Civil, primeiro amanuense, hem? Pois vou-lhe desmanchar o arranjinho!... E o Nunes Ferral que é dos meus, homem de boas ideias, vai pô-lo fora do cartório... E que escreva então Comunicados! (QUEIRÓS, 2019: 207).

Igualmente, quando o cônego Dias procura investigar a situação de Amaro e descobre pela Totó, a filha do sineiro, que ele e Amélia estavam tendo um caso, ele confronta Amaro. No entanto, mais que denunciá-lo — e temeroso que seu próprio caso com a sra. Joaneira seja denunciado por Amaro — o cônego simplesmente o admoesta, sem, no entanto, fazer nada sobre seu comportamento escandaloso:

— Traste por quê? Diga-me lá! Traste por quê? Temos ambos culpas no cartório, eis aí está. E olhe que eu não fui perguntar, nem peitar a Totó... Foi muito naturalmente ao entrar em casa. E, se me vem agora com essa coisa de moral, isso faz-me rir. A moral é para a escola e para o sermão. Cá na vida faço isto, o senhor faz aquilo, os outros fazem o que podem. [...] É a

natureza que manda. Somos homens. E como sacerdotes, para honra da classe, o que temos é fazer costas!

[...]

Então riram ambos. Imediatamente cada um declarou retirar as palavras ofensivas que tinham dito; e apertaram-se gravemente a mão. Depois conversaram. (EÇA DE QUEIRÓS, 2019: 353).

Ou seja, mostra-se, aqui, um corporativismo de defesa, bem como uma necessidade de encobrir o outro nas suas transgressões, pois ele mesmo espera ser protegido. Há, assim, um sentimento de camaradagem no delito e uma completa ignorância em relação ao que seria os preceitos religiosos esperados.

Uma segunda expressão do uso da fé para fins pessoais é a interferência do resultado das eleições, de forma que os homens do Estado — aqui personificado no conde de Ribamar — procuram usar a padralhada para alavancar determinado candidato. Por três vezes é exposto esse tipo de relação: quando Amaro vai requisitar a sua transferência de Feirão, no jantar na casa do abade de Cortegaça e na conversa entre o padre Brito e o Dr. Gouveia, quando este pede retaliação contra o comunicado escrito por João Eduardo. Brandão e Oliveira Júnior (2014) explicitam a ligação profunda entre clero e eleições, que Eça de Queirós buscou descrever:

Os revolucionários [liberais] apelaram para as lideranças dos membros da igreja e para seu poder de penetração junto à sociedade portuguesa. Além disso, a religião foi reconhecida, desde o princípio do constitucionalismo, como uma necessidade pública. [...] Garantia-se o monopólio católico e a propriedade privada e, em contrapartida, a igreja colocava seus membros para ajudar a afiançar a obediência às determinações do congresso. (BRANDÃO; OLIVEIRA JÚNIOR, 2014: 94).

Em suma, Eça de Queirós explicita, por um lado, o comportamento do clero, que é dado a paixões; por outro, como eles se utilizam de sua penetração transversal dentro da sociedade portuguesa para fazer valer seus interesses. Isso é tanto um reflexo do papel real que a Igreja exercia dentro da sociedade portuguesa, profundamente católica, quanto da própria concepção realista-naturalista descritiva que Queirós ajudou a desenvolver.

Nos últimos tempos, alguns apostarão da fé

A contraposição ao clero decadente, e que constitui o principal conflito na obra — e que, segundo Homem (2000), é uma expressão do próprio conflito que se constituiu na segunda metade do século XIX em Portugal — é o liberalismo, expressos na figura de João Eduardo, de Gustavo⁴ e do Dr. Gouveia. Movimento forte em Portugal desde 1820, com a Revolução Liberal do Porto, ansiava-se por reformas estruturais que pudessem impulsionar Portugal da latente estagnação que se encontrava.

O liberalismo português teve uma expressão marcadamente anticlerical. Isso é representado na obra, em que há uma constante interposição entre o clero e os liberais, sendo estes hostis a religiosidade e os preceitos cristãos, apontando, em muitas situações, a hipocrisia do clero. A Igreja é considerada uma atravancadora da sociedade por João Eduardo e por Gustavo; Dr. Gouveia, porém, assume uma posição mais moderada, que cabe fazer uma análise posterior mais profunda.

João Eduardo, o escrevente, é o tipo pequeno-burguês claro dentro da

⁴ Na realidade, Gustavo é uma figura da nova realidade que se desenhava em Portugal e na Europa. Socialista, apresenta o entusiasmo pelas ideias que se fixaram na Europa desde a Primavera dos Povos, em 1848.

obra. Funcionário público e anticlerical, seu desgosto pela igreja acaba sendo mais, por um lado, por uma negação ao seu conservadorismo e, por outro, pelo seu anseio de Amélia. Conforme Brandão e Oliveira Júnior apontam, muitas vezes isso parece ser mais uma expressão de sua antipatia pelo padre Amaro que por ideologia (BRANDÃO; OLIVEIRA JÚNIOR, 2014: 95-96); no entanto, é inegável que ele represente o liberalismo dentro do livro. Eça de Queirós o coloca como um anticlerical ferrenho:

Sempre fora inimigo de padres! Achava-os um “perigo para a civilização e para a liberdade”; supunha-os intransigentes, com hábitos de luxúria, e conspirando sempre para reestabelecer “as trevas da Meia Idade”; odiava a confissão que julgava uma arma terrível contra a paz do lar; e tinha uma religião vaga – hostil ao culto, às rezas, aos jejuns, cheia de admiração pelo Jesus poético, revolucionário, amigo dos pobres, e “pelo sublime espírito de Deus que enche todo o Universo”! (QUEIRÓS, 2019: 155-156).

Conforme já explicitado, o liberalismo em Portugal esteve relacionado com um processo de “nobilitação”, em que, mais que assumindo uma postura empreendedora e antiaristocrática, os burgueses tinham um forte senso de se ligar ao Estado. João Eduardo parece ser um meio termo entre esses dois caminhos, sendo um funcionário público e, no entanto, assumindo funções reformistas e anticlericais, ainda que relacionados ao seu desafeto com Amaro.

Situação bem diferente, porém, se encontra no tipógrafo Gustavo, amigo de João Eduardo e socialista. Aqui, há um anticlericalismo intransigente, que se tornou a fundamentação de sua amizade com João Eduardo: “A simpatia entre ele e João Eduardo provinha de conversas sobre

a religião, em que ambos exaltavam o seu ódio ao clero e a sua admiração por Jesus Cristo” (QUEIRÓS, 2019: 154). Por outro lado, ele demonstrava um entusiasmo pelas inquietações sociais da Espanha e um profundo anseio pela união da classe trabalhadora, o que o levou a buscar participar da formação de uma seção da Internacional em Lisboa:

Fez-lhe então, baixo, a confidência “das coisas que se preparavam em Lisboa”. Tinham-lhe afiançado que havia um clube republicano a que até pertenciam figurões. [...] Ele mesmo [...] fora falado para pertencer a uma seção da Internacional, que devia organizar um espanhol de Madri; [...] O exército estava na coisa [...]. De modo que, com todos esses elementos, a opinião dele, Gustavo, era de que dentro de meses, governo, rei, fidalgos, capitalistas, bispos, todos esses monstros iam para os ares! (QUEIRÓS, 2019: 264).

A terceira figura que representa esse liberalismo é justamente o Dr. Gouveia, mas ele o faz de uma forma muito mais complexa que João Eduardo e Gustavo. Declaradamente ateu e racionalista, Gouveia, porém, ao contrário de João Eduardo, não se opõe à religião. Pelo contrário, considera sua importância como reguladora social e guia dos homens, de forma que, mesmo sendo hostilizado por ela, não nega seu papel positivo na sociedade portuguesa.

Por um lado, Gouveia representa o liberalismo e o iluminismo em alta no século XIX, se colocando como defensor da liberdade de expressão, de uma “religião liberal, de harmonia com o Progresso, com a Ciência.” (QUEIRÓS, 2019: 177). Ele tinha, assim, uma noção particular da religiosidade, um sentido quase ateu: “Eu não preciso dos padres no mundo, porque não preciso do Deus do Céu. Isso quer dizer, meu rapaz,

que tenho o meu Deus dentro de mim, isto é, o princípio que dirige as minhas ações e os meus juízos. Vulgo: consciência...”. (QUEIRÓS, 2019: 252).

Por outro, ele não nega a importância dos padres como reguladores sociais. Sem negar a religião, era necessário que houvesse uma classe que servisse de guia espiritual, principalmente por João Eduardo se afirmar cristão:

Mas, se crês no Deus do Céu, que nos dirige lá de cima, e no pecado original, e na vida futura, precisas de uma classe de sacerdotes que te expliquem a doutrina e a moral revelada de Deus, que te ajudem a purificar a mácula original e te preparem o teu lugar no Paraíso! Tu necessitas dos padres. (QUEIRÓS, 2019: 252).

Curiosamente, ele parece ser a personificação do naturalismo dentro da obra, em que analisa a sociedade a partir de uma perspectiva darwinista. Comentando o caso de Amaro e Amélia, ele não o faz de maneira negativa ou pejorativa, mas tão somente analítica, compreendendo que a atração dos dois é uma expressão dos anseios do corpo: “Que queres tu? Ele tem, para as mulheres, como homem, paixões e órgãos; como confessor, a importância de um Deus”. (QUEIRÓS, 2019: 251) e que Amaro, por ser mais capaz, conseguiu conquistar Amélia: “Como ele é o mais esperto e o mais decidido, apanhou-a ele. É lei natural: o mais forte despoja, elimina o mais fraco; a fêmea e a presa pertencem a ele.” (QUEIRÓS, 2019: 247).

Da mesma forma, sendo uma personalidade reclusa e perspicaz, ele é capaz de perceber a hipocrisia do clero, quando comenta o caso do seu vizinho Peixoto, que “[...] matou a mulher com pancadas e que vai dando

cabo pelo mesmo processo de uma filhita de dez anos, [e] é entre o clero um homem excelente porque cumpre seus deveres de devoto [...]” (QUEIRÓS, 2019: 250), ao passo que ele, um simples médico, é tido como um “grande desavergonhado” por não cumprir os sacramentos. (QUEIRÓS, 2019: 250).

Vós sois o sal da terra

O Dr. Gouveia, porém, não é a única figura no livro com esse caráter místico, quase transcendente em relação à obra. Em contraposição ao clero pútrido de Leiria, o abade Ferrão é colocado como a expressão do cristianismo radical. Simples, dono de uma paróquia pobre, vivendo apenas para o evangelho, Ferrão é o perfeito oposto de Amaro, que é inconstante, cruel, violento e impulsivo, ansiando sempre o luxo.

A figura do abade Ferrão, tão completamente oposta a apresentada até aqui, funde-se com a própria mudança de perspectiva que Eça buscou imprimir em *O Crime do Padre Amaro*. Segundo Aline Mota, em *Anticlericalismo em mutação* (2012), a figura do abade surge somente na terceira edição do livro, surgida em 1880, junto a o Dr. Gouveia no papel que assume frente a João Eduardo. A tentativa do autor de mitigar certas críticas — ou aprofundá-las frente a antítese — bem como de modificar certos comportamentos de caráter naturalista, construindo uma obra *sui generis*.

Ferrão surge quando Amélia parte para Barrosa, onde terá, escondida, o filho seu e de Amaro, sendo o último personagem da obra apresentado. Lá, desatendida, teme pela sua alma, acreditando que todos os

seus pecados causaram a perda do paraíso e o asco das figuras celestes. Porém, ela encontra descanso nas palavras de Ferrão, que não a julga e busca sua redenção pelo amor:

É que era tão diferente aquela maneira de confessar do abade! Os seus modos não eram os do representante rígido de um Deus carrancudo; havia nele alguma coisa de feminino e de maternal que passava na alma como uma carícia; [...] Era uma religião amável, toda banhada de graça, em que uma lágrima pura basta para remir uma existência de pecado. Que diferente da soturna doutrina que desde pequena a trazia aterrada e trêmula! (QUEIRÓS, 2019: 429).

Ferrão e Gouveia se aproximam na sua crítica ao seu próprio tempo, ainda que de perspectivas completamente opostas: a do liberal ateu, que compreendia o papel da Igreja mas sem participar dela efetivamente; e do abade, que professava uma fé muito próxima dos princípios cristãos verdadeiros. A existência dessas figuras, remetendo a duas concepções diferentes, era o reflexo da decadência portuguesa, pois, sendo figuras excepcionais, se opunham, à sua maneira, ao reino como um todo. Não é difícil compreender, aqui, uma ideia de progresso, em que se tinha a consciência de que Portugal ficava para trás.⁵

Pode-se notar, ainda, que a fé de Ferrão possuía alguns matizes racionalistas, em oposição à carolice das senhoras de Leiria, que chega a, comicamente, ensaiar um auto de fé com os pertences do infiel João Eduardo em um dado momento. Ferrão, lendo sua crítica retumbante

⁵ Isto fica profundamente evidenciado no último capítulo do romance, em vistas à estagnação latente que a praça central de Lisboa aparenta, ainda que os personagens que a veem não se apercebem disso.

publicada na *Voz do Distrito*, chega a perdôá-lo, acreditando que ele inferia “não contra os sacerdotes, [mas] escreveu contra os fariseus!”. (QUEIRÓS, 2019: 427). Outra visão bem clara desse seu racionalismo é quando vai atender a D. Josefa, irmã do cônego Dias, que sente terrores noturnos. Ele busca incutir que a religião não deve se pautar pelo medo, mas pela devoção, amor e racionalidade:

Quis então levar àquele noturno cérebro de devota, povoado de fantasmagorias, uma luz mais alta e mais larga. Disse-lhe que todas as suas inquietações vinham da imaginação torturada pelo terror de ofender a Deus... Que o Senhor não era um amo feroz e furioso, mas um pai indulgente e amigo... Que é por amor que é necessário servi-lo, não por medo... [...] (QUEIRÓS, 2019: 406).

Gouveia e Ferrão discutem na noite do parto de Amélia, estando em lados ideológicos opostos. Gouveia acusa o clero de se colocar como o senhor da razão, suplantando o estudo e a dúvida, para o escândalo de Ferrão; este, por sua vez, usa da filosofia para tentar refutá-lo. De todo modo, ambos chegam à conclusão de que a Igreja está “prostrada”; que se porta, hoje, como senhora do mundo, quando, há muito tempo, ela já está desconectada da sociedade que julga guiar. Assim, sente-se mais uma vez, o anacrônico, o “simultâneo do não-simultâneo”, evocado por Hartog:

A Igreja fora a Nação; hoje era uma minoria tolerada e protegida pelo Estado. Dominara nos tribunais, nos conselhos da Coroa, na fazenda, na armada; fazia a guerra e a paz; hoje um deputado da maioria tinha mais poder que todo o clero do reino. Fora a ciência no país; hoje tudo o que sabia era um latim macarrônico. Fora rica; tinha possuído no campo distritos inteiros e ruas inteiras na cidade; hoje dependia para o

seu triste pão diário do ministro da Justiça, e pedia esmola à porta das capelas. Recrutara-se entre a nobreza, entre os melhores do reino; e hoje, para reunir um pessoal, vai-se no embarço e tinha de o ir buscar aos enfeitados da Misericórdia. Fora a depositária da tradição nacional, do ideal coletivo da pátria; e hoje, sem comunicação com o pensamento nacional (se é que o há), era uma estrangeira, uma cidadã de Roma, recebendo de lá a lei e o espírito... (QUEIRÓS, 2019: 464).

Numa crítica virulenta em comparação da Igreja de seus dias em relação à que fora no passado, Dr. Gouveia a apresenta como uma sobrevivência, um elemento de um passado que já não se coloca como lógico dentro de uma realidade moderna, liberal. Esse mesmo elemento será destacado na mesma discussão, quando Gouveia critica o ensino oferecido pela igreja, que, a seu ver, não era crítico e muito menos incentivava a pensar de acordo com os valores de seu tempo:

— Mas que filosofia, senhor, mas que ciência! Por filosofia meia dúzia de concepções de um espírito mitológico, em que o misticismo é posto em lugar dos instintos sociais... E que ciência! Ciência de comentadores, ciência de gramáticos... Mas vieram outros tempos, nasceram ciências novas que os antigos tinham ignorado, a que o ensino eclesiástico não oferecia nem base nem método, estabeleceu-se logo o antagonismo entre elas e a doutrina católica!... Nos primeiros tempos, a Igreja ainda tentou suprimi-las pela perseguição, a masmorra, o fogo! Escusa de se torcer, abade... O fogo, sim, o fogo e a masmorra. Mas agora não o pode fazer e limita-se a vituperá-las em mau latim... E, no entanto, continuam a dar nos seus seminários e nas suas escolas o ensino do passado, o ensino anterior a essas ciências, ignorando-as e desprezando-as, refugiando-se na escolástica... Escusa de apertar as mãos na cabeça... Estranha ao espírito moderno, hostil nos seus princípios e nos seus métodos ao

desenvolvimento espontâneo dos conhecimentos humanos...
(EÇA DE QUEIRÓS, 2019: 463-464).

O abade Ferrão, assim, se coloca como uma figura de destaque pela oposição dentro da obra. Seu contraste pelo simples exemplo, e sendo posto numa obra que marca a posição de Queirós em se afastar dos personagens irracionais do realismo-naturalismo, marca já uma busca por reconciliação por parte do autor, que, sem abrir mão da crítica, abandona sua generalização para ir em direção a uma denúncia de certos elementos que corrompiam o clero, sufocando indivíduos com uma moral incólume.

As coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas

O último capítulo do romance é o contenedor da mais retumbante crítica trazida por Eça de Queirós à sociedade de seu tempo, sendo, ao fim e ao cabo, um apanhado de todas as críticas que construiu ao longo do livro.

Em caráter de epílogo, o capítulo se passa na Lisboa de 1871, alguns anos após o ocorrido em Leiria, em que se recebem, sob sentimentos mistos, as notícias da deflagração da Comuna de Paris. Por um lado, há a descrição por parte dos setores mais conservadores, escandalizados pela matança, pela quebra da ordem estabelecida e pelos valores socialistas e comunistas. Por outro, setores mais liberais — escassos, é verdade — se regalam nas informações que chegavam.

Encontram-se, por acaso, o padre Amaro e o cônego Dias, que discutem um pouco sobre o paradeiro das personagens do livro após a partida do padre. Se junta a eles o conde de Ribamar, político conservador.

Os três, reunidos na praça central, sob os pés da estátua de Luís de Camões, discutem sobre os rumos da revolução e de Portugal. Ribamar parece confiante de que muito em breve a revolução será esmagada, e a antiga ordem, posterior ainda à Revolução Francesa, será restaurada, à forma de Portugal, vivendo ainda sob os auspícios do Antigo Regime. É neste trecho em específico que a crítica queirosiana se consolida. Ribamar mostra o Largo do Loreto, em que diversos grupos se encontram. Se por um lado ele apresenta o local como a “inveja da Europa”, símbolo de uma nação que todos invejavam, por outro há, explicitamente, a decadência social evidente:

E com um grande gesto mostrava-lhes o Largo do Loreto, que àquela hora, num fim de tarde serena, concentrava a vida da cidade. Tipoias vazias rodavam devagar; pares de senhoras passavam, de cuia cheia e tação alto, com os movimentos derreados, a palidez clorótica duma degeneração da raça; nalguma magra pileca, ia trotando algum moço de nome histórico, com a face ainda esverdada da noitada vinho; pelos bancos de praça gente estirava-se num torpor de vadiagem; um carro de bois, aos solavancos sobre as suas altas-rodas, era como o símbolo de agriculturas atrasadas de séculos; fadistas gingavam, de cigarro nos dentes; algum burguês enfadado lia nos cartazes o anúncio de operetas obsoletas; nas faces enfezadas de operários havia como a personificação de indústrias moribundas... (QUEIRÓS, 2019: 492).

Eça de Queirós, portanto, é cirúrgico ao fazer uma descrição de uma sociedade decrépita, atrasada, mas que, aos olhos dos conservadores, parecia tudo bem: eles eram anacrônicos, perdidos no seu próprio tempo, assim como o coronel Chabert, de Honoré de Balzac, em que vem de um mundo que há muito já havia colapsado. (HARTOG, 2007: 130-131). A

clara evocação do grotesco, como apresenta Simões (2004: 44), se coloca como uma ferramenta de denúncia pelo choque e pelo riso, abrindo caminho para que o leitor identifique a própria decadência que, ainda que óbvia, passa despercebida pelas personagens. Portanto, mais que uma simples crítica do progresso, é uma crítica ao Portugal estagnado, perdido, em que os rumos nacionais se veem travados. Eça de Queirós é ácido e extremamente sarcástico, uma vez que as personagens e a sociedade como um todo, como mortos-vivos, não conseguiam perceber o iminente soçobramento do mundo que acreditavam permanecer para sempre. Roani conclui:

É com a parte final do romance que Eça estabelece o significado do romance. Através da ironia das opiniões do Conde de Ribamar, o escritor mostra-nos Lisboa – capital deste país tão invejado pela Europa. Tudo acaba, afinal, em deboche, farsa, paralisação e decadência. O desfecho das personagens procura dar significado ao retrato de uma sociedade. O estado das coisas está sendo atacado e a cena final revela o significado mais amplo assumido pelo livro: a necessidade de uma revolução. (ROANI, 2003: 55).

Em suma, a obra de Eça de Queirós não se coloca, simplesmente, como um dos pontos que marcaram sua trajetória rumo – e o posterior distanciamento – ao realismo-naturalismo. Ela é, ainda, uma denúncia de seu próprio tempo e seu próprio país, abrindo brechas para, através da exposição de determinados indivíduos, como personagens-tipo, bem como de seus comportamentos, escolhas, chegar ao cerne da questão – a própria fraqueza de Portugal, como à sombra do passado, com uma mentalidade que não estava à altura de seus pares europeus. Tudo isto apresentado

através de um romance entre um padre e uma moçoila beata, que, através de um tipo ideal, era a própria expressão do atraso quase irremediável que seu país se encontrava.

Bibliografia

BARMANI, Diógenes Caliari. A recepção de O Crime do Padre Amaro no Brasil do século XIX. *Nau Literária*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1–7, jul./dez. 2012.

BRANDÃO, Marcela de Sá; OLIVEIRA JÚNIOR, Virgílio Coelho de. Por uma estética da conciliação: O Crime do Padre Amaro e a dinâmica político-social portuguesa oitocentista. *Diálogos*, Maringá, v. 18, supl. Espec., p. 67–102, dez. 2014.

BUENO, Fátima. Machado de Assis e Eça de Queirós: para além da polêmica.... *Machado de Assis em Linha*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 26-40, dez. 2012.

CÂMARA, Karinna Marques. *Eça de Queirós e o projeto de modernização de Portugal*. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina Capelari. História e Literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 51–49, jan./jun. 2009.

DÖBLIN, Alfred. O romance histórico e nós. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 13–36, 2006.

EÇA DE QUEIRÓS, José Maria de. *O Crime do Padre Amaro*. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2019.

EÇA DE QUEIRÓS, José Maria de. “O Primo Basílio” (Carta a Teófilo Braga). In: EÇA DE QUEIRÓS, José Maria de. *O Primo Basílio*. São Paulo: DCL, 2006, p. 254–256.

FIGUEIREDO, Monica. Prefácio: muito mais que um crime. In: EÇA DE QUEIRÓS, José Maria de. *O Crime do Padre Amaro*. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2019, p. 5-11.

HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, Lisboa: Instituto Camões, 2000, p. 265–283.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Eça de Queirós: O Primo Basílio. In: MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obras Completas de Machado de Assis*: vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, [s.p.].

MACHADO, Álvares Manuel. A Geração de 70: uma literatura de exílio. *Análise Social*, Lisboa, v. 16, n. 1–2, 1980, p. 383–396.

MARGATO, Izabel. Cenas da Vida Portuguesa: Lisboa e Luísa, dois corpos marcados pela falta. *Revista Letras*, Santa Maria (RS), n. 23, p. 71–78, dez. 2001.

MOTA, Aline Leal. *Anticlericalismo em mutação: as três versões de “O Crime do Padre Amaro” (1875–1876–1880), de Eça de Queirós*. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Historiadores e textos literários: alguns apontamentos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 37–48, 2006.

RIBEIRO, Lucia Maria Moutinho. Realismo e naturalismo em Portugal: definir, contextualizar, exemplificar. *Revista do Centro de Estudos Portugueses*, Belo Horizonte, v. 20, n. 27, p. 189–210, 2000.

RIOS, Vera Lúcia Monteiro de Souza. Eça de Queirós e a “Geração de 70”. A polêmica realista. In: RIOS, Vera Lúcia Monteiro de Souza. *A obra de Eça de Queirós: leituras espanholas*. Dissertação (Mestrado em Letras) —

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ROANI, Gerson Luiz. Eça de Queirós e a criação de um homem imoral. *Revista Língua & Literatura*, Frederico Westphalen (RS), v. 5, n. 8–9, p. 43–56, 2003.

SANTOS, Nílvio Ourives dos. Eça de Queirós: realidade e realismo português. *Akrópolis*, Umuarama, v. 11, n. 1, p. 19–26, jan./jun. 2003.

SENNA, Marta de. Balzac lê Stendhal, Machado lê Eça de Queirós. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 11, n. 24, p. 116–132, ago. 2018.

SIMÕES, Maria João. Ligações perigosas: realismo e grotesco. In: MARIANO, Maria do Rosário; MEINDEL, Dieter; MONTEIRO, Ofélia Paiva; SIMÕES, Maria João. *O Grotesco: workshop realizado em Março 2005*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2005, p. 39–53.

TINKS, Eloi Andre. A crítica de Eça de Queirós ao clero e à sociedade oitocentista. *Nau Literária*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1–9, jul./dez. 2012.

TOLOMEI, Cristiane Navarrete. Eça de Queirós e a recepção da crítica literária brasileira. *Revista Crioula*, São Paulo, n. 1, p. 1–9, 2007.

Recebido em 18/08/2019

Aceito em 05/10/2020

INFORMES DA DITADURA EM TEMPO DE “MILAGRE ECONÔMICO”: ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO REGIME NA COLUNA *INFORME JB* (1969-1973)

REPORTS OF DICTATORSHIP IN TIMES OF “ECONOMIC MIRACLE”: ANALYSIS OF THE REPERCUSSION OF THE REGIME IN THE COLUMN *INFORME JB* (1969-1973)

João Guilherme Zügel¹

Resumo: O presente artigo é resultado do trabalho de conclusão da disciplina de História do Brasil IV, do curso de História da Universidade Federal do Paraná. Partindo de uma contextualização da atuação do *Jornal do Brasil*, um dos jornais de maior circulação durante a ditadura militar brasileira, buscou-se identificar e analisar a representação do “milagre econômico” na coluna *Informe JB*, entre 1969 e 1973. A partir do conjunto de fontes selecionadas, foi possível identificar que, embora o editorial do *Jornal do Brasil* tenha se colocado como oposição ao regime no período abordado, as edições do *Informe JB* apresentam um discurso que reproduz, em diversos momentos, a retórica ufanista sobre o “projeto de nação” enunciada pelos militares.

Palavras-chave: Ditadura brasileira, Milagre Econômico, *Jornal do Brasil*, *Informe JB*.

Abstract: This article is the based on the final paper of the course História do Brasil IV, of the Bachelor’s in History of the Federal University of Paraná. Starting from a contextualization of the role of *Jornal do Brasil*, one of the most widely known newspapers during the Brazilian dictatorship, we sought to identify and analyse the representation of the “economic miracle” in the column called *Informe JB*, between 1969 and 1973. From the set of sources selected, it was possible to identify that, although the editorial of *Jornal do Brasil* opposed to the regime in the period covered, the editions of

¹ Graduando em História — Licenciatura com Bacharelado na Universidade Federal do Paraná.

the *Informe JB* present a discourse that reproduces, at various times, the prideful rhetoric about the “nation project” enunciated by the military.

Keywords: Brazilian dictatorship, Economic miracle, Brazilian Press, *Jornal do Brasil*, *Informe JB*.

Introdução

A escolha do tema para a realização deste trabalho foi influenciada em grande medida pelas discussões sobre a memória da Ditadura civil-militar brasileira, a qual atualmente se configura como um campo em disputa. Apesar dessas “disputas de memória” serem marcadas pela enunciação de discursos revisionistas e negacionistas, a “memória hegemônica” sobre o período ainda carrega consigo a marca dos discursos produzidos pelo meio jornalístico (NAPOLITANO, 2015). Como aponta Marcos Napolitano, a narrativa compartilhada tanto por setores da esquerda, quanto por liberais é ainda, em grande medida, aquela ligada a “resistência democrática”, que aponta para uma “sociedade vítima, mas resistente e digna”. No interior desta, destaca-se como ponto chave o papel da mídia jornalística na construção e projeção de sua função “heroica” na luta pela democracia.

Nesse sentido, uma das questões que direciona a presente proposta indaga justamente sobre o papel do jornalismo – como meio de representação da realidade, que goza de legitimidade social – na construção de determinadas leituras sobre a Ditadura civil-militar brasileira. Esta também vem sendo uma questão sobre a qual a historiografia recente tem se dedicado: afinal, quais seriam os limites, ou outras possibilidades, para a leitura do “papel heroico” do jornalismo de ampla circulação? Como ler as ambiguidades no posicionamento dos editoriais, que ora se aproximavam,

ora se afastavam e criticavam o regime? Poderiam ser explicados unicamente como uma resposta à censura?

Desta forma, tendo em vista a necessidade de uma investigação atenta sobre as relações entre imprensa e ditadura – e os impactos dessa relação no gradual estabelecimento de um imaginário social sobre o período – abordaremos neste artigo o caso da coluna política *Informe JB*, do *Jornal do Brasil* (RJ), e sua representação do “milagre econômico”. Para tanto, esboçaremos primeiramente um panorama geral sobre o período do “milagre” e os “anos de chumbo”, seguido de um balanço de obras recentes que se dedicam a atuação do *Jornal do Brasil*. Partindo das questões apresentadas pela historiografia, analisaremos um conjunto de edições do *Informe JB* entre os anos de 1969 e 1973, com o fito de identificar a reprodução (ou não) de elementos retóricos que respaldaram a política econômica durante o governo de Médici (1969-1974).

Os pilares de gesso da ditadura: o “milagre econômico” e seus limites

Entre os debates públicos sobre a ditadura, o fator econômico não raro assume uma centralidade nos discursos saudosistas; para os nostálgicos da ditadura, o maior legado dos militares teria sido justamente o desenvolvimento econômico. Na elaboração desse discurso, é quase unânime a referência aos anos do “milagre econômico” (1969-1973), em uma espécie de generalização dos índices deste período para os vinte e um anos do regime – o que resulta em uma visão equivocada. De fato, o “milagre brasileiro” se constituiu como um dos pilares da retórica ufanista dos militares, confiantes justamente do sucesso momentâneo que logrou

seu “projeto de nação”. Contudo, apesar da inegável expansão capitalista nesse período, um olhar atento para a historiografia revela – mesmo nos casos de historiadores de direita – que o desenvolvimentismo guiado pelos militares teve um prazo curto e altos custos sociais.

A bibliografia estudada aponta para a “outra face” desse projeto, ou melhor, quais foram as suas bases, quem se beneficiou e quem suportou o ônus dele, além do balanço das suas consequências ao final no regime. Em uma breve reconstituição do panorama econômico, os anos anteriores ao Golpe de 1964 foram marcados por uma crise estrutural da economia brasileira, com o esgotamento da “substituição de importação” e índices alarmantes de inflação. Nos anos subsequentes ao Golpe, a alternativa proposta pelos militares foi a continuação do “Projeto de Desenvolvimento Nacional”, enunciado por Juscelino Kubitschek ainda em 1956, com seu famoso Plano de Metas. As medidas fiscais do pacote de reformas de Castello Branco, primeiro presidente militar, criaram novos padrões de financiamento para o país, além de outras medidas como a universalização do Imposto de Renda, a criação de um índice oficial de inflação, a criação de um mecanismo de correção monetária automática, etc., as quais contribuíram em um curto prazo para o controle da inflação e certa estabilidade para a economia nacional (CRUZ & MARTINS, 2008).

Não obstante, um dos marcos para o estabelecimento da política econômica que resultaria nos números do “milagre” foi a nomeação do jovem professor de economia da Universidade de São Paulo, Antônio Delfim Netto, para ser o “gestor” da economia brasileira a partir do Ministério da Fazenda. Segundo Marcos Napolitano, Delfim Netto atuou

como uma espécie de “czar” da economia, apostando no controle da inflação como uma “tática”, e não um “fim” para o desenvolvimento econômico. Assim, a estratégia econômica ditada pelo ministério esteve centrada na dinamização da iniciativa privada e na expansão industrial com base na expansão do consumo de bens duráveis (NAPOLITANO, 2014: 124).

O sucesso dessas medidas foi impulsionado por um panorama econômico internacional favorável de forma que, ainda em 1968, o país passou a sentir os efeitos do crescimento, apesar da percepção do “milagre” se dar mais propriamente em 1970. Assim, entre 1969 e 1973, período situado no governo de Emílio Garrastazu Médici, o Brasil experimentou uma aceleração econômica com índices notáveis. Conforme Napolitano, o Brasil cresceu em média 11% ao ano, chegando perto dos 14% em 1973, “dourando os anos de chumbo” da ditadura e seu discurso legitimador (NAPOLITANO, 2014).

Entre as consequências do desenvolvimento econômico esteve a ampliação da capacidade de consumo para os setores da classe média. Fatores como a expansão do crédito para assalariados dessa parcela da população se traduziam, também, na oportunidade de adquirir o seu Volkswagen “fusca” (símbolo do consumo da época) ou mesmo na possibilidade de realizar o “sonho da casa própria”, através do Banco Nacional de Habitação (BNH). O período do “milagre” era, aos olhos daqueles que não estavam envolvidos com a ideologia revolucionária da esquerda, um período aparentemente positivo. Fatores como o pleno emprego, a absorção da mão de obra pouco instruída no crescente setor da

construção civil, o impacto simbólico das “obras faraônicas”, como a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica e a Usina de Itaipu, ou mesmo a vitória na Copa de 1970, materializavam o ideal do Brasil como uma “grande potência em ascensão”.

Apesar desses aspectos terem sido de curta duração e, sobretudo, camuflarem seus efeitos colaterais diretos (concentração de renda, o arrocho salarial e o favorecimento de empresas), foram amplamente utilizados pelo regime como uma forma de enaltecer o seu projeto desenvolvimentista. Esse discurso ufanista era sustentado também pela forte censura aos meios de comunicação e por uma relação próxima do regime com a crescente indústria cultural. Isto é, o regime utilizava da mídia e do diálogo com os empresários dos meios de comunicação como um meio para propagar um discurso específico sobre o período.

Como ressalta Napolitano, esse interesse do Estado no desenvolvimento dos meios de comunicação resultou na consolidação de uma *moderna indústria cultural* durante os anos do “milagre”, com a produção de telenovelas, conteúdo musical dos mais variados tipos, cinema, teatro, etc. (NAPOLITANO, 2014: 140). O desenvolvimento da mídia tinha, na realidade, uma ligação direta entre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), sobretudo na ideia de “integração nacional” e veiculação da propaganda do governo. Nesse sentido, a censura não era voltada para a mídia em si, cujo desenvolvimento foi muito estimulado, mas aos *produtos midiáticos* (ORTIZ, 1988: 113-148).

Nesse sentido, embora a mídia e a imprensa escrita vivenciassem um momento de reestruturação técnica, profissionalização e ampliação de seu

escopo de atuação, com o aparato ditatorial já estabelecido, e a DSN e o SNI funcionando plenamente, havia um interesse por parte dos militares em veicular um discurso elogioso ao regime, além de impedir a dissidência política. O resultado era uma relação ambígua entre aqueles no poder e a crescente indústria midiática, que variava entre a repressão e o estímulo ao crescimento, resultando, ao que nos interessa mais propriamente neste artigo, em um impacto direto na forma de se fazer jornalismo.

Entre o “milagre” e os “anos de chumbo”: repressão e censura da imprensa escrita

Um elemento fundamental para a compreensão da relação entre o regime e a imprensa é a censura. O período do “milagre brasileiro” foi também o de maior repressão política, ficando conhecido como os “anos de chumbo” da ditadura. E no que tange o tema aqui proposto, o recrudescimento da repressão teve uma função evidente na relação do regime com a imprensa e, consequentemente, no papel social desta. A censura foi um dos principais aspectos da repressão política, sendo um elemento diário na redação dos jornais. Por este motivo, e pela centralidade que ocupou na “utopia revolucionária” dos militares, a censura tem sido um tema amplamente estudado na historiografia e faz-se, para nós, igualmente relevante para a compreensão das representações do “milagre econômico” no *Informe JB*.

A cronologia da repressão (e da liberdade de imprensa) pode ser dividida em três momentos: antes do AI-5, entre o AI-5 e o governo Geisel, e deste até a redemocratização. Apesar da “formalização” da censura prévia

ter se dado a partir do Decreto-Lei Nº 1.077, assinado por Médici em janeiro de 1970, a prática já havia se intensificado e institucionalizado desde o AI-5. Como aponta Carlos Fico, o AI-5 instituiu um sistema nacional de segurança interna, reformulando e ampliando a espionagem e a perseguição de dissidentes políticos, além de implantar e instrumentalizar a censura sistemática. Ou seja, embora já presente, a censura ganha uma nova dimensão no governo Médici (FICO, 2002: 255).

No caso do *Jornal do Brasil*, ao qual nos voltaremos nas páginas que se seguem, o impacto da censura foi sentido desde o AI-5; conforme relata Alberto Dines, então editor do JB, “no mesmo dia da publicação do Ato, o *Jornal do Brasil* foi ocupado por dois oficiais; no dia seguinte, os jornalistas substituíram o material aprovado, publicando o material proibido; no dia 15, cinco oficiais passaram a censurar o jornal, o que fizeram durante três semanas” (DINES: 1975 apud SOARES, 1989: 22). A partir de então, o *Jornal do Brasil* passou a se submeter a autocensura, até 1972. Como aponta Napolitano, os “anos de chumbo” deixaram os grandes jornais brasileiros em clima de suspeição, fazendo com que “alguns temas críticos fossem evitados pelos editores, bem como qualquer pauta política que pudesse perturbar a lógica palaciana dos militares em conduzir os negócios do país” (NAPOLITANO, 2014: 172).

A censura era empreendida de diversas formas: uma delas era a *autocensura*, que ocorria, como aponta Gláucio Soares, tanto institucionalmente, com redações filtrando os assuntos abordados, quanto individualmente, como uma forma de autopreservação por parte dos jornalistas (SOARES, 1989: 22). Outra forma constante era a *censura*

prévia: aquela em que havia uma interdição de “temas sensíveis”, tanto através da presença de censores, vetando na íntegra ou parcialmente o conteúdo do jornal (manchetes, artigos, editoriais, legendas, reportagens, charges, anúncios); quanto por meio dos “bilhetinhos” (papeis contendo uma série de ordens do SNI sobre o que poderia ou não ser publicado nos jornais). Segundo o relato de Dines, o *Jornal do Brasil* recebeu, entre 1972 e 1974, 288 ordens sobre a censura do conteúdo, as quais foram reunidas em um “livro-negro” (Idem).

Como é possível identificar, os “anos de chumbo” foram um período marcante na redação do *Jornal do Brasil*. De acordo com a análise do conteúdo do “livro-negro” do JB, empreendida por Soares, os números da censura deixam esse fato ainda mais evidente: “houve 27 proibições em 1970; 52 em 1971; 80 em 1972; 159 (ou seja, o dobro) em 1973; 162 em 1974; declinando rapidamente para 18 durante o primeiro ano completo da administração de Geisel” (SOARES, 1989: 27). Não por acaso, a “luta contra a censura” figura como um dos aspectos centrais na memória do *Jornal do Brasil* e dos profissionais que nele atuaram neste período. Não obstante, essa é uma questão que tem gerado alguns debates na historiografia.

Entre a história e a memória do *Jornal do Brasil*

Usualmente, quando se trata da atuação do JB durante a ditadura, tem-se em vista a luta pela democracia e a astúcia para lidar com a censura. Conforme Matheus e Barbosa (2008: 116), a edição comemorativa dos cem anos de existência do jornal, em 1991, contou com uma matéria do

jornalista Zuenir Ventura, convidado para escrever sobre a história do JB entre 1960 e 1970. Nessa matéria, Ventura enfatiza o caráter do jornal como uma “expressão da resistência em favor da liberdade”, citando episódios como: a invasão da sede por militares, em 1964; a prisão de um de Sette Câmara, um de seus diretores, em 1968; ou os momentos em que o JB burlou a censura, como na edição de 14 de dezembro de 1968, quando utilizou a previsão do tempo: "Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos" (VENTURA, 1991: 7).

Outro importante ponto que marca a história e a memória do *Jornal do Brasil* é o conjunto de reformas pelas quais o jornal passou desde a década de 1950, as quais sustentam o ideal de pioneirismo do periódico. Entre 1956 e 1966, o JB reformulou todo seu parque gráfico, a linguagem, editoração, além de sua organização institucional, com a adoção de novas técnicas de gestão (RIBEIRO, 2000: 156; LESSA, 1995: 16-59). Foi um dos primeiros jornais nacionais a adotar o discurso da imparcialidade, defendendo uma transmissão objetiva e impessoal da informação. Discurso este que colocava, e coloca, o JB como uma espécie de espelho da realidade, conferindo-o legitimidade e poder simbólico de traduzir o mundo ao leitor (CHAMMAS, 2012: 25).

Segundo as pesquisadoras da área de Comunicação Social, Ana Paula Ribeiro e Itala Maduell Vieira, a memória constituída sobre o *Jornal do Brasil* tem sido marcada por um tom “nostálgico” nas últimas décadas, especialmente quanto a esses dois fatores (resistência à ditadura e pioneirismo jornalístico). Trata-se, segundo as autoras, de um “movimento

de valorização e idealização do passado – que sustenta a áurea mítica e a importância do diário para muitos profissionais que nele trabalharam” (RIBEIRO; VIEIRA, 2018: 273). Nesse sentido, ao longo dos anos, a “autonarrativa” do grupo de profissionais que trabalharam no jornal – autorizados a falar de sua história – tendeu a constituir uma versão “estável” sobre o seu passado. Por um lado, reforçam atributos e idealizações como “inovação, pioneirismo, criatividade, vanguarda, originalidade, sagacidade, liberdade, relevância” ligadas ao vanguardismo técnico do JB; e, por outro, cristalizam sua atuação durante a ditadura em torno da “memória da resistência democrática” (Idem).

Na contramão dessa versão “estável”, trabalhos recentes têm destacado a instabilidade do posicionamento político do *Jornal do Brasil* ao longo da ditadura, enfatizando os limites da versão “nostálgica” sobre o periódico – mesmo sem negar os momentos de resistência à ditadura e à censura. Em sua dissertação, que analisa os editoriais do *Jornal do Brasil* entre 1964 e 1968, Eduardo Chammas problematiza a versão de Zuenir Ventura sobre a “resistência” do jornal aos cinco ditadores brasileiros; segundo o historiador, “o JB hesitou bastante em se colocar contra o movimento militar e, mesmo quando o fez, foi dentro de determinados limites e circunstâncias específicas” (CHAMMAS, 2012: 27).

Chammas tende a analisar a relação entre a imprensa e os militares, incluindo o JB, como uma série de momentos de aproximação e distanciamento. Questionando o discurso da “imparcialidade” adotado pelo jornal – e pela memória deste – o autor enfatiza o caráter e os interesses mercadológicos do JB, que, afinal, era uma empresa. O perfil conservador

do *Jornal do Brasil* resultou, conclui o autor, em uma tentativa de diálogo com setores do governo ditatorial considerados “democráticos”; desta forma, entre 1964-1968, acabou por defender a maior parte das ações da ditadura, entendidas como marcos necessários da “redemocratização”. A oposição e crítica, que se intensificaram a partir de 1968, voltavam-se exclusivamente aos “excessos” do regime e os sinais de “endurecimento” da ditadura (CHAMMAS, 2012: 106).

Também tratando desse período entre o Golpe e o AI-5, a dissertação de Dayane Guarnieri busca analisar justamente a compreensão do JB sobre o golpe enquanto uma iniciativa que visava restabelecer a “democracia”. Segundo a autora, ao retratar o regime militar como uma manobra dotada de “intensões democráticas”, o jornal teria exercido uma função de legitimação do discurso “democrático e legalista” sobre o Golpe de 1964. Assim como Chammas, a motivação central de Guarnieri para a delimitação de seu objeto foi a ambiguidade do posicionamento do JB, que variou entre moderação, resistência e propaganda ao regime (GUARNIERI, 2014: 11). Conforme a análise empreendida pela autora, a linha editorial do JB tentou justificar o governo autoritário e nos momentos que divergiu do governo, entre 1964 e 1968, teria buscado “aperfeiçoar a ‘Revolução’ [sic] segundo os seus interesses liberais” (GUARNIERI, 2014: 215-216).

A partir dos autores, é possível identificar que o posicionamento editorial do *Jornal do Brasil* se mostrou ambíguo nos primeiros anos do regime. Como sintetiza Marcos Napolitano, “mesmo críticos em relação à escalada do autoritarismo de Estado, os jornais nunca chegaram a romper global e totalmente com o regime militar, mantendo ora uma posição de

críticos pontuais de determinadas políticas setoriais do governo, ora de interlocutores confiáveis” (NAPOLITANO, 2017: 347). Resta, então, a nós a dúvida sobre os posicionamentos pós-68.

De acordo com Heloneida Matta, apesar de o *Jornal do Brasil* consolidar, a partir da década de 1970, sua imagem de imprensa de oposição liberal, progressista e democrática, continuou a defender as medidas econômicas tomadas pelo governo, aproximando-se do regime a partir da ascensão de Médici e das medidas econômicas orquestradas por Antônio Delfim Netto (MATTA, 2015: 17). Leitura esta que é subscrita por Napolitano em seu trabalho recente sobre a imprensa liberal na ditadura (NAPOLITANO, 2017: 354), bem como por alguns elementos presentes no supracitado artigo de Gláucio Soares.

A análise empreendida por Gláucio Soares sobre os “bilhetinhos” da censura presentes no “livro-negro” do JB, que parece, em um primeiro momento, corroborar com a imagem opositora e resistente pelo número crescente de conteúdos censurados nos primeiros anos da década de 1970, pode ser lida de outra forma. Ao observar não apenas os números, mas as temáticas censuradas, Soares identifica que “as proibições de tratar da política econômica, assim como das reações a ela — greves e manifestações operárias — foram pouco frequentes e pouco enfatizadas”. Isto é, a censura pouco interferiu nas considerações do *Jornal do Brasil* sobre os “problemas econômicos”. De acordo com o levantamento do autor, que dialoga com um esforço semelhante empreendido por Alberto Dines, apenas 5% das proibições de publicação contemplavam a questão econômica (8% na análise de Dines) (SOARES, 1989: 29).

Essa constatação parece, em um primeiro momento, confirmar indiretamente o elogio à economia nos anos do “milagre econômico”, ao longo das edições *Jornal do Brasil*. A correlação pode, contudo, não ser tão direta; o leitor pode ponderar que a atuação da autocensura (institucional e individual) e da censura prévia devem ser também levada em consideração para a interpretação das possíveis motivações deste otimismo quanto aos rumos econômicos do país. De todo modo, as reflexões levantadas por Chammas, Guarneri, Matta e Napolitano nos permitem compreender o caráter maleável da relação entre as posições do JB e o regime, tendo em vista o seu posicionamento político e interesses econômicos.

Partindo dessas questões buscaremos, então, analisar o posicionamento da coluna *Informe JB* quanto a política econômica do regime durante os “anos de chumbo”: afinal, quais as relações entre o “milagre econômico”, o discurso ufanista em torno da condução econômica de Delfim Netto, e o posicionamento da coluna?

O Jornal do Brasil e a coluna Informe JB

Para a análise das representações do *Jornal do Brasil* sobre o “milagre econômico”, tomamos como objeto deste exercício a coluna *Informe JB*. A escolha dessa coluna, em detrimento dos editoriais ou de edições completas do periódico, se justificou, inicialmente, por conta do tempo reduzido para a produção deste trabalho. Contudo, a partir do contato com a literatura especializada – sobretudo a dissertação de Heloneida Souza Matta, que analisa a mesma coluna – adquiriu maior embasamento.

Situando a escrita do *Informe JB* no contexto político do governo Geisel (1974-1979), mas também no contexto social de seu colunista (Elio Gaspari), Heloneida Matta aponta que o conteúdo das “notícias” era perpassado pela relação aproximada entre o colunista e suas “fontes” do governo. Nesse sentido, para além de uma reprodução “objetiva” da realidade política e econômica, a coluna desempenhou papéis diversos: a) *comensal*, quando servia às intenções das “fontes”, normalmente ligadas ao governo; b) *estabilizadora*; servindo à manutenção do status quo; c) *propagandista*; conformando e reproduzindo a retórica ufanista do regime; d) *veículo de comunicação intra-elites*; quando correspondia aos interesses e conflitos das elites políticas e econômicas (MATTA: 2015).

Apesar de baseados nas edições dos anos posteriores ao recorte deste artigo, os aspectos elencados por Matta trazem novos problemas às fontes analisadas, dos quais gostaríamos de ressaltar dois. Primeiramente, embora a década de 1970 tenha sido marcada por críticas ao regime por parte do editorial do *Jornal do Brasil*, “as relações entre imprensa e fontes do poder são demarcadas por certas ambivalências”, o que nos instiga a problematizar os momentos em que a coluna conclamou as “conquistas” do regime, ou políticos ligados a estas (MATTA, 2015: 58). Em um segundo momento, ao atentar às relações entre os colunistas e as “fontes”, a autora traz uma visão particular sobre sua possível relação com a censura: apesar do controle do governo, que fazia do colunista um refém das circunstâncias, a repressão não isenta o jornalista, na ótica de Matta, da responsabilidade sobre a definição do que será notícia; há, portanto, motivações que o autorizam a fazê-lo (MATTA, 2015: 64).

Por ser uma das colunas de maior repercussão da mídia impressa do Brasil à época do “milagre”, o *Informe JB* gozava de grande prestígio entre as autoridades e o grupo da elite, o que nos permite inferir, por sua vez, que desempenhava um papel relevante na formulação das representações sociais sobre o período. Segundo Guarnieri, apesar do público alvo corresponder, provavelmente, a segmentos da classe média e da elite, não necessariamente esses eram seus únicos leitores (GUARNIERI, 2014: 12).

Informes da ditadura em tempos de “milagre econômico”: o *Informe JB* (1969-1973)

Tendo em vista essas questões, buscaremos apresentar de que forma os elementos do discurso ufanista do regime, sobretudo o argumento desenvolvimentista e da tecnificação do estado, foram reproduzidos na coluna, imbuídos da retórica de “descrição fiel da realidade”. Para tanto, partiremos das considerações metodológicas gerais de Tânia Regina de Lucca (2005: 111-152), ajustadas ao tempo reduzido do qual dispomos para a realização deste trabalho. A composição da série documental conta com 42 edições da coluna *Informe JB*, publicadas entre os anos 1969 e 1973, cuja análise é apresentada nas páginas seguintes.

A coluna foi lançada por Wilson Figueiredo, em 1963, inicialmente com o nome Segunda Seção. Em 1965, passou a ser assinada por Pedro Andrade Gomes, recebendo seu nome definitivo e mantendo o formato usual: situava-se entre as páginas seis e dez, deslocada das demais notícias por um box, e dividida em duas partes. De 1966 até o final do regime, a coluna *Informe JB* teve a identidade do(s) titular(es) omitida. Era marcada

por notícias curtas e temáticas, as quais eram divididas em duas partes: a primeira de cunho mais analítico, e a segunda, denominada “Lance-livre”, composta por notas breves. A linguagem variava entre um tom meramente descritivo, na apresentação de informes, e uma espécie de teor ambíguo e evasivo, recorrendo frequentemente ao duplo sentido e a sátira ao tratar de temas políticos a partir de anedotas. Um recurso constante era o uso de falas dos próprios políticos em situações cotidianas (muito provavelmente informadas pelas fontes próximas a eles), para tratar de temas mais amplos. A combinação desses elementos resultava, por vezes, em uma linguagem cifrada, a qual era alternada por “pílulas frasais”, os textos curtos e satíricos.

Em uma visão panorâmica das edições selecionadas, fazendo um mapeamento de todos os temas presentes nestas, pudemos identificar algumas constâncias. Ao analisarmos os temas da primeira parte da coluna, em um universo de 329 notícias presentes nas 42 edições, destaca-se a frequência das matérias voltadas: à economia (112–34%), política (86–26%) e infraestrutura (36–11%), entre outros assuntos diversos. Embora os números não nos informem com precisão, dado o fato de que não pudemos analisar todas as edições da coluna no período selecionado, é possível identificar que, em linhas gerais, o teor central da coluna era econômico e político – o que também fica evidente na leitura sequencial.

Quando nos referimos à temática “economia”, a mais constante nas fontes, enquadrámos diversos assuntos como informes sobre a indústria de automóveis, têxtil, de calçados, agropecuária (café, açúcar, leite, etc) e aspectos referentes ao mercado, financiamentos e taxações desses setores.

A partir desses fatores, que constituíam o núcleo do *Informe JB*, fica evidente o diálogo da coluna com um público leitor atento às questões do mercado, e, quiçá, demonstrando a funcionalidade de *comunicação intra-elites*, apresentada por Matta. Uma análise atenta das empresas citadas, como o caso da Volkswagen e diversas outras, poderia elucidar mais sobre esse aspecto.

Contudo, há um fator presente nas “informações econômicas” que se destaca face o contexto do “milagre” e a temática aqui proposta. A economia era frequentemente comentada a partir das diretrizes governamentais; isto é, os rumos da economia e dos setores mencionados aparecem como resultados diretos da gestão do regime e da aplicação de um projeto nacional de “desenvolvimento planejado”. Diversas edições continham notícias com títulos como “Objetivos Nacionais”, “Crescimento”, “O Plano”, “Definição de Planejamento”, etc., os quais demonstram, em partes, o sentido de “planejamento”, que buscamos descrever. Outro elemento que contribui para a noção do progresso econômico como um resultado da hábil gestão do regime é a menção regular dos ministérios e ministros, e sua eficiente gestão (fato que comentaremos adiante).

Diferente das matérias que tratavam de temas políticos, quando a economia era abordada nos termos expostos acima, o amplo repertório linguístico da coluna – como o uso da ambiguidade e da sátira – dá lugar a uma linguagem descritiva, que reforça o caráter “informativo”. Nesse sentido, pode-se observar que o molde da apresentação das “notícias econômicas” do *Informe JB* aparenta, de fato, ressoar o discurso ufanista

que marcou as décadas analisadas. Outro elemento que evidencia isso é a ligação constante entre o “projeto de nação” enunciado acima, os avanços da economia, e as medidas voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura do país. Assim como nos discursos do regime sobre suas “obras faraônicas”, as grandes obras ganham posição de destaque na coluna.

As notícias ligadas a reformas infraestruturais, apesar de representarem apenas 11% dos temas contabilizados, estavam distribuídas de forma a figurar quase cotidianamente nas edições do *Informe JB*. Entre as obras noticiadas estavam ferrovias, rodovias, metrô, pontes, viadutos, etc. Algumas dessas notícias faziam alusão às próprias medidas do governo, como por exemplo o financiamento de obras infraestruturais no Nordeste, a partir do BNDE (INFORME JB – 25/12/72). Outro ponto a partir do qual a coluna se refere ao “desenvolvimento nacional” é a modernização tecnológica do próprio Estado brasileiro; destacam-se notícias como o uso de computadores para o controle do fisco (INFORME JB – 01/01/70), investimentos do Ministério do Planejamento na “formação de pesquisadores para a administração federal” (INFORME JB – 02/11/70) ou a instalação de um centro de processamento de dados no Congresso Nacional (INFORME JB – 12/03/73).

Havia, também, espaço para as obras “grandiosas”, como o exemplo simbólico da transamazônica. A matéria de 18 de junho de 1970, “A epopeia da Transamazônica”, traduz parte do ufanismo incluído nas notícias sobre a infraestrutura: “para o Presidente Médici e seus auxiliares imediatos – fascinados com a perspectiva dessa obra – trata-se de uma extraordinária epopéia moderna, maior mesmo que a da corrida do ouro na

Califórnia, no século passado” (INFORME JB – 18/06/70). Em nossa leitura, tanto a presença cotidiana desse tipo de notícia, quanto a adjetivação e associação com o “projeto econômico”, pareciam materializar o “milagre econômico”.

Outro elemento constante nas edições estudadas, e que tende a sinalizar a conformidade da coluna (ou do colunista) com a gestão econômica do regime, é correlação do “milagre” com ministros e, em especial, a figura de Antônio Delfim Netto, então Ministro da Fazenda (1967-1974). Seu nome é citado 11 vezes nas edições analisadas, sendo, na maioria delas, apresentado como uma espécie condutor dos rumos econômicos do país. Esse caráter de “gestor da nação” é também ressaltado pelo enaltecimento pessoal do ministro e de suas ações. Uma análise dos adjetivos utilizados para descrever Delfim Netto confirma esse fato; ele era descrito como uma “personalidade importante”, relevante internacionalmente (INFORME JB – 17/02/70), dotado de uma grande “habilidade discursiva” (INFORME JB – 18/06/70) além de muito capaz de lidar com os problemas econômicos nacionais.

Faz-se notar, ainda, que a descrição de Delfim Netto nesses termos conferia a ele um status semelhante ao de uma “celebridade”. Impressão que tende a ser reforçada pela abordagem constante de sua figura a partir de situações cotidianas, como a vez em que manobrou seu carro pelo saguão do prédio do Ministério da Fazenda, para evitar a chuva torrencial (INFORME JB - 11/12/70); nos relatos sobre as reformas de seu gabinete em Brasília após um incêndio (INFORME JB — 09/02/71); ou na

atualização constante de seu itinerário de viagens (INFORME JB - 08/04/71).

Para além dos vários motivos que poderiam justificar os holofotes voltados para a figura do Ministro da Fazenda, gostaríamos de destacar a função que parece ocupar no *Informe JB* como o rosto de “milagre econômico”, um símbolo da gestão técnica do governo. Atenção especial que o acompanhou até a sua despedida de Brasília, em março de 1974. Na matéria referente a esse evento, o leitor é conduzido retoricamente para a última descida no elevador do prédio do ministério, o que traduz, em nossa leitura, a relação que a coluna manteve durante os anos do “milagre”: “Ontem à tarde o Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Delfim Netto, despediu-se de seus auxiliares, depois de seis anos do trabalho, ao longo dos quais *reformulou a imagem e boa parte da estrutura econômica brasileira*” (INFORME JB – 15/03/74).

Entre esses aspectos brevemente elencados acima, podemos notar indícios da construção de um período marcado pelo avanço econômico – o que, afinal, era difícil de ser negado naquele momento (sobretudo por que as críticas cabíveis seriam muito provavelmente suprimidas). Mas, para além disso, é possível identificar a associação desse progresso à gestão econômica do regime, às decisões ministeriais e à otimização e tecnificação do Estado (com foco na figura do ministro como o condutor desse “projeto”), o que, em nossa leitura, reverbera o discurso ufanista do regime sobre os anos do “milagre”. Como dito, as possibilidades de crítica sutil, através de recursos linguísticos empregados em outros assuntos, não foram usadas no caso da economia.

A título de exemplo, a edição de 13 de maio de 1971 parece sintetizar, através da linguagem própria do *Informe JB*, os aspectos até aqui apresentados. A matéria “Os argentinos descobrem o Brasil” noticiava o número elevado de turistas argentinos no Brasil, aproveitando a situação para apresentar o “modelo brasileiro”:

Esta descoberta ou redescoberta do Brasil não fica só nisso: eles ouvem e cantam nossas melhores músicas e acompanham e torcem até pelo futebol brasileiro, especialmente o do Rio Grande do Sul e São Paulo. [...] Os argentinos que voltaram de nossas cidades levaram afixados no para-brisa decalques como Ninguém Segura o Brasil e outros. Eles falam também do entusiasmo – inclusive seus jornais – do modelo de desenvolvimento brasileiro, achando que a Argentina deveria seguir nosso exemplo. Aliás – assinala o observador brasileiro – a figura brasileira mais discutida e popular na Argentina de hoje é a do Ministro da Fazenda, Delfim Neto. (INFORME JB – 13/05/71. Grifos nossos).

Como o leitor pode identificar, essa matéria contém alguns dos aspectos elencados em outras edições analisadas, enfatizando e descrevendo o Brasil como um modelo de desenvolvimento para os demais países, além da figura de Delfim Netto como seu proeminente condutor.

Apesar da maioria das vezes o elogio ao “milagre” ser indireto, através da associação dos pontos ressaltados na análise, não faltaram exemplos como esse, em que o “projeto econômico brasileiro” foi referido e enaltecido diretamente. Deste modo, nota-se que embora a coluna se apresentasse em um modelo “informativo”, sobretudo na primeira parte, reforçando a ideia de “imparcialidade e objetividade” no retrato da realidade, a representação do “milagre econômico” a partir dos elementos

destacados na análise apresenta traços do discurso ufanista enunciado pelo regime. Dado este que levanta questões sobre a sua relevância, direta e indireta, para a constituição de uma representação do “milagre” no imaginário social.

Considerações finais

Apesar do caráter introdutório e parcial do trabalho aqui apresentado – cujo objetivo inicial era elencar as questões presentes na historiografia sobre o tema, articulando-as com a bibliografia sobre o *Jornal do Brasil*, a amostragem de fontes apresentou indícios sobre o posicionamento da coluna *Informe JB* e seu elogio à gestão econômica do governo. Fica evidente, nas edições selecionadas, a reprodução de elementos de um discurso ufanista sobre o “milagre econômico”, apresentando-o como um projeto de nação planejado e orquestrado habilmente pelo regime. Diferente das matérias que tratavam de temas políticos, no caso das referências à economia foi possível observar um uso muito menos frequente da “linguagem cifrada”, dotada de um “duplo sentido” crítico, o que reforça essa ideia de reverberação do discurso ufanista.

No entanto, por se tratar da análise de uma coluna, não necessariamente representa e elucida a posição do *Jornal do Brasil* como um todo. Conclusões mais assertivas sobre o posicionamento do periódico demandariam um estudo mais aprofundado e relacionado aos editoriais e outras matérias do jornal, confirmando ou não os argumentos de Napolitano e Matta sobre a aproximação do regime no âmbito econômico. Nesse sentido, a análise das fontes tende a dizer mais sobre a coluna, em

específico, e a possibilidade de relações do colunista com fontes ligadas ao Ministério da Economia, do que o posicionamento do JB.

Pelo nível de detalhes das situações descritas no *Informe JB* nas vezes em que tratou do ministro Delfim Netto, é possível inferir que uma das “fontes” tinha uma relação aproximada com o ministro. Essa hipótese, que poderia ser averiguada com fontes complementares, como a identificação do responsável pela coluna, deixaria mais evidente a função do elogio sobre a economia e figuras específicas do governo – em moldes semelhantes àqueles apresentados pela análise de Matta sobre o *Informe JB* entre os anos de 1974 e 1979 (2012). Mas, de todo modo, algumas questões aqui elencadas, bem como alguns indícios mapeados, podem vir a ter utilidade introdutória para estudos futuros que busquem compreender o papel dos periódicos liberais na constituição de uma visão positiva do “plano econômico” da Ditadura.

Bibliografia

JORNAL DO BRASIL. “Informe JB”. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25/11/69; 09/12/69; 01/01/70; 17/02/70; 18/04/70; 04/05/70; 18/06/70; 24/08/70; 27/10/70; 07/09/70; 02/11/70; 11/12/70; 01/01/71; 09/02/71; 16/03/71; 02/04/71; 13/05/71; 12/06/71; 03/08/71; 07/09/71; 18/10/71; 03/01/72; 23/03/72; 08/04/72; 20/05/72; 20/06/72; 11/08/72; 26/09/72; 08/10/72; 25/12/72; 02/01/73; 12/02/73; 12/03/73; 11/05/73; 01/06/73; 09/07/73; 05/09/73; 26/11/73; 17/12/73; 07/01/74; 01/02/74; 15/03/74. Disponíveis em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=1 (Acesso em 02/11/20).

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*.

2012. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CRUZ, Sebastião C. Velasco & MARTINS, Carlos Estevam. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura" In: ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de & SORJ, Bernardo. (orgs.) *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 8-90.

GUARNIERI, Dayane Cristina. *A "Revolução" é uma árvore de vida secular: O Jornal do Brasil e a invenção da democracia e da legalidade do golpe civil-militar e do governo militar (1964-1968)*. 2014. 254 fls. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

LESSA, W. D. "Amílcar de Castro e a reforma do Jornal do Brasil". In: *Dois estudos de comunicação visual*. Rio de Janeiro UFRJ, 1995. p. 16-59.

LUCCA, Tania Regina de. "História dos, nos e por meio dos Periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTA, Heloneida Souza da. *Do autoritarismo ao colunismo político: a Produção da Coluna Informe JB no Governo Geisel (1974-1979)*. 2015. 125f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

MATHEUS, Letícia; BARBOSA, Marialva. O Jornal do Brasil e as noções de tempo histórico no fazer jornalístico. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, Porto Alegre, v. 1, n. 35, p. 113-118, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, v. 8, nº. 15esp, p. 9-44, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 43, nº. 2, p. 346-366, 2017.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1988. p.113-148.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. 194 f. Doutorado em Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula G.; VIEIRA, Itala M. O JB é que era jornal de verdade: jornalismo, memórias e nostalgia. *MATRIZES*, v. 12, nº 3, p. 257-276. São Paulo, 2018.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 21-43, 1989.

VENTURA, Zuenir. Anos 60/70. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 7 abr. 1991. p.7.

Recebido em: 30/08/2019

Aceito em: 03/11/2020

LES MISERABLES: VICTOR HUGO E O COTIDIANO DO SÉCULO XIX

LES MISERABLES: VICTOR HUGO AND 19th CENTURY EVERYDAY LIFE

Nathália Santos Pezzi¹

Resumo: O presente artigo objetiva fazer uma breve análise de diversas questões sociais presentes na obra, como a miséria, a alteridade, o espírito cristão, os papéis de gênero e as classes sociais. Temas em geral ligados a um cotidiano não tratado pela historiografia de seu contexto. As personagens criadas por Hugo são representantes de posições sociais, temas políticos e valores. Desta forma, a partir da análise das personagens e do enredo, pretende-se trazer à tona as questões do cotidiano e, principalmente, a naturalização da miséria.

Palavras-chave: Victor Hugo, Romantismo, cotidiano.

Abstract: This article aims to make a brief analysis of several social issues present in the novel. Such as misery, otherness the Christian spirit, gender roles and social classes. Themes in general related to everyday life at the time, in general, not studied by the historiography of their context. The characters created by Victor Hugo are representatives of social positions, political themes and values. In this way, from the analysis of the characters and the plot, it is intended to bring out the issues of everyday life and the naturalization of miserliness.

Keywords: Victor Hugo, Romanticism, everyday life.

Introdução

Os miseráveis, uma das obras primas de Victor Hugo, teve sua primeira publicação em 1862, simultaneamente em diversas cidades, como Bruxelas, Milão, Roterdã e Paris. Desde seu lançamento até a atualidade, a

¹ Graduanda em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná.

obra de 1.500 páginas que ainda encanta, foi traduzida para diversas línguas e adaptada para variados filmes, peças e séries. O musical faz parte da lista de peças da Broadway e mais recentemente, em 2012, a obra se viu novamente apresentada em um grande sucesso hollywoodiano, dirigido por Tom Hooper, ganhando 3 Oscars (FULKS, 2019).

Victor Hugo descreve minuciosamente seu contexto, fazendo-se muito fácil reformular mentalmente as diversas cenas descritas pelo autor. Quase como se fosse possível se sentir caminhando pelas ruas de Paris no século XIX, enxergando-se de perto toda a sua beleza e principalmente seu submundo de problemas sociais mais do que aparentes. Como ressalta Fúlvia Moretto, em seu texto *Victor Hugo e o Romantismo*, é relevante que este autor tenha vivido quase todo o século XIX: desde o Primeiro Império de Napoleão I, a Restauração, a Revolução de 1830, a Monarquia de Julho de Luís-Felipe de Orléans, a Revolução de 1848, o Segundo Império de Napoleão III e a Terceira República, a partir de 1870. Logo, Hugo teve uma ampla visão da sociedade francesa neste século (MORETTO, 1994).

O presente artigo objetiva fazer uma breve análise de diversas questões sociais presentes na obra, como a miséria, a alteridade, o espírito cristão, os papéis de gênero e as classes sociais, temas que são muitas vezes ligados a certas personagens. Hugo foi capaz de criar personagens representantes de posições sociais, temas políticos e valores, ainda que, num primeiro momento, essas mesmas personagens aparentem tentar demonstrar posições contrárias. Estas questões são todas ligadas ao cotidiano e tratam de personagens que na historiografia do século XIX não teriam grande visibilidade.

Victor Hugo e *Les Misérables*

Victor-Marie Hugo (1802-1885) foi um poeta, dramaturgo e estadista francês, considerado um dos maiores nomes do Romantismo na França. Neste parágrafo tratarei brevemente da biografia do autor, inspirada na de Frazão (2019). Hugo nasceu na França, e devido ao posto de seu pai, general de Napoleão, passou grande parte de sua infância viajando. Teve seus estudos preparatórios no Liceu Louis le Grand, em Paris. Ainda muito jovem, em 1817, recebeu o seu primeiro prêmio, o *Jeux Floraux* de poesia da Academia Francesa, mais tarde recebeu também outras premiações. Em 1819, fundou a revista *O Conservador Literário*, sendo o primeiro ensaio publicado um tributo prestado a Chateaubriand, considerado iniciador do Romantismo na França. Em 1841, Hugo é eleito para a Academia Francesa, e frequenta a corte das Tulherias. Em 1845 torna-se membro do senado francês, mostrando-se preocupado com a miséria do povo – tema que compõe toda a obra em questão –, razão pela qual funda e dirige o jornal *O Acontecimento*. No entanto, quando eleito, Napoleão III viola a Constituição, Victor Hugo passa a ser perseguido ao tentar organizar a resistência à ditadura e se refugia em Bruxelas, onde se exila por de mais de 18 anos. É durante o exílio, momento apontado como o mais fértil de sua produção, que Hugo escreve a obra em questão: *Les Misérables* (1862), e outras obras célebres.² Em 1870, numa reviravolta de eventos, Victor Hugo

² Entre as diversas obras deste autor, destaco os romances: *Notre-Dame de Paris* (1831) – também conhecido como: *O Corcunda de Notre-Dame* –, *Cantos do Crepúsculo* (1835), *Os Castigos* (1853), *As Contemplações* (1856), *O Homem que Ri* (1869), entre outras obras notáveis.

é eleito deputado e se torna presidente da ala esquerda da Assembleia Nacional. Em 1876 se elege senador (FRAZÃO, 2019).

A obra de Victor Hugo oportunizou um espaço à retratação da vida cotidiana, ao contrário do apresentado pela historiografia do contexto, marcada pelo Positivismo. O Positivismo, herdeiro do Iluminismo, não enxergava a importância em escrever sobre o corriqueiro, o ordinário ou sobre a alteridade. Como afirma Barros (2011), o Romantismo foi a primeira filosofia da história a se opor a perspectiva universalizante do Iluminismo. Hugo expõe sua filosofia política na obra, tratando, também, o conflito na relação da pobreza com o Estado.

Moretto (1994) salienta que Victor Hugo fundamentava-se principalmente na História para escrever suas obras, como pode-se notar na exposição de diversos momentos históricos na obra em questão.³ E, com a história, a autora frisa que na literatura os dramas do romance são colocados dentro de uma realidade social, e a psicologia do personagem é revelada por diálogos verossímeis. A exemplo deste inserimento da realidade social no livro, cito o pronunciamento do autor sobre como se sentiu em 1815, refletido na obra:

Esse 1815 foi uma espécie de Abril triste. As velhas realezas doentias evenenosas se cobriam de novas aparências. A mentira celebrou núpcias com 1789, o direito divino escondeu-se por trás de uma Carta, as ficções tornaram-se constitucionais, os preconceitos, as superstições e as segundas intenções com o artigo 14º no coração, envernizaram-se de

³ A exemplo da presença de Napoleão na obra – é esta personagem histórica que, no livro, dá a nomeação de Bispo de Digne ao Bienvenu.

liberalismo. Simples troca de pele de serpentes. (HUGO, 2017: 493).

Resumindo muito brevemente esta grandiosa obra: trata-se da trajetória de Jean Valjean entrelaçada pela vida de Bienvenu, Fantine, Cosette, Javert, a família Thenardier, Marius Pontmercy, entre outras personagens. É também ligada a grandes acontecimentos históricos que se passaram na França pós-Revolução Francesa. A história é dividida em cinco volumes, cada um deles voltado para a trajetória específica da vida de cada personagem principal do romance. Jean Valjean, herói do romance, é um homem que já nascera condenado pela pobreza e depois à prisão – onde fica por 19 anos. Na prisão conhece o Inspetor Policial Javert, seguidor cego da justiça, que posteriormente o perseguiria incessantemente. Valjean, ao ser agraciado pela compaixão de Bienvenu, Bispo de Digne, retoma sua fé e promete viver uma vida honesta. Além disso, é fundamental o protagonismo de personagens femininas: Cosette e Fantine. Fantine após engravidar, ser abandonada e desempregada, se vê em extrema miséria, condenada a prostituição para sua sobrevivência e de sua filha, Cosette. Posteriormente, Valjean adota Cosette, sendo ela seu maior impulso para continuar sua fuga. Cosette apaixona-se pelo jovem revolucionário Marius, o que faz Valjean ser descoberto novamente. Javert, ao ser desvendado como espião nas barricadas de 1832, é salvo por Valjean. O *gendarme*⁴,

⁴ De acordo com o dicionário Larousse, a *Gendarmerie* é a força militar encarregada de zelar pela segurança pública e de assegurar a manutenção da ordem e a execução das leis em todo o território nacional, bem como aos exércitos. Javert é um *gendarme*, que, portanto, pode ser traduzido como um agente policial. (Tradução minha). A definição está disponível em:

assim, acredita carregar uma dívida com Valjean e, ao mesmo tempo, não suportava deixar livre o “criminoso”, assim suicida-se. Cosette cresce e casa-se com o jovem idealista Marius. Jean Valjean morre de velhice.

Porém, ao resumir a trama, compromete-se a riqueza detalhes tratada por Hugo que espelham a miséria, relacionada com o poder oficial. Além de estampar momentos históricos como a Batalha de Waterloo, a Restauração Bourbon, a Revolução de Julho (1830), o Motim de Junho (1832) e as suas barricadas da Rua Saint-Denis. É uma questão central perceber a naturalidade em que a miséria era tratada neste contexto histórico mais amplo. Hugo a trata como uma “visão sobre o outro” na qual a alteridade está concentrada na pobreza. Neste mesmo período outros romances que traziam esse tema como algo danoso ao desenvolvimento humano pleno começavam a ganhar espaço. Moretto (1994) destaca os romances de Zola, Flaubert e Maupassant, mas aponta que a maioria dos romances ainda era voltada a agradar apenas um público mais abastado.

A vida cotidiana destacada em *Les Misérables* é apresentada através das personagens. Neles é possível identificar os principais ideais do autor e também discussões políticas. As personagens podem ser vistas como representantes de discursos, de uma época, de condições sociais e de uma sociedade em construção. Como afirma Hartog (2017), em seu livro *Crer em História*, o romance era capaz de aproximar esta realidade da História, por causa de sua atenção aos detalhes, à incerteza, ao aleatório. O romantismo, como afirmam Lowy e Sayre (2015), teve como característica

<<https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/gendarmerie/36498>> (acesso em 12 de maio de 2020).

a subjetividade. Esta subjetividade é contraposta com a tendência do século XIX de que a história deveria ser racionalizada, retratando apenas os grandes acontecimentos, sem o desperdício de tempo com temas “menos relevantes”. Assim, Hugo pretende retratar o cotidiano, a cultura, as formas sociais etc. através da singularidade de cada personagem.

Os fatos que vão ser relatados pertencem a essa realidade dramática e viva que as vezes o historiador negligencia por falta de tempo ou de espaço. Contudo, insistimos, nele é que está a vida, a palpitação, a agitação humana. Os pequenos detalhes (...) são, por assim dizer, a folhagem dos grandes acontecimentos e se perdem na distância da história. A época denominada das revoltas é pródiga em detalhes desse tipo (...). Mudaremos alguns nomes, pois a história conta e não denuncia, mas falaremos sobre coisas reais. Nas condições do livro que estamos escrevendo, mostraremos somente um lado, um episódio, com certeza dos menos conhecidos, dos dias 5 e 6 de junho de 1832; mas o faremos de tal modo que o leitor possa entrever, sob o sombrio véu que vamos levantar, a figura real dessa terrível aventura pública. (HUGO, 2017: 1394).⁵

Jean Valjean é a personagem que consolida os principais ideais do autor. Valjean é virtuoso, mas se degenera e perde sua fé devido às condições que lhe foram impostas. É o herói do romance, entretanto, neste momento é tratado de forma realista, num contexto em que era comum a idealização dos personagens em romances. Sua miséria havia lhe imposto o crime, e a prisão o havia endurecido. Concomitantemente, ao enredo do romance, Hugo pretende retratar a situação de miséria que muitos franceses

⁵ Grifo meu. Neste trecho, Hugo apresenta sua intenção em trazer à tona o que, naquele momento, era deixado de lado pelos historiadores: o cotidiano, a cultura, as formas sociais etc.

viviam, em que os gastos com a política externa francesa tinham aumentado devido à busca de glória política de Napoleão.

Ao roubar pão para alimentar sua família, Valjean é condenado a cinco anos de prisão. Em virtude de suas tentativas de fuga e mau comportamento na cadeia sua pena é aumentada para 19 anos. O miserável tinha consciência de que seu crime havia sido ínfimo se comparado com a sua pena. Hugo pretendia denunciar, com certo realismo — uma tendência literária que já estava em pauta no contexto —, as injustiças do poder judiciário. É também uma crítica à forma desumana com que se dava o tratamento ao “outro”, abordando as condições impostas aos prisioneiros, a realidade do duro trabalho forçado, que no caso de Valjean se deu nas galés francesas do século XIX.

Este personagem do miserável atravessa o século. No século XX, George Orwell, em seu artigo “Um dia na vida de um vagabundo” (2011), mostraria como esta tendência de naturalização da miséria ainda se repetia no continente europeu no século seguinte, neste caso, na Inglaterra. É relevante como Orwell parece, até mesmo, estar se referindo à história do miserável retratado por Victor Hugo:

É um círculo vicioso: se ele não mendiga, morre de fome; se mendiga infringe a lei. (...).

Por fim, o vagabundo, que não cometeu nenhum crime e que, no fim das contas, não passa de uma vítima do desemprego, está condenado a levar uma vida mais miserável que a do pior criminoso. Ele é um escravo com uma aparência de liberdade que é pior do que a mais cruel escravidão. (ORWELL, 2011: 45)

Ainda que tratem de um mesmo personagem histórico que atravessou as barreiras do tempo, Hugo e Orwell trazem soluções muito diferentes ao mesmo problema. Diferentemente de Orwell, Hugo não prega a revolução como uma solução viável. Através de Valjean percebe-se que é o espírito cristão que o dignifica, tirando-o da miséria e dando-lhe uma nova chance. Na obra é essencial o papel da providência divina tratada através da personagem Bienvenu, o Bispo de Digne. Esse religioso, que teria recebido o título de bispo ao encontrar-se com Napoleão, é uma personagem retratada pela sua benevolência e seu desejo verdadeiro de se desligar dos bens materiais e fazer o bem. O Bispo, inclusive, criticava demasiadamente outros bispos que conhecia, que ao invés de seguirem realmente os mandamentos da Igreja, viviam pela ganância.

Em 1815, mesmo ano da Restauração Francesa, também conhecida por Restauração Bourbon, Valjean conhece o Bispo de Digne, única pessoa que o ampara quando todos o recusaram a ajuda, em razão de sua marca de criminoso. Valjean, entretanto, trai a confiança do bispo e rouba sua prataria e, conseqüentemente, é descoberto. No entanto, Bienvenu mente aos policiais, afirmando tê-lo dado a prataria, salvando-o de imediatamente voltar às galés. Desta forma, declara estar “comprando a alma” de Valjean, que após o episódio recobra a fé e compromete-se com a benevolência, honestidade e honra. A questão da providência divina, principalmente através de um membro da Igreja Católica, demonstra claramente os valores cristãos de Victor Hugo⁶.

⁶ O papel da Providência Divina é fundamental na obra. Inicialmente através do Bispo Bienvenu, que na obra representa a misericórdia e a compaixão. O papel da providência se mostra ainda presente, nas inúmeras fugas inacreditáveis de Valjean

Lowy e Sayre (2015), em seu livro *Revolta e Melancolia*, afirmam ser característica do romantismo a “autocrítica da modernidade”, sendo esta modernidade caracterizada pela Revolução Industrial. Alguns traços dessa crítica à modernidade delineados por estes autores podem ser identificados no romance de Hugo, como a crítica da individualidade egoísta dada pela dissolução dos vínculos sociais e também a crítica da desumanização do ser humano. Um exemplo é o trecho em que o autor pinta a miséria vista nas ruas de Paris:

Na moderna civilização, ainda tão incompleta, não é muito anormal essa destruição de famílias extinguindo-se na sombra, sem saber para onde vão os filhos, deixando cair as entranhas em meio a praça pública. Daí esses destinos obscuros. Isso se chama, pois tão triste realidade produziu uma locução, ser lançado às sarjetas de Paris (HUGO, 2017: 784).

Entretanto, Hugo não parece culpar a expansão industrial completamente por esta miséria, ao mesmo tempo esta expansão parece algo positivo e negativo, já que Jean Valjean consegue sua vida nova através de sua fábrica, chegando a virar prefeito com seu pseudônimo: Madeleine. Fábrica que construiu por meio das benesses dadas pelo Bispo. Logo, é através de Jean Valjean que Victor Hugo apresenta sua própria

e também em outros personagens. A mensagem passada por Hugo é clara: o *espírito cristão* seria a forma de dignificação da alma. A influência da religião é nítida nesta obra e em outras obras de Hugo, em que os valores cristãos fazem parte da idealização de seus heróis. O autor francês teve, desde muito cedo, contato com estes valores idealizados, cresceu com uma educação católica e mais tarde, durante seu exílio, tornou-se espírita. Cf. SCHNEIDER, Maria do Carmo M. Victor Hugo: a face oculta de um gênio. Anais do XIII Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Acesso em 12 de maio 2020).

concepção de que o trabalho dignifica o homem e a sociedade. O francês apresenta Valjean como um empregador justo – ainda que não estivesse presente em momentos cruciais em sua fábrica, como o momento de demissão de Fantine. Valjean era uma exceção, já que o momento era de dissolução de vínculos sociais.

Lowy e Sayre (2015) descrevem diversos tipos ideais de românticos . Hugo, na obra em questão, devido a sua perspectiva crítica dentro do movimento romântico, parece encaixar-se no tipo ideal do Romantismo reformador dos autores, posto que não propõe uma volta ao passado e enxerga os problemas de sua sociedade, porém não critica completamente a revolução industrial. Esta noção sobre o trabalho parece estar ligada a noção de progresso na modernidade, principalmente pela tendência positivista que influenciou demasiadamente o século XIX.

A questão do progresso relacionado a ciência, também do nacionalismo – visões muito ligadas ao positivismo – e como eram vistas as revoluções também são tratadas na obra. Um exemplo é o diálogo de Bienvenu com o senhor G., um octogenário convencionalista, passagem na qual conversavam sobre o voto pela morte do rei durante a Revolução Francesa:

– Quero dizer que o homem tem um tirano, a ignorância. É pela morte desse tirano que dei o meu voto, desse tirano que inventou a realeza, autoridade nascida da mentira, enquanto a ciência é a autoridade que surge da verdade. O homem deve ser governado pela ciência. – E pela consciência – acrescentou o Bispo. – Confunde-se com a ciência. (...). O convencionalista prosseguiu: – Quanto a Luís XVI, não votei pela sua morte. Não me julgo com o direito de matar um

homem, mas sinto o dever de exterminar o mal. Votei pelo fim do tirano, isto é, pelo fim da prostituição da mulher, da escravização do homem, da ignorância da juventude. Votando pela república, votei por tudo isso. Votei pela fraternidade, pela concórdia, por uma nova aurora. Acelerei a queda de preconceitos e erros. O fim dos preconceitos e falsas doutrinas gera a luz. Nós fizemos a ruína do velho mundo, e esse mundo velho, vaso de misérias, derramando-se sobre o gênero humano, transformou-se numa taça de alegrias. – Tristes alegrias – disse o Bispo. – Pode dizer, se quiser, alegria perturbada, e hoje, após a volta fatal do passado que se chama 1814, é melhor dizer alegria desaparecida! Infelizmente, a obra não estava perfeita, concordo; derrubamos as aparências externas do Antigo Regime, mas não lhe suprimimos as ideias. Não basta destruir os abusos; é preciso mudar os costumes. Desapareceu o moinho, mas o vento ainda sopra. (...). (HUGO, 2017: 72).

Através deste diálogo, é possível compreender que Victor Hugo entendia que apenas a Revolução não tinha mudado a forma de viver do povo francês, seria necessário um processo longo para que mudasse a cultura, para que a miséria deixasse de ser vista como algo cotidiano.

Conforme Hobsbawm (1997), em seu livro *A Era das Revoluções*, estas aconteceram devido a uma falta de sincronia dos sistemas políticos com a rápida mudança social do contexto abordado, algo também evidenciado quando Victor Hugo fala da Batalha de Waterloo:

Uma força superior ao homem já o havia preestabelecido. Daí o pânico, daí o espetáculo de tantas grandes almas entregando as armas. Os que haviam vencido toda a Europa caíram vencidos, nada mais tendo a fazer ou a dizer, sentindo naquela sombra uma presença terrível. *Hoc erat in fatis*. Naquele dia, mudou-se a perspectiva do gênero humano. Waterloo é o gonzo sobre o qual gira o século XIX. O desaparecimento do

grande homem era necessário para o desenvolvimento do grande século (...). (HUGO, 2017: 476).

O lugar das mulheres neste contexto de miséria naturalizada pode ser retratado pela personagem de Fantine. A personagem era ainda uma jovem ingênua quando se apaixona pelo jovem estudante Tholomyès, que era proveniente de uma família rica — ao contrário da jovem. Todavia, o estudante apenas a encarava como uma “brincadeira” e a deixa. Algo que também retrata o inserimento dos jovens em classes, ou seja, Hugo retrata que por ser pobre, a garota era vista como descartável ao jovem rico. Fantine encontrou-se grávida e sozinha – o que era considerado imoral à época. A jovem então se vê obrigada a entregar sua filha Cosette ao casal Thénardier, que por muito tempo a trapacearam, exigindo cada vez mais dinheiro. Esse casal na obra representa o pecado da ganância, evidenciando que a influência cristã na obra do autor francês não se encerra apenas na figura do bispo, mas perpassa todos os personagens, tecendo a trama. Alguns representando afrontas à moralidade cristã, como Fantine, outros representando a possibilidade de expiação dos pecados, como Jean Valjean.

Seguindo o enredo, Fantine consegue um trabalho na fábrica de Madeleine — pseudônimo de Valjean —, felicidade que dura pouco, já que quando outras operárias descobrem que era mãe solteira, conseguem a sua demissão, já que não queriam ser associadas a ela. Michelle Perrot, em seu livro *As mulheres ou os silêncios da História*, ressalta que as mulheres neste contexto eram vistas pelos industriais como uma força de trabalho desejada: mão de obra barata. A historiadora destaca, entretanto, a contradição: as mulheres operárias eram mal vistas pela sociedade e pela

imprensa, dado o seu trabalho fora do lar. Assim, ao mesmo tempo em que se beneficiava-se do trabalho feminino, o ideal da mulher burguesa condenava-o (PERROT, 2017).

A prostituição é ainda um tema mais profundo na questão de gênero tratada por Victor Hugo. Vista no contexto como escandalosa, obscena e desprezível, as mulheres que se prostituíam eram tratadas como sujas e indignas. Michelle Perrot expõe que a relação com a sexualidade feminina em geral era a de controle e repúdio (PERROT, 2017). Entretanto, no caso de Fantine, a prostituição aparece como a única alternativa de uma mãe que precisa cuidar de sua filha supostamente doente e está disposta, como uma mãe que ama incondicionalmente, a fazer qualquer coisa por sua filha. Fantine, ainda que na pele de uma prostituta — papel feminino antagônico do ideal burguês —, representa o ideal feminino de mãe, sacrificando-se pelo bem de sua prole. Novamente o papel da providência se mostra presente nos últimos momentos da vida de Fantine, que, ainda que prostituta, era uma mãe ideal (que não deixa de ser a mãe ideal também em valores cristãos). Valjean jura à Fantine em seu leito de morte que cuidaria de Cosette, menina que faz com que Valjean recobre novamente as esperanças.

O conflito na relação com o Estado é encarnado pela personagem de Javert, um *gendarme*, o agente da polícia cuja característica principal é a cega fé no sistema legislativo, que vê como única fonte de razão e justiça. Javert, como representante do poder oficial, repudia a miséria, combate ao crime e segue a lei inflexivelmente.

A forma como o Estado tratava a miséria, sem a percepção de que os problemas sociais estavam ligados a falta de fornecimento das necessidades básicas, apenas parecia fazer com que aumentasse a violência. Estado este que pouca empatia parecia ter por aqueles que viviam na miséria e cujas leis pareciam apenas beneficiar os mais ricos. Assim, diferentemente do que esta personagem acreditava, a lei parecia agir em favor da injustiça. Por consequência, aplica-se novamente a falta de continuidade das ideias democráticas com o sistema político do contexto evidenciado por Hobsbawm (1997).

O trágico conflito de 1832 é narrado em detalhes por Hugo, momento da luta de todos os “miseráveis” contra o sistema político estabelecido, uma vez que até os personagens que possuem alguma divergência de pensamento estão lutando juntos, por uma Paris livre e mais igualitária. Conforme Hobsbawm (2017), estes conflitos pós napoleônicos se mostravam menos planejados, diferentemente da Revolução Francesa. Hobsbawm frisa que a onda revolucionária de 1830 marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. Marius Pontmercy e seus amigos eram um grupo de jovens estudantes, que abraçam a causa dos mais necessitados. Em um discurso, Enjolras, amigo de Marius Pontmercy, declararia a favor do conflito. Nesse discurso, percebe-se a crença no progresso aliado à ciência e a Revolução Industrial e, também, a noção de que a história humana “caminha” para a igualdade.

Dominamos a hidra, agora chama-se vapor; dominamos o dragão, agora chama-se locomotiva; estamos prestes a dominar o grifo, já o temos em nosso poder, agora chama-se balão. (...) Coragem e avante! Cidadãos, para onde iremos?

Para a ciência transformada em governo, para a força das coisas transformada na única força acessível a todos, para a lei natural recebendo sanção e penalidade em si mesma e promulgando-se pela evidência, para uma aurora de verdade que corresponde à aurora do dia. Caminhamos para a união dos povos, para a unidade do gênero humano (...) Cidadãos, o século XIX é grande, mas o século XX será feliz. Então nada haverá de semelhante a velha história; ninguém terá de temer, como atualmente, uma conquista, uma invasão, uma rivalidade a mão armada entre as nações (...). Entendamo-nos a respeito da igualdade, porque se a liberdade é o ápice, a igualdade é a base. A igualdade, cidadãos, não é absolutamente toda a vegetação à mesma altura, uma sociedade de longas hastes de ervas e de carvalhos-anões; uma aproximação de invejas cortando-se mutuamente; é, civilmente, as mesmas oportunidades para todas as aptidões; politicamente, todos os votos com idêntico peso; religiosamente, todas as consciências com os mesmos direitos. A igualdade tem um órgão: a instrução gratuita e obrigatória. (HUGO, 2017: 1562-1563).

Estas ideias assemelham-se com as de Michelet, que escreve no mesmo período que Victor Hugo. Como demonstra Lima (2013), Michelet era “o grande historiador da nação francesa” e pretendia retratar o “espírito do povo”, levando em conta, assim como fez Hugo, o individual do cotidiano, do povo e da cultura. E, como apontado por Santos (2001), a Revolução para Michelet era detentora do segredo da liberdade, assim, a França liderava este caminho. Da mesma forma que Michelet, Hugo trata deste espírito do povo, em especial o francês. Há um nacionalismo intrínseco na obra, junto de uma visão de que esta nação caminhava para a liberdade das amarras do então sistema político vigente.

Considerações finais

Les misérables põe em evidência, através das personagens e dos desvios de caráter dessas personagens, uma variada gama de opiniões, sentimentos, posições políticas, posições sociais e econômicas e sua relação entre si e com os valores em voga àquele momento na França, caracterizando-se como uma rica fonte para a História. A pertinência dessa grande obra de Victor Hugo é sentida em perspectivas muito além da História e da Literatura, mas em diversos campos do conhecimento, sendo de grande valia para o estudo do Direito, da Psicologia, da Antropologia, da Sociologia, entre outros.

Os debates historiográficos que podem partir desta obra de Victor Hugo são diversos e abundantes, mas o autor havia já destacado o que pretendia trazer à tona, causando debates em seu próprio contexto:

Enquanto os três problemas do século – a degradação do homem pelo proletariado, a prostituição da mulher pela fome, e a atrofia da criança pela ignorância – não forem resolvidos; enquanto houver lugares onde seja possível a asfixia social; em outras palavras, e de um ponto de vista mais amplo ainda, enquanto sobre a terra houver ignorância e miséria, livros como este não serão inúteis. (HUGO, 2017).

Victor Hugo retrata o século XIX, na França, como o dos miseráveis, um povo “sem voz” que se fortalece como um grupo. Os diversos acontecimentos históricos — os quais o autor francês pôde vivenciar — inseridos em *Les misérables* são palco para esta união. Além disso, estes acontecimentos, descritos da forma que foram, demonstram a visão do autor sobre estes. Também, os discursos proferidos sobre estes

acontecimentos ao longo da obra representavam as noções sobre eles em classes diversas. A obra, visto que seu autor se empenhou a descrever os ínfimos detalhes e a retratar grupos — que até então não tinham destaque —, esclarece diversas práticas e significados de diversos grupos sociais, sua cultura e sua linguagem que representam poderes econômicos, políticos e visões de mundo.

O autor faleceu em Paris e em seu testamento deixou cinquenta mil francos aos pobres, pediu preces de todas as almas — e não a Igrejas — e afirmou acreditar em Deus. Foi sepultado em 1º de junho no Panteão, o monumento fúnebre dos heróis nacionais (FRAZÃO, 2019). Este seu último ato de vontade apenas reforça os ideais que tanto defendeu em sua obra: sua visão humanizada da alteridade, a representação da subjetividade na história, seu sentimento nacionalista da história francesa, seus valores cristãos.

Bibliografia

BARROS, José D'Assunção. Considerações sobre o Paradigma Positivista em História. In: *Revista Historiar*. Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.4. n. 4 (jan./jun. 2011). Disponível em: <www.uvanet.br/revistahistoriar>.

FRAZÃO, Dilva. *Resumo da Biografia de Victor Hugo*. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/victor_hugo>. Acesso em: 30/05/2019.

HARTOG, François. Do lado dos escritores: os tempos do romance. In: *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 127-174.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução: TEIXEIRA, Maria T. L.; PENCHEL, Marcos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUGO, Vitor. *Os miseráveis*. Tradução: BARROS, Frederico O. P. B. (1 ed). São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LAROUSSE DICTIONNAIRE. Définition de Gendarmerie. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/gendarmerie/36498>. Acesso em 12/05/2020. (Tradução minha).

LIMA, Michelle Schreiner. *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOWY, M e SAYRE, R. *Revolta e melancolia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MORETTO, Fúlvia M. L. *Lettres Françaises*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

ORWELL, George. *Como morrem os pobres e outros ensaios*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Tradução: RIBEIRO, Viviane. São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: BOTTMANN, Denise. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. *Revista de História*, nº 144, 2001. p. 151-180.

SCHNEIDER, Maria do Carmo M. Victor Hugo: a face oculta de um gênio. *Anais do XIII Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada*. Acesso em 12 de maio 2020.

Recebido em: 17/08/2019

Aceito em: 14/05/2020

Resenhas

LEPORE, Jill. *A História Secreta da Mulher-Maravilha*. Tradução de Érico Assis. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.

Nathália Santos Pezzi¹

Quem não conhece a Mulher-Maravilha? Não importa que geração você faça parte, a super-heroína provavelmente faz parte do imaginário de sua infância e das referências de sua vida adulta. Seja pelos quadrinhos ou filmes e séries que representam a personagem. Não foi diferente no momento em que a Mulher-Maravilha apareceu pela primeira vez nos quadrinhos. Priscilla Ferreira Cerencio revela que os quadrinhos eram a principal forma de entretenimento de crianças e jovens adultos antes da televisão, especialmente nas classes mais baixas (CERENCIO, 2011: 12). Jill Lepore escreveu um best-seller que trata especificamente da *História Secreta da Mulher Maravilha*. Lepore é uma historiadora norte-americana, professora de História dos Estados Unidos na Universidade de Harvard e escritora da *The New Yorker*, onde contribui desde 2005. Escreve principalmente sobre história, direito, literatura e políticas americanas, o que não a impediu de escrever muito bem sobre a cultura pop.

O Batman começou a espreitar as sombras em 1939. A Mulher-Maravilha aterrissou seu avião invisível em 1941. Era uma amazona, nascida em uma ilha de mulheres que viviam afastadas de homens desde a Grécia Antiga. Ela fora aos

¹ Graduanda do curso de História (Licenciatura e Bacharelado) na Universidade Federal do Paraná. Endereço para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0895456220435755>

Estados Unidos para lutar pela paz, pela justiça e pelos direitos femininos. (LEPORE, 2017: 11)

Logo no início de seu livro, Lepore explicita que, diferentemente dos outros super-heróis, a Mulher-Maravilha tem muito mais do que uma identidade secreta, ela tem uma origem secreta a qual vai além da mítica que percorre as histórias em quadrinhos. Todavia, o livro em questão não mostra essa origem. Conforme a autora, o livro foi um trabalho historiográfico: o resultado de anos de pesquisa em dezenas de bibliotecas, arquivos e coleções, incluindo documentos particulares do criador da heroína, William Moulton Marston — documentos que nunca foram revelados a pessoas fora da família de Marston. Lepore traz exemplos de suas fontes: jornais e revistas, a imprensa especializada, revistas científicas, tiras, gibis, arquivos, milhares de páginas de documentos manuscritos e datilografados, fotografias e desenhos, cartas e cartões-postais, fichas criminais, anotações rabiscadas nas margens de livros, depoimentos de tribunal, prontuários médicos, memórias não publicadas, roteiros rascunhados, esboços, históricos de estudante, certidões de nascimento, documentos de adoção, registros militares, álbuns de família, álbuns de recortes, anotações para palestras, arquivos do FBI, roteiros de cinema, as minutas cuidadosamente datilografadas dos encontros de um culto sexual e minúsculos diários escritos em código secreto. Estes documentos preenchem as páginas do livro, recheando a história com detalhes sobre a vida do criador e os motivos da criação da personagem.

A Mulher-Maravilha não é apenas uma princesa amazona que usa botas fabulosas. Ela é o elo perdido numa corrente que

começa com as campanhas pelo voto feminino nos anos 1910 e termina com a situação conturbada do feminismo um século mais tarde. O feminismo construiu a Mulher-Maravilha. E, depois, a Mulher-Maravilha reconstruiu o feminismo — o que nem sempre fez bem ao movimento. Super-heróis, que deveriam ser melhores do que todo mundo, são excelentes para dar porrada, mas péssimos para lutar por igualdade. (LEPORE, 2017: 14)

O livro revela o quão a história da personagem é ligada a de seu criador: ao seu passado e às mulheres que amou - foram elas que inspiraram e até mesmo ajudaram a idealizar a personagem. Além disso, Lepore ressalta seu vínculo com a utopia feminista e com a luta pelos direitos das mulheres. A obra é estruturada em três partes, as quais são divididas pelos 30 capítulos e um epílogo. A primeira parte, *Veritas*, trata da vida de William Moulton Marston antes da formação de sua curiosa família. Já a segunda parte, *O Círculo Familiar*, tange a introdução de Marston no mundo dos quadrinhos, os antecedentes que inspiraram a personagem e como se constituiu a sua grande família. E, por fim, a terceira parte, *Ilha Paraíso*, refere-se mais especificamente a criação da super-heroína e sua influência na vida da família Marston e, por fim, o que acontece após o falecimento de seu criador.

A obra quando assim resumida, perde em sua riqueza de detalhes. Todavia, a presente resenha se pretende curta e deve-se focar em apenas certos aspectos da obra. Neste caso, nos ateremos, especificamente, à relação da Mulher-Maravilha com o movimento sufragista e o movimento feminista, tratada em especial na primeira parte da obra. Sean Purdy chama as duas primeiras décadas do século XX de “Era Progressista”, momento

em que os EUA se mostram como mais fortes que as antigas potências europeias, ou melhor, o maior poder econômico no mundo, graças a forte produção industrial e os grandes monopólios (PURDY, 2007: 173-276). As sufragistas e as feministas apareceram naquele momento como um movimento social em ascensão, ainda antes da Primeira Grande Guerra. Entretanto, foi justamente a partir deste evento que as mulheres conquistaram mais direitos e liberdades, uma vez que agora eram a maior parte da mão de obra. William Moulton Marston, criador e roteirista dos quadrinhos da Mulher-Maravilha, inspirou sua personagem especificamente nessas feministas.

Enquanto estudava em Harvard, William Moulton Marston tinha como uma grande influência o seu professor de filosofia, o Prof. George Herbert Palmer cuja falecida esposa foi sufragista. Palmer tinha como um de seus compromissos intelectuais e políticos principais a igualdade dos sexos, que segundo a autora, poderia significar uma forma de lembrar-se de sua esposa. Diante disso, é significativo que o professor que salvou a vida de Marston² era também padrinho da Liga Masculina de Harvard pelo Sufrágio Feminino. Ademais, Zina Abreu explicita que a percepção, no século XVII, da sua ‘igualdade cristã’ levou as mulheres a se consciencializarem da sua desigualdade civil: se como cristãs tinham ‘almas iguais’, como cidadãos deveriam ser, tal como os homens, também detentoras de direitos naturais e inalienáveis (ABREU, 2002: 446), algo que explica os argumentos na citação a seguir:

² Com 18 anos, Willian Moulton Marston, tentou se matar com ácido cianídrico, mas foi salvo pelo seu professor de filosofia.

O movimento sufragista nos Estados Unidos remonta a 1848, quando se deu a primeira convenção sobre os direitos das mulheres em Seneca Falls, Nova York (história que viria a ser contada na revista da Mulher-Maravilha³), onde as representantes adotaram uma “Declaração de Sentimentos”, escrita por Elizabeth Cady Stanton, que tinha a Declaração da Independência como modelo: “Consideramos as seguintes verdades evidentes por si mesmas: que todos os homens e todas as mulheres são criados iguais; que são dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis; que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.” Entre as exigências estava a de dar às mulheres “admissão imediata aos direitos e às prerrogativas que lhes cabem como cidadãs norte-americanas.” (LEPORE, 2017: 25)

A Liga Masculina de Harvard pelo Sufrágio Feminino foi constituída em 1910 e, em 1911, anunciou uma série de palestras. Lepore mostra que a Liga anunciou que sua próxima convidada seria a sufragista britânica Emmeline Pankhurst, a mesma que, no início do século XX, inspirou as sufragistas norte-americanas em sua entrada na militância. Pankhurst, feminista que sempre falava sobre as “correntes do patriarcado” foi impedida de palestrar em Harvard, mas acabou palestrando em um teatro muito próximo, o qual, segundo Lepore, lotou. O livro mostra que, trinta anos depois, quando Marston cria a super-heroína que luta pelos direitos femininos, tem como a sua única fraqueza a perda toda a força se um homem acorrentá-la.

Lepore mostra no decorrer do livro que muitas das histórias dos quadrinhos da Mulher-Maravilha foram inspiradas em acontecimentos

³Mais especificamente na revista n.º5 de junho/julho de 1943.

reais. Em uma das primeiras revistas da super-heroína, Marston teria se inspirado na greve dos operários da indústria têxtil em Lawrence, Massachusetts, em 1912, greve em que Margaret Sanger havia se envolvido - sendo ela uma das inspirações para a personagem. Outro exemplo é uma revista em que se inspira no acontecimento de 1910, em que o sindicato dos leiteiros teria colocado preços altíssimos no leite. Este quadrinho, publicado em 1942, torna-se uma propaganda antinazista, já que nele os altos preços do leite seriam consequência de uma conspiração alemã, para deixar as crianças norte-americanas mais fracas (LEPORE, 2017: 281). Purdy aponta que nos “tempos duros” da década de 30, houve uma mudança nas dinâmicas familiares, as quais tiveram que se adaptar à pobreza, ao choque social e ao desespero, causando grande tensão no ambiente familiar. As mulheres viram seu movimento ter duas repercussões: ao mesmo tempo, perdiam seus empregos para os homens, devido ao desemprego da Grande Depressão, e mais mulheres se inseriram no mercado de trabalho para aumentar a renda familiar (PURDY, 2007: 206).

As mulheres padeceram não somente pelas condições econômicas ruins, mas também vítimas dos estereótipos sexuais ligados a seu papel social. Nas fábricas, muitas perderam trabalho para os homens, aos quais foi dada prioridade nas poucas vagas existentes. Mesmo assim, em 1939, 25% mais mulheres estavam trabalhando do que em 1930, primariamente porque tinham que contribuir com a economia familiar e também porque os empregos femininos – professoras, funcionárias de lojas e secretárias – foram menos abalados pela Depressão do que os da indústria pesada. (PURDY, 2007: 208)

A década de 30, conforme Purdy, foi um momento intenso e próspero dos movimentos sociais, dado que a maioria da população se mostrava revoltosa com as circunstâncias. O impacto da crise econômica e as novas alternativas políticas chegaram a influenciar muito a indústria cultural, como o cinema. O historiador mostra que esta indústria se focou, principalmente, no escapismo. “O mundo hollywoodiano da fantasia cultivava a crença nas possibilidades de sucesso individual, na capacidade do governo em proteger cidadãos contra o crime e numa visão da América como uma sociedade sem classes” (PURDY, 2007: 213).

Em uma linguagem clara e objetiva, acessível ao público, Lepore conseguiu trazer sua pesquisa historiográfica, dando a atenção necessária aos movimentos sufragista e feminista do século XX, mostrando o quanto a super-heroína foi inspirada por elas. Não é nem mesmo necessário ter conhecimentos prévios para melhor entendimento do assunto, no decorrer da obra a autora consegue expor muito bem como estes movimentos influenciam tanto na criação da Mulher-Maravilha quanto as repercussões para a vida das mulheres do período.

Bibliografia

ABREU, Zina. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. In: *Revista Arquipélago - História*, 2ª série, VI, 2002. pp. 443-446.

BANTI, Alberto Mario. Wonderland. *La cultura di massa da Walt Disney ai Pink Floyd*. Roma-Bari: Laterza, 2019.

LEPORE, Jill. *A História Secreta da Mulher Maravilha. Tradução de Érico Assis*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.

PURDY, Sean. O Século Americano. In: KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007. pp. 173-276.

Recebido em: 19/09/2020

Aceito em: 13/11/2020

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 273p.

Bruno Stori¹
Rafaela Zimkovicz²

O imaginário sobre o passado brasileiro está permeado de interpretações que, sendo oriundas de um antigo projeto excludente de nação, ignoram uma série de aspectos e problemáticas que marcaram diferentes temporalidades da história do país, da colônia à república. Ideias como o “mito das três raças”, a democracia racial e o entendimento de que a escravidão brasileira teria sido mais “branda” não raro surgem quando se discute a história do Brasil. Esta visão relaciona-se diretamente com a historiografia brasileira do século XIX, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) tinha como objetivo criar uma imagem de um Brasil cujo passado era harmônico, e o futuro, glorioso.

É desse ponto que parte a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, na introdução de seu livro *Sobre o autoritarismo brasileiro*. A obra é resultado da junção de conteúdos de outro livro da autora, *Brasil: uma biografia* (2014), com algumas colunas escritas por Schwarcz ao jornal *Nexo*. Feito a pedido da editora Companhia das Letras, *Sobre o*

¹ Estudante do 5º período do curso de História (Licenciatura e Bacharelado) na Universidade Federal do Paraná. É bolsista do grupo PET História UFPR e faz Iniciação Científica sob a orientação da Profª Drª Andréa Carla Doré.

² Estudante do 3º período do curso de História (Licenciatura e Bacharelado) na Universidade Federal do Paraná. É bolsista do grupo PET História UFPR e faz Iniciação Científica sob a orientação da Profª Drª Priscila Piazzentini Vieira.

autoritarismo brasileiro tem a intenção de fornecer ao leitor um panorama geral de algumas questões que atravessam a história do Brasil e ainda se fazem presentes na atualidade. Tendo em vista as recentes disputas de ideias, a turbulência política e econômica e a crise social que o país tem vivenciado na última década, Schwarcz busca não atribuir acriticamente as raízes dos problemas atuais ao passado, mas sim propor um olhar à nossa história para lembrar que, diferentemente do que comumente se acredita, a intolerância e a violência sempre marcaram a figura do brasileiro.

Cada capítulo do livro aborda uma temática específica, evidenciando as variadas facetas do autoritarismo no Brasil. O primeiro, “Escravidão e racismo”, busca reforçar que o sistema escravista, muito mais do que uma estrutura econômica e social, “moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita” (SCHWARCZ, 2019: 27-28). Questionando a ideia de que o escravismo no país teria sido mais brando ou “menos pior”, a autora destaca os altos índices de pessoas negras traficadas dos portos africanos para o Brasil, bem como os sofrimentos pelos quais os escravizados passavam diariamente. Por outro lado, um sistema severo significou uma série de resistências: as fugas, formações de quilombos, insurreições e revoltas com diversos meios e motivações não devem ser deixadas de lado.

A abolição foi adiada até onde pôde, e foi empreendida de forma gradual e conservadora, culminando na Lei Áurea de 1888. Contudo, isso não significou uma preocupação em ressarcir ou integrar a população

recém-liberta à sociedade. Ainda, a adoção de teorias científicas deterministas representaram uma tentativa de substituir uma desigualdade por outra: antes estabelecida entre escravos e senhores, agora a desigualdade era legitimada pela biologia. Em seguida, a autora realiza uma análise da questão racial na contemporaneidade. Embora hoje não sigamos mais a ideia de raças biológicas nem a falácia de que cor determina conduta moral, nossa sociedade é estruturada pela “raça social”, que opera na cultura e nas mentalidades. No Brasil, a desigualdade social tem cor, e a população negra sofre uma dupla morte: o apagamento de sua memória e o genocídio que marca os indicadores sociais.

O segundo e terceiro capítulos são dedicados, respectivamente, ao mandonismo e ao patrimonialismo. Ambos os aspectos são centrais para entender a hierarquia social do Brasil colonial, fundamentada na concentração de grandes latifúndios monocultores nas mãos de poucos homens, que consistiam na “nobreza da terra”. Era esta aristocracia que detinha os privilégios sociais, políticos e econômicos, num sistema patriarcal onde o homem era o chefe de família e a mulher possuía um papel secundário. Esta forma de organização social acabou por contribuir para a criação da imagem do senhor de terras como a pessoa que distribuía benefícios aos mais próximos e poderia, eventualmente, cobrar por seus favores, aumentando sua influência política.

Tal estrutura perdurou no período republicano. O coronelismo é sua expressão mais relevante na República Velha, e marcou as relações entre os senhores de terras, governadores e a presidência da República. Esta personalização do poder acabou, ainda, por perpetuar o sistema desigual e

excludente no meio rural da atualidade: as famílias tradicionais de ruralistas são as maiores beneficiadas pelo Estado, detêm a maior parte das terras e ainda possuem considerável relevância nos cenários políticos regional e nacional. Tais clãs perderam algum espaço desde as eleições de 2018, contudo, a estrutura autoritária que os beneficia é a mesma, apesar das reformas políticas empreendidas desde a redemocratização. Ademais, a figura do *pater familias*, “autoritário e severo diante daqueles que se rebelam; justo e ‘próximo’ para quem o segue e compartilha das suas ideias” (SCHWARCZ, 2019, p. 65) ainda exerce grande apelo no imaginário popular.

Por sua vez, o patrimonialismo é conceituado pela autora como um extrapolamento da divisão entre as esferas pública e privada, quando o Estado é usado como ferramenta para fins particulares. Consequentemente, uma série de práticas, ideias e comportamentos de clientelismo, de conchavo, e de arranjos pessoais que atropelam os limites da regra pública, torna-se cotidiana nas movimentações e negociações políticas. A ideia do Estado como uma extensão do ambiente doméstico permite, então, que o poder político seja exercido pelos detentores do poder (homens, brancos, aristocratas) para fins pessoais. E, apesar das ações levadas a cabo para combater tais práticas existirem desde a Constituição de 1934 (e principalmente com a Constituição de 1988), as práticas patrimonialistas persistem. De acordo com Schwarcz, um dos maiores exemplos disso é a chamada “bancada dos parentes” no Congresso: em 2018, dos 567 parlamentares, 138 eram oriundos de clãs políticos, um aumento de 22% em relação a 2014 (SCHWARCZ, 2019, p. 83). O próprio presidente Jair

Bolsonaro bem representa esta questão, já que três de seus filhos possuem cargos políticos. Estreita relação tem o patrimonialismo com a corrupção, tema do quarto capítulo. A autora reforça que, embora possa-se dizer que a corrupção existe no Brasil desde o período colonial, erramos ao simplificar este raciocínio afirmando que as práticas corruptas da contemporaneidade são as mesmas do passado. De fato, o termo “corrupção” tem sido ressignificado múltiplas vezes, assumindo diferentes concepções conforme a alteração dos contextos políticos.

Uma questão relacionada a isso é a recorrência ao combate à corrupção no discurso político para legitimar quebras da normalidade constitucional, como foi o caso do golpe de 1964 e da ditadura militar, que, apesar de assumir a bandeira da anticorrupção, utilizou de práticas ilegais em seus projetos e negociações. De todo modo, a autora conta que, com a redemocratização, o melhor funcionamento das instituições políticas permitiu que os escândalos ganhassem mais espaço nos jornais e no debate público, como foi o caso de Fernando Collor. Essa melhora na percepção da corrupção também se vê no caso do Mensalão. Apesar de afetar diretamente o Partido dos Trabalhadores (PT), então partido que ocupava a presidência, o Mensalão foi o primeiro caso em que as políticas de fortalecimento da Polícia Federal e do Ministério Público Federal levadas a cabo nos últimos anos surtiram um efeito visível. A autora finaliza o capítulo fazendo uma reflexão sobre a corrupção hoje, em que a Operação Lava Jato tem investigado um complexo esquema que envolvia partidos e empresas. Schwarcz pontua que, apesar da relevância do tema no debate público, o combate à corrupção não pode tornar-se uma cruzada moralista

focada em indivíduos, com um discurso raso e populista de “luta contra a roubalheira” (SCHWARCZ, 2019: 121). O que é necessário é investir em planos duradouros que combatam práticas cotidianas enraizadas no comportamento da sociedade e que não joguem fora os ganhos que tivemos desde a Constituição de 1988.

Na sequência, Schwarcz se volta às especificidades do cenário das extensas desigualdades sociais brasileiras. Partindo de um panorama estatístico dos níveis de concentração de riqueza no país, a autora estabelece uma série de ramificações, que envolvem desde um não acesso a serviços básicos até a impossibilidade de se consumir bens culturais e de ser uma pessoa plenamente inserida nas participações e nos diálogos políticos previstos pelo ideal de “república democrática”. Entre os elementos da ordem social brasileira que permitem a reprodução constante de tal assimetria, figuraria, em posição proeminente, a precariedade dos serviços educacionais públicos, não estendidos à totalidade da população infanto-juvenil em condições equânimes. Embora a obrigatoriedade de oferta de ensino público tenha sido instituída já em 1824, era irrisório o número de estabelecimentos constituídos. Assim, até meados do século XIX, o letramento consistiu em uma quase exclusividade das elites brancas, responsáveis por instituir proibições à formação educacional de pessoas negras escravizadas.

Na segunda metade dos anos 1800, o ensino seguia uma prática marginalizada, ainda que convenientemente exaltado como critério de seleção da parte do povo apta para votar. Conforme explica Schwarcz, o século XX trouxe transformações conservadoras a essa problemática — se

o regime de Vargas pode ser reconhecido pela ampliação e concretização de um sistema de ensino efetivamente nacional, deve ser igualmente encarado como perpetuador de uma lacuna de possibilidades de formação individual entre alunos de famílias abastadas e descendentes da classe trabalhadora. A instituição de dois programas curriculares para o ensino secundário, um voltado à transmissão de saberes técnicos e outro à preparação teórica para ingresso em universidades, favoreceu a continuidade do exclusivismo do ensino superior aos estudantes que não precisavam iniciar suas trajetórias de trabalho ainda na adolescência. Na atualidade, a baixa democratização do direito à educação apareceria expressa em altos índices de evasão escolar e represamento, ocasionando, por consequência, a continuidade do ensino universitário e dos postos de maior remuneração enquanto privilégios de elite.

Relacionada às desigualdades sociais do país, a temática das múltiplas violências é pautada em seguida, com o estabelecimento de panoramas referentes à criminalidade urbana e aos conflitos agrários empreendidos contra comunidades historicamente resistentes à ordem colonial ou nacional. Envolvido naquela estão os altos índices de assassinato (30 homicídios/100 mil hab.), de armas de fogo em circulação e de receio da população em sofrer agressões por agentes policiais (SCHWARCZ, 2019: 156, 161-162). Schwarcz salienta que, apesar da vigência do Estatuto do Desarmamento desde 2003, observa-se, a partir do ano de 2014, aumentos expressivos no número de licenças para porte de armas por civis, bem como uma intensificação de *lobbies* políticos favoráveis à flexibilização de restrições colocadas pelo Estatuto

(SCHWARCZ, 2019: 157-159). Assim, embora as armas de fogo sejam as principais ferramentas por trás da execução de mortes violentas (79,8% delas, aproximadamente), atendem a discursos de populismo autoritário que, diante dos reclamos populares contra a insegurança nas cidades, sugerem o fortalecimento de órgãos repressivos e letais — caso das polícias militares — e a simultânea individualização das políticas de segurança (SCHWARCZ, 2019: 161-164). Em decorrência do desvio de armas obtidas legalmente, seriam as milícias — grupos paramilitares compostos por agentes de segurança do Estado e políticos locais — as formações em mais próspera expansão na conjuntura de tráfico pela guerra às drogas.

Já a segunda esfera estaria dirigida a populações indígenas e quilombolas, usurpadas de seu direito à terra previsto pela Constituição de 1988, na medida em que órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) corroboram a morosidade dos processos de reconhecimento de suas terras enquanto áreas de válida demarcação. Aos indígenas, atribui-se um longo histórico de representações e de políticas delimitadas pelos ensejos dos grupos governistas brancos. Massivamente alvejados na colonização, foram, no século XIX, tornados matéria de inspiração à produção de obras artísticas financiadas por D. Pedro II, as quais objetivavam a materialização de uma identidade nacional apaziguadora, que via no grupo uma oportunidade de valorizar as raízes brasileiras diversas sempre mantendo a máxima de exaltação das contribuições europeias. No século XX, a adição de dispositivos legais prevendo garantias de preservação de seus territórios não mostrou efeitos práticos, legando os povos à vulnerabilidade frente a interesses capitalistas

de ocupação territorial e de exploração de recursos. Os quilombolas, em contraponto, não chegaram a receber propostas de proteção pelo Estado antes de 1988, enfrentando dificuldades para a legalização da posse de suas terras.

A seguir, a historiadora aprofunda suas abordagens fazendo uso de uma perspectiva analítica delimitada, a interseccionalidade, traduzida, por sua vez, no uso dos chamados “marcadores sociais da diferença” como lentes de interpretação de estatísticas e de formas específicas de violência sucedidas no país. Aqui, nota-se a adesão da autora a um horizonte plural e complexificado de investigação das realidades nacionais, que vai ao encontro das perspectivas teóricas propostas por feministas negras estadunidenses desde o final dos anos 1980. Nas obras da jurista Kimberle Crenshaw, observa-se a defesa de uma ramificação das identidades de sujeitos sociopolíticos rumo a uma superação de modelos fixos e superficiais regidos apenas por reivindicações de gênero, de sexualidade e de raça em separado. A teórica argumenta que a densidade de problemáticas coletivas e de formas de existência exige que se leve em conta todos os eixos anteriores em conjunto (CRENSHAW, 1990: 1241-1245). Schwarcz converge com tal intuito, adicionando aos panoramas numéricos de raça e gênero fornecidos fatores regionais, etários e geracionais.

Entre as questões de raça e gênero pautadas, são destacadas algumas ocorrências: em primeiro lugar, a desigual propensão à morte por parte de pessoas negras. Se jovens pretos e pardos são desproporcionalmente atingidos pela violência policial e pelo encarceramento em massa, também

seus familiares sofrem dificuldades pessoais — os homens mais velhos tendem a morrer cedo, sem acessar tratamentos de saúde e diagnósticos médicos. As mulheres adultas passam pelo mesmo, estando sujeitas (em percentual superior ao das mulheres brancas) à ameaça constante dos feminicídios. Esses constituem, junto às taxas de estupro, o segundo norte descritivo da autora no capítulo em questão. Para enfocar as violências de gênero, Schwarcz recupera algumas das explicações já delineadas acerca das origens patriarcais da sociedade colonial brasileira. Dialogando com os ideais de Judith Butler, acrescenta ao pano de fundo da tradição patriarcal escravista a heteronormatividade, padrão cultural de conduta que seria responsável pela imposição de hierarquias de poder hierárquicas às relações entre indivíduos dos gêneros feminino e masculino.

Denunciam-se, então, os altos números de feminicídios (50 mil entre 2001 e 2011, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]) e de violações sexuais (cerca de meio milhão por ano) cometidos, sendo estas últimas uma forma de violência direcionada fortemente a crianças, violadas majoritariamente por pessoas próximas, no interior de suas casas (SCHWARCZ, 2019: 198). Motivados pela misoginia arraigada ao sistema de valores heteropatriarcais, ambos os crimes aparecem em registros de violência contra mulheres lésbicas, travestis e transexuais, agredidas em situações de não aceitação de manifestações de gênero e de sexualidade dissidentes. Passando a um olhar mais global das violações contra pessoas LGBTQIA+, Schwarcz atenta para as expressivas taxas de assassinato de integrantes dessa comunidade (aproximadamente 500 ao ano), com ataques mais direcionados a sujeitos trans e travestis, e para a precariedade das

condições de coleta de dados voltados a essa população, destituída do foco de políticas públicas desde janeiro de 2019 (SCHWARCZ, 2019: 207-215). Segundo atestam pesquisadores da causa trans no Brasil (BONFIM, SALLES, BAHIA, 2019: 155-164), a ausência de estatísticas consistentes acerca das violências experienciadas particularmente por LGBTQ+s classifica-se como uma das faces da necropolítica de Estado contra tais corpos, uma vez que inviabiliza a execução de medidas protetivas e a oferta de serviços específicos, aspectos também pautados por Lília.

Adentrando os dois últimos capítulos da obra, a autora desenvolve um balanço acerca da crise democrática sentida a partir do golpe parlamentar de 2016. Em sua avaliação, recorre às conjunturas de nações que, tal como o Brasil, transmitiam internacionalmente a imagem de “democráticos”, mas que, em decorrência da intensificação de polarizações, adentraram uma zona cinzenta classificada sob o epíteto de “democraduras”. Sem romper completamente a ordem institucional, países como Hungria, Polônia, Estados Unidos e Brasil experienciaram a consolidação de governos sustentados pela intensificação de ódios binários e por sentimentos de aversão a identidades de grupos que, até então, vinham adquirindo direitos básicos e relativo espaço político. A partir da reivindicação de que os setores populares tradicionais (famílias brancas, pessoas de classe média, homens trabalhadores) seriam aqueles autenticamente éticos e, ao mesmo tempo, os sujeitos deixados de lado por Estados que falharam em prover empregos, segurança e infraestrutura, teria se desenrolado um recrudescimento das práticas de intolerância.

A fim de sustentar a narrativa de validação exclusiva dos setores tradicionais (e reacionários), saberes científicos, discussões acadêmicas e jornalísticas passaram a sofrer frequentes ataques visando a seu descrédito. Junto a isso, pessoas negras, LGBTQIA+, mulheres, indígenas e adeptos de religiões de matriz africana foram convertidos em alvos de campanhas que colocam como norma os pilares da doutrina cristã, dando prosseguimento, na verdade, a um histórico de aniquilação de diversidades instaurado ainda no período colonial, seja pelas violências da escravização de africanos, seja pela conversão e genocídio dos povos originários de terras brasileiras. Em face da adesão de significativos percentuais demográficos às propostas de retorno a um suposto passado idílico aos setores abastados e não minoritários, Schwartz conclui: não nos devemos contentar com garantias democráticas oficiais, mas sim apostar na construção de uma cultura de defesa de princípios de diversidade e de participação cidadã, possível de se estruturar por meio da inserção de tais valores em projetos dos ciclos básicos do sistema público de educação.

Para além do amplo espectro de discussões e de explicações históricas apresentado pela obra e sintetizado nas linhas anteriores, merecem destaque ainda alguns outros fatores que concernem ao contexto de produção e de circulação do livro. Publicado em maio de 2019, *Sobre o autoritarismo...* logra denunciar retrocessos e impactos desencadeados tanto pelo processo eleitoral de 2018, quanto pelos primeiros meses da gestão de Jair Bolsonaro. Mesmo sem mencionar explicitamente sua figura — em uma escolha intencional da autora, que buscou se evadir de uma escrita centrada no Presidente de modo a não recair em uma narrativa

personalista (MOTA, 2019) — Schwarcz alerta para os brutais aumentos das taxas de registro de crimes de intolerância em setembro e outubro de 2018, bem como para as consequências da reorganização da agenda de promoção de direitos de minorias sob o esdrúxulo, patriarcal e heteronormativo Ministério “da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”. Influenciada por sua formação, tece diálogos com trabalhos de nomes importantes da Antropologia, a exemplo de Manuela Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, sem deixar de lado os referenciais historiográficos por vezes ausentes em livros que se pretendem contadores do passado brasileiro hoje. Utilizando-se de uma linguagem clara, distancia-se do ideal de livro acadêmico rebuscado em sua redação. Com isso, fornece uma opção de leitura comercialmente acessível, concisa, historicamente embasada e dotada de viés crítico ao público leigo interessado em compreender mais sobre as desventuras sociopolíticas que afligem o Brasil. Essas, conforme evidenciado por Lilia Schwarcz em diversos momentos, devem ser percebidas pelos leitores como uma sombra constante, vinculada à longa duração histórica e às particularidades dos arranjos conservadores das elites de cada período.

Bibliografia

BOMFIM, Rainer; SALLES, Victória; BAHIA, Alexandre. Necropolítica Trans: o gênero, cor e raça das LGBTI que morrem no Brasil são definidos pelo racismo de Estado. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho, Brasil, n. 31, p. 153-170, jul./dez. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. *Stanford Law Review*, n. 6, v. 43, p. 1241-1299, jul. 1990.

LILIA Schwarcz: "A todo momento, revelamos nossa raiz autoritária". *Fronteiras do Pensamento*, Salvador, 29 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.frenteiras.com/entrevistas/lilia-schwarcz-a-todo-momento-revelamos-nossa-raiz-autoritaria>>. Acesso em: 18 out. 2020.

MOTA, Camila Veras. Brasileiro abandonou "máscara" de cordial e assumiu sua intolerância, diz Lilia Schwarcz. *BBC*, São Paulo, 01 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48424619>>. Acesso em: 18 out. 2020.

ROVANI, Andressa. Sempre fomos autoritários: Lilia Schwarcz diz que crise fez aflorar ressentimentos e que PT-PSDB falhou em não atender conservadores. *UOL*, São Paulo, 05 jun. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/sempre-fomos-autoritarios-s-diz-lilia-schwarcz/#sempre-fomos-autoritarios>>. Acesso em: 18 out. 2020.

Recebido em: 20/10/2020

Aceito em: 18/11/2020

NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista Cadernos de Clio aceita artigos, resenhas bibliográficas, fílmicas e musicais em português, inglês ou espanhol, ensaios fotográficos, ilustrações e relatos de docência.
2. Os artigos terão tema livre, desde que dentro do campo historiográfico ou que dialogue com o mesmo.
3. Os artigos deverão conter de 10 a 15 páginas (formato A4), sendo este o número máximo com resumo, bibliografia e título, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
4. As resenhas bibliográficas deverão ser de livros publicados no Brasil nos últimos 03 anos e de livros publicados no exterior nos últimos 05 anos. Deverão ter no máximo 05 páginas (formato A4), utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.
5. As resenhas fílmicas devem ser de arquivos audiovisuais de clara relevância para a divulgação do conhecimento histórico, realizados no Brasil nos últimos 10 anos ou realizados no exterior nos últimos 15 anos. Deverão ter no máximo 05 páginas, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de

1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.

6. As resenhas musicais devem ser de músicas ou álbuns a partir dos quais o autor consiga estabelecer uma reflexão histórica, realizados no Brasil ou no exterior, sem restrição de data. Deverão ter no máximo 05 páginas, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado, espaçamento entre linhas de 1,5 cm, margens de 2,5 cm e parágrafo de 1,5cm. Os arquivos devem estar em formato .doc.

7. Os ensaios fotográficos devem conter no máximo 06 páginas, sendo que uma destas deve ser obrigatoriamente utilizada para o título e o resumo do projeto demonstrando sua relevância para a História. Fica a critério do autor se deseja mandar 05 imagens, na disposição de uma por página, ou 10 imagens, na disposição de duas por página. Os arquivos devem estar em formato .doc.

8. As ilustrações devem se restringir a 01 página, contendo o título abaixo da mesma, utilizando fonte Times New Roman, tamanho 12, justificado.

9. Os relatos de experiência docente em História ou de estágio na área têm como limite (incluindo elementos pré e pós-textuais) de 8 a 15 páginas e seguem as mesmas normas de formatação dos artigos.

10. Serão aceitos artigos e resenhas de graduandos ou graduados dos cursos de História ou de áreas afins desde que os trabalhos dialoguem com temáticas relacionadas a historiografia. Não serão aceitos artigos e/ou resenhas anônimas.

11. A decisão sobre a publicação de artigos e resenhas cabe aos Editores a partir da avaliação do Conselho Editorial da Cadernos de Clio. Cada artigo será avaliado por dois pareceristas e poderá receber três pareceres, que podem ser: (a) indicar a publicação; (b) indicar a publicação desde que sejam feitas revisões; ou (c) negar a publicação. A publicação dos artigos e resenhas aprovados pelos pareceristas estará, contudo, condicionada ao orçamento da revista e/ou às configurações do suporte on line. Portanto, artigos e resenhas que forem aprovados e não imediatamente publicados, ficarão arquivados para possíveis publicações em edições futuras.

12. Os Editores reservam-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma a adequar as colaborações ao padrão editorial e gráfico da revista.

13. Os autores serão notificados da recepção das colaborações e desenvolvimento do processo de avaliação.

14. As afirmações e conceitos emitidos em artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores. A apresentação das colaborações ao corpo editorial implica a cessão da prioridade da publicação a Cadernos de Clio, bem como a cessão dos direitos autorais dos textos publicados, que só poderão ser reproduzidos sob autorização expressa dos Editores. Os colaboradores manterão o direito de utilizar o material publicado em futuras coletâneas de sua obra, sem o pagamento de direitos à revista. A permissão para reedição ou tradução por terceiros do material publicado não será feita sem o consentimento do autor.

Normas técnicas para apresentação dos materiais:

1. O envio de artigos e resenhas deverá ser feito exclusivamente pelo sistema SER/UFPR (<https://revistas.ufpr.br/clio>). Deverá ser informado na plataforma o e-mail, a situação acadêmica do(a) aluno(a) (período e vinculação), link do lattes (se possuir) e nome do(a) professor(a) orientador(a) (se possuir).
2. Os artigos em português deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (inglês ou espanhol); (b) do título traduzido para a língua estrangeira escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em português e sua respectiva versão na língua estrangeira escolhida.
3. Os artigos em inglês deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em inglês, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou espanhol; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em inglês e sua respectiva versão na língua escolhida.
4. Os artigos em espanhol deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em espanhol, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em português ou inglês; (b) do título traduzido para a segunda língua escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em espanhol e sua respectiva versão na língua escolhida.

5. Para resenhas de filmes, devem constar as seguintes informações ao início do texto: Título do filme em português (Título original). País de origem, ano de lançamento, Duração (em min.). "Dirigido por" Nome do Diretor.
6. Para resenhas de músicas, devem constar as seguintes informações ao início do texto: SOBRENOME, Nome(s) do(s) Compositor(es). Título da música (ou faixa de gravação). Seguidos da expressão In:, e da referência do documento sonoro no todo (SOBRENOME, Nome do Intérprete. Título do álbum. Local: Gravadora, ano.) No final da referência, deve-se informar o tipo de suporte do documento (CD, Web etc).
7. Para publicações de imagens, encaminhar ainda termo de liberação para publicação do detentor dos direitos autorais ou comprovação de que esteja em domínio público.
8. No caso de ensaios fotográficos, é necessário apresentação do título da obra e texto que a apresente, contendo a conceituação e metodologia da execução das imagens, não superior a uma página.
9. Os relatos de experiência docente em História ou de estágio na área deverão obrigatoriamente ser acompanhados: (a) de um resumo do texto em português, contendo até 150 palavras, acompanhado de sua versão em língua estrangeira (inglês ou espanhol); (b) do título traduzido para a língua estrangeira escolhida; (c) de uma relação de até 6 palavras-chave em português e sua respectiva versão na língua estrangeira escolhida.

10. As referências bibliográficas deverão seguir o modelo da ABNT.
11. As referências a autores no decorrer do artigo deverão obedecer ao padrão (Autor, data) ou (Autor, data: página). Ex.: (Hobsbawn, 2003) ou (Hobsbawn, 2003: 30). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra após a data. Ex.: (Le Goff, 2006a), (Le Goff, 2006b).
12. As notas de rodapé deverão ter caráter unicamente explicativo, não de referências bibliográficas, obedecendo à ordem dos algarismos arábicos em ordem crescente.
13. Os arquivos não poderão ter qualquer informação que identifique a autoria, sob pena de eliminação do processo seletivo da revista.

INFORMAÇÕES

cadernosdeclio@gmail.com (Comissão Editorial)

<http://pethistoriaufpr.wordpress.com>

<https://www.facebook.com/PetHistoriaUfpr/>